

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio-Econômico

Programa de Pós-Graduação em Economia - Mestrado

Área de Concentração: Transformações do Capitalismo Contemporâneo

O Capital como Negação das Relações Mercantis

Sandro Eduardo Grisa

Florianópolis, SC - Brasil

19 de dezembro de 2002

SANDRO EDUARDO GRISA

O CAPITAL COMO NEGAÇÃO DAS RELAÇÕES MERCANTIS

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial à obtenção do grau
de mestre em Economia, Área
Concentração: Transformações do
capitalismo Contemporâneo

**Orientador : Prof. Idaleto Malvezzi
Aued, Dr.**

Florianópolis, SC - Brasil

19 de dezembro de 2002

SANDRO EDUARDO GRISA

O CAPITAL COMO NEGAÇÃO DAS RELAÇÕES MERCANTIS

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de mestre em Economia (Área de Concentração: Transformações do Capitalismo Contemporâneo) e aprovada em sua forma pelo programa de Pós-Graduação em Economia de Universidade Federal de Santa Catarina 19 de dezembro de 2002.

Prof. Sílvio Antônio Ferraz
Coordenador do curso

Comissão examinadora

Idaleto Malvezzi Aued

Lauro Francisco Mattei

Hoyêdo Nunes Lins

GRISA, Sandro Eduardo. **O Capital Como Negação das Relações Mercantis. 2002.**
Dissertação (Mestrado em Economia) Programa de Pós-graduação em economia, UFSC,
Florianópolis.

RESUMO

Este trabalho parte de uma pergunta provocativa: São as relações capitalistas mercantis? Para respondê-la, dividiu-se o trabalho em quatro partes.

Na primeira parte, discute-se, em Marx, a articulação existente entre as formas históricas de divisão do trabalho social, as forças produtivas do trabalho social e as

Na segunda parte busca-se entender mais detalhadamente as formas materiais que as relações de troca se apresentam na superfície da formação social mercantil; além disso, evidencia-se o dinheiro como forma universal do riqueza mercantil, bem como síntese contraditória das relações mercantis, a qual permite o movimento social modificada de capital.

A terceira parte é dedicada exclusivamente ao dinheiro e as suas formas funcionais afirmativas e negativas, bem como a sua subsunção (e também da mercadoria) ao movimento de autovalorização do capital

Na quarta e última parte, analisa-se a natureza específica do modo de produção capitalista e sua lógica imanente de acumulação. Evidenciando: i) que o fundo de subsistência da classe trabalhadora aparece como capital variável; é constantemente reproduzido e ampliado com mais-valia dos próprios assalariados; iii) que os elementos materiais do capital constante nada mais são do que mais-valia capitalizada; iv) que a produção material está condicionada pelas necessidades de reposição e ampliação dos componentes do processo imediato produção. E, finalmente, demonstra-se a produção capitalista como produção simultânea da afirmação e da negação das relações de produção especificamente capitalistas.

Palavras-chave: relações sociais, relações de troca, mercadoria, dinheiro, capital.

ABSTRACT

This dissertation begins with a provocative question: Are the capitalist relations trade relations? To answer this question, this dissertation is divided in four parts. First is discussed the relationship between the historical forms of the social division of labor, the social labor's production forces and the property relations.

On the second part, this dissertation argues about the material forms that the mercantile relations present themselves in the surface of the mercantile social formation. Moreover, money is detached as the universal form of the mercantile wealth and as the contradictory synthesis of the mercantile relations, which permits the negative movement until the social modified form of the Capital.

The third part is dedicated exclusively to money and its affirmative and negative functional forms and to its subordination to Capital's auto valorization movements.

The fourth and last part analysis the specific nature of the capitalist mode of production and its accumulation logic, evidencing that: i) the working class's fund for subsistence appears as variable capital; ii) the variable capital is constantly reproduced and extended as surplus value; iii) constant capital's material components are no more than capitalized surplus value; iv) the material production is conditioned by the necessities of reposition and extent of the immediate production process's components. Finally, is demonstrated that the capitalist production simultaneously produces the affirmation and the negation of the relations of productions specifically capitalists.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO.....	8
2. Objetivo Geral.....	11
2.1 Objetivo específico	11
3. Metodologia	11
2. O CARÁTER TRANSITÓRIO DO PODER CIVILIZATÓRIO DAS TROCAS E DO CAPITAL COMERCIAL.....	13
Introdução.....	13
2.1.1 O trabalho humano como atividade social: cooperação, força produtiva e propriedade.....	21
2.1.2 A singularidade do trabalho social nas relações mercantis.....	24
2.1.2 Relações mercantis, Relação Capitalistas e Cooperação.....	27
2.1.3 Diferenças entre relação mercantil e relação capitalista.	30
2.1.4 O trabalho social como processo: O modo de produção capitalista.....	30
2.2 A função revolucionária das trocas: O Efeito Civilizador do Comércio Externo.....	32
2.2.1 As relações de troca na infância humana.....	34
2.2.2 O Desenvolvimento Comercial na Idade Média.....	40
2.2.3 O Desenvolvimento das cidades medievais e o Surgimento da Manufatura.....	41
2.2.4 O desenvolvimento da Indústria: O período Manufatureiro.....	43
2.3 Lucro como forma aparente da mais-valia: A remuneração do capital.....	48
2.2.1 Dissociação da riqueza social em lucro: O processo de separação do trabalho da apropriação da riqueza.....	49
2.4. Da Manufatura à Grande Indústria.....	50
2.4.1 Lógica inerente à produção capitalista e a crítica à economia política.....	52
2.4.2 A cooperação universal como negação da propriedade privada capitalista individual.....	53
2.4.3 O modo de produção capitalista e a subsunção do capital comercial.....	54

3. RELAÇÕES MERCANTIS, MERCADORIA E DINHEIRO.....	56
Introdução.....	56
3.1. Relações de produção mercantis.....	57
3.2. A mercadoria.....	60
3.2.1 O valor-de-uso.....	60
3.2.2 Conteúdo e Forma do valor: Valor e Valor-de-troca.....	61
3.3 Método, Valor-de-troca e Dinheiro.....	63
3.4 Forma simples, singular ou acidental do valor.....	64
3.4.1 Forma Relativa do Valor e Forma Equivalente do Valor.....	66
3.4.2 Forma de valor desdobrada ou total.....	69
3.4.3 Forma Geral do Valor.....	71
3.4.4 Forma dinheiro.....	72
4. A DIFERENÇA ENTRE DINHEIRO E DINHEIRO COMO CAPITAL.....	75
Introdução.....	75
4.1 Funções do dinheiro	77
4.1.1 Medida dos valores.....	77
4.1.2 Meio de circulação.....	82
4.1.3 A moeda.....	93
4.1.4 Dinheiro.....	96
4.1.5 Entesouramento.....	96
4.1.6 Meio de Pagamento.....	100
4.1.7 Dinheiro mundial.....	105
4.2.1 Funções afirmativas e negativas do dinheiro na circulação simples: Medida de valores, meio de circulação, meio de entesouramento.....	106
4.2.2. O Processo de Valorização como Negação das Relações Mercantis: A circulação capitalista como processo constitutivo do capital.....	109

4.2.3. Semelhanças e Diferenças formais entre o ciclo da mercadoria (M-D-M) e o ciclo do capital (D-M-D').....	115
4.2.4. Transformação do dinheiro em capital.....	116
5. A RELAÇÃO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA COMO PRODUTORA DE MAIS-VALIA, CAPITAL E DA AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO DAS RELAÇÕES ESPECIFICAMENTE CAPITALISTAS.....	120
Introdução.....	121
5.1.1 O Processo de trabalho.....	121
5.1.2 O processo de formação do valor.....	122
5.1.3 A valorização do capital como processo de exploração.....	123
5.1.4. Capital constante e capital variável: A natureza do processo valorização.....	125
5.2 O capital como negação das relações mercantis.....	127
5.2.1 A produção capitalista como produção ampliada das relações especificamente capitalistas.....	134
6. Considerações finais e conclusão.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2000, defendi no Departamento de Economia da UFSC a monografia intitulada "Dinheiro e Mercadoria: Uma abordagem Marxista (Para além do Fetice da Mercadoria)". Este trabalho completou um período de estudos em Marx de aproximadamente cinco anos iniciado em maio de 1995 no grupo de estudos de Marx, organizado pelos estudantes Márcio Rutkosky, Wolney Carvalho, Ivan Bérzin, Júlio Nicastro e Sandro Grisa sob orientação do professor Idaleto Aued. Estes estudos livres em Marx foram ainda complementados através das disciplinas obrigatórias de Teoria Marxista I e II no curso de ciências econômicas da UFSC.

monografia foi demonstrar que: i) as relações mercantis são em essência distintas das relações capitalistas e ii) no modo de produção capitalista, as formas mercadoria e dinheiro expressam um conteúdo distinto das relações mercantis. Por fim, procurei demonstrar que as relações mercantis são "formalidades essenciais" das relações capitalistas e que as mesmas dissimulam o conteúdo real do modo de produção capitalista. Não obstante estes três importantes resultados, faltou solidez e consistência na resolução das questões relativas às relações mercantis, bem como às formas materiais que estas relações mercantis se apresentam na superfície da sociedade na qualidade de mercadoria e dinheiro. Além disso, não foram discutidos importantes pontos, tais como: i) relação entre o modo como os homens cooperam para produzir a sua existência, as forças produtivas e as relações de propriedade; ii) cooperação, manufatura e maquinaria.

Os avanços e também as limitações teóricas daquele trabalho anterior motivaram-me a produzir esta dissertação. A autocrítica, a investigação detalhada e uma exposição mais objetiva dos pontos abordados foram, por assim dizer, os elementos instigadores deste trabalho. Além disso, *e principalmente*, a conclusão daquela monografia serviu-me como questão central para esta dissertação: São as relações capitalistas em essência mercantis?

Para respondê-la parti de uma abstração real: em todas as formações sociais, os homens cooperam entre si na produção da sua existência. A produção da existência humana é um ato coletivo, social. Em Marx, o modo como os homens cooperam, isto é, dividem o trabalho socialmente, é propriamente a forças produtiva do trabalho social à qual corresponde um determinado modo de apropriação ou relação de propriedade. A sucessão histórica das formações sociais é resultado da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas (divisão do trabalho social) e as relações de propriedade, processo no qual as relações de troca, bem como a comércio atuam como elementos fundamentais. Por isso, procurei mostrar o que é a troca e também o que é propriamente o capital comercial. Demostrei ainda que a mercadoria e o dinheiro são as formas materiais das relações mercantis; entretanto, mercadoria e dinheiro também se apresentam como forma das não-mercantis comerciais. Enfim, a mercadoria e o dinheiro materializam tanto as relações sociais entre homens, livres, autônomos e independentes, proprietário privados do produto do próprio trabalho e dos meios de produção, quanto a relação social na qual alguns homens livres, autônomos e independentes, mas que se apropriam da riqueza alheia, pela troca, sem contrapartida equivalente. Mercadoria e dinheiro expressam então sob um mesmo invólucro relações sociais distintas; isto é, mercadoria e dinheiro são formas externas nas quais a distinta natureza entre as relações mercantis e as relações capitalistas estão dissimuladas. Mostrei ainda que o capital comercial opera potencializando crescentemente as forças produtivas mercantis, mas, pouco a pouco, vai sendo subsumido à lógica da manufatura ao longo do século XVIII e, finalmente, subordina-se completamente à

Na manufatura, o processo de trabalho é simultaneamente processo produtor de mais-valia. A autovalorização do capital é produto da subtração de trabalho alheio, pela troca, na produção. Isto é, o processo de trabalho é incorporado e subsumido à lógica de valorização. E por quê? Porque os produtores diretos estão separados dos meios de subsistência e os meios de produção. Daí a força de trabalho aparecer como mercadoria. Mas, a força de trabalho atuante no processo produtivo é trabalho vivo que produz mais riqueza que custa ao capitalista para obtê-la no mercado. Produz, pois, mais-valia.

Produzir mais-valia é produzir capital. Mas não apenas isso; é também reproduzir o capital em escala ampliada: mais capitalista e mais assalariado. Isto é, produzir na ampliadamente as próprias relações de produção burguesas. Mas, qual é a origem dos capitais empregados na reprodução ampliada da sociedade burguesa? Ora, a mais-valia extraída da classe trabalhadora. Desse modo, evidencie que tanto o capital constante quanto o variável são, observado o processo capitalista no seu fluxo contínuo de reprodução, produto da classe trabalhadora na qualidade de propriedade capitalista. Desse modo, os meios de subsistência, como capital, se apresenta na circulação como dinheiro, capital variável, bem como os meios de produção como mais-valia capitalizada. Com isso, desfaz-se a aparência das transações mercantis no modo de produção capitalista e explicita-se a relação capitalista de produção processo de exploração da classe trabalhadora, processo que é apenas dissimulado pelas transações monetárias.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Objetivo desta dissertação é demonstrar o modo de produção capitalista como uma formação social não mercantil. Demonstrar que o desenvolvimento da forma capital é ao mesmo tempo subsunção e negação das formas mercantis

2.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar a relação entre divisão do trabalho social (modo de cooperação), forças produtivas e relações propriedade, bem como o caráter revolucionário das relações de troca e do comércio nas formações sociais pré-capitalitas e o papel subordinado que as mesma tem no modo de produção capitalista.
- b) Caracterizar a relações de produção mercantil e suas formas externas na qualidade de dinheiro e mercadoria.

- c) Caracterizar as formas funcionais do dinheiro na circulação de mercadorias e a diferença entre capital e dinheiro
- d) Analisar processo de produção capitalista no fluxo contínuo de sua reprodução e demonstrar a natureza específica do modo de produção capitalista.

3. METODOLOGIA

O desenvolvimento desta dissertação baseia-se em uma abordagem metodológica analítico-dedutiva. A construção do texto é resultado do estudo sistemático da literatura escolhida, cujo objetivo é produzir uma análise dedutiva a partir dos pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos por Karl Marx na segunda metade do Século XIX, principalmente na sua mais importante obra "O Capital". Num primeiro momento, refiz um estudo sistemático das partes relevantes para este trabalho de " O Capital", "Contribuição à crítica da economia política" e "Capítulo VI Inédito, aprofundando um estudo que já foi realizado em 2000 na monografia "Dinheiro e Mercadoria: uma abordagem marxista (para além do fetiche da mercadoria)". Num segundo momento, foi feita uma breve revisão bibliográfica de algumas obras de autores marxistas relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

- 2.2 .1 As relações de troca na infância humana**
- 2.2.2 O Desenvolvimento Comercial na Idade Média**
- 2.2.3 O Desenvolvimento das cidades medievais e o Surgimento da Manufatura**
- 2.2.4 O desenvolvimento da Indústria: O período Manufatureiro**
- 2.3 Lucro como forma aparente da mais-valia: A remuneração do capital**
- 2.2.1 Dissociação da riqueza social em lucro: O processo de separação do trabalho da**

- 2.4. Da Manufatura à Grande Indústria**
- 2.4.1 Lógica inerente à produção capitalista e a crítica à economia política**
- 2.4.2 A cooperação universal como negação da propriedade privada capitalista individual**
- 2.4.3 O modo de produção capitalista e a subsunção do capital comercial**

No item 2.1.1, procura-se evidenciar a produção da existência como um ato social, coletivo, bem como demonstrar que, em Marx, os diferentes modos como os produtores diretos cooperam e se relacionam para produzir a existência social são propriamente as forças produtivas do trabalho social às quais necessariamente correspondem determinadas formas de propriedade. Sugere-se ainda que o desenvolvimento das relações de troca, ao ampliar a divisão social do trabalho e, com isso, aumentar as forças produtivas do trabalho social, dissolve as relações comunistas primitivas e engendra a primeira forma de propriedade privada. Observa-se também neste item, que nos "poros" das formações sociais pré-capitalistas existiram homens que não eram escravos ou servos, tampouco senhor de escravos ou senhor feudal, mas sim homens iguais, livres e autônomos, cuja relação se materializa na troca dos produtos do próprio trabalho.

Evidencia-se ainda que a relação entre os homens iguais, livres, autônomos e independentes se consolida como forma superior de produção da vida nas cidades medievais, espaço territorial no qual tal universalidade organiza e pondera o metabolismo do trabalho social enquanto valor. No ítem 2.1.2, evidencia-se que a universalidade dos homens é o valor, cuja materialização ocorre na relação de troca das mercadorias. Observa-se ainda que as relações de troca materializam um modo específico de cooperação ao qual corresponde a propriedade privada mercantil e que valor possui substância e forma, respectivamente, como trabalho humano abstrato e valor-de-troca. Assim, o valor das mercadorias, que é substanciado pelo trabalho social, manifesta-se externamente como valor-de-troca, forma de manifestação necessária do valor das mercadorias.

No ítem 2.1.3, afirma-se que a conexão através da troca dos produtos do próprio trabalho pressupõe a dispersão dos produtores diretos bem como dos meios de produção e que, por isso, o processo produtivo mercantil não é cooperativo, logo, não contém a potencialidade produtiva do trabalho cooperativo. Demonstra-se ainda a superioridade produtiva que advém da natureza geral do processo de trabalho cooperativo. Observa-se ainda que uma forma superior de produção da existência apenas se desenvolve a partir da união dos produtores diretos na fábrica, condição que pressupõe a concentração dos meios de produção e força de trabalho num mesmo espaço sob controle do proprietário capitalista. Sugere-se, então, que a relação de produção capitalista caracteriza-se pela cooperação dos produtores diretos no processo produtivo e que ela mesma é uma força produtiva do trabalho social à qual corresponde a propriedade privada capitalista individual. No ítem 2.1.4, sintetiza-se as diferenças entre a relação mercantil e a relação capitalista destacando: i) o modo de cooperação (forma de conexão), ii) a singularidade que assume o trabalho social, iii) o caráter específico do processo produtivo. No ítem 2.1.5, evidencia-se que as relações capitalistas têm origem numa ruptura histórica e não lógica. Demonstra-se também que os produtores diretos somente permanecem unidos no processo produtivo se produzirem valor excedente, mais-valia. Comenta-se ainda a especificidade da força produtiva capitalista e destaca-se o porque da sua superioridade em relação à produção mercantil. Em relação a este ponto, são destacados: i) o tempo de trabalho social para produzir a mercadoria capitalista é menor do que o tempo adiantado pelo capitalista. É racional, do ponto d vista do capitalista, permanecer produzindo mesmo quando vende por um valor menos do que o tempo socialmente necessário para a reprodução da mercadoria, ii) o capitalista se apropria gratuitamente da potência produtiva do trabalho cooperativo.

No ítem 2.3.1, procura-se sintetizar as fases de desenvolvimento da manufatura, destacando a separação empírica entre a remuneração do capital, o lucro, e a remuneração do

No ítem 2.4, destaca-se o lucro como forma não apenas qualitativamente modificada da mais-valia, mas também como forma quantitativamente distinta. Sugere-se que a manufatura é forma transitória entre a produção mercantil e a produção capitalista, bem como analisa-se o desenvolvimento da máquina a partir das condições concretas nascidas no interior da manufatura e também a negação do caráter subjetivo do trabalho. no ítem 2.4.1. mostra-se o caráter de puro desprendimento de energia física e mental do trabalho na grande indústria, além de disso,

observa-se que o desenvolvimento das forças produtivas é determinado pela dimensão do trabalho morto em relação ao trabalho vivo; produzir mais- valia é agora objetivação crescente de trabalho morto para subtrair mais trabalho vivo. No ítem 2.4.2, evidencia-se que o desenvolvimento das forças produtivas na grande indústria implica na cooperação universal dos produtores diretos à qual não mais corresponde a propriedade privada individual, mas sim a propriedade privada capitalista coletiva. Finalmente, no ítem 2.4.3, aprecia-se a função do capital mercantil (capital comercial) no modo de produção capitalista e sua relação subordinada à lógica do capital industrial.

2.1 O trabalho humano como atividade social: cooperação, força produtiva e propriedade.

Em qualquer lugar e tempo, a satisfação das necessidades humanas exige que a natureza seja transformada através de um dispêndio útil de energia humana. A produção e reprodução da existência humana são necessariamente um processo perpétuo de transformação da natureza através da energia viva do trabalho; é sempre objetivação do elemento vivo em morto; do trabalho presente em trabalho passado. Mas, este metabolismo entre homem e natureza, necessário à reprodução da vida humana, jamais se constitui em um ato eminentemente individual. Os homens nunca produziram a sua própria existência isolados uns dos outros. A produção da existência humana é um ato social, coletivo. Em intensidade distinta, conforme o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, laços sociais são sempre necessários para a reprodução das condições de vida humana. Quanto mais desenvolvida é uma sociedade, maior e mais complexos são os laços sociais que a compõem. Neste sentido, o trabalho despendido na reprodução da vida humana possui necessariamente uma dimensão social. O trabalho social é um dado ontológico da existência humana. Segundo Aued (1998, pg. 3), “Desde o momento que alguém produz para que os outros sobrevivam, o trabalho materializa uma relação entre os homens, portanto, uma relação social”.

Os primitivos agrupamentos humanos já produziam a sua própria existência socialmente. Mesmo no estágio pré-histórico da cultura humana, na "infância do gênero humano" (Engels, 1953, pg. 21), quando "(...) todos los hombres se dedican a la producción víveres (...) e, por isso, "es imposible establecer una división social del trabajo, una especialización en diferentes oficios" (MANDEL, 1962, pg.24), jamais todos os membros estiveram envolvidos diretamente com a produção da vida. Pensemos numa tribo ou clã primitivo. Ela era composta

por adultos, crianças e idosos, bem como por elementos em condições diferenciadas de saúde, alguns saudáveis, outros doentes, e também por mulheres em estágios avançados de gestação. Muitos dos elementos de um agrupamento primitivo estavam, portanto, temporária ou permanentemente impossibilitados de viverem do próprio trabalho. Assim, se alguns membros não produziam, e outros os substituíam nas tarefas produtivas, vivendo os improdutivos com o produto do trabalho dos produtivos, então, o trabalho transcende a caráter meramente natural, como metabolismo homem e natureza, e adquire também caráter social. Dessa maneira, a primeira condição para a transmutação da atividade humana em si, em atividade também social, foi a determinação natural que emergiu da vida comunal desses grupos primitivos. Conforme Marx, a constituição de famílias pela procriação, bem como a formação de tribos primitivas como formas mais desenvolvidas destas famílias, são vistas como:

"A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, aparece agora como dupla relação: de um lado, como natural, de outro como relação social — social no sentido que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade" (Marx, 1999, pg. 42).

Evidencia-se, aqui, uma primeira forma de divisão do trabalho social, ainda primitiva e pouco desenvolvida, condicionada pela natureza biológica humana e que apenas representou um caráter mais extenso da divisão sexual do trabalho no interior da família patriarcal primitiva.

Como relações de natureza familiares estendidas, a comunidade primitiva sobrepunha-se aos elementos que a constituem. Todos viviam em relações de dependência direta e independentemente do trabalho próprio, determinação que se externalizou no caráter diretamente social que adquiriu o trabalho. Em outras palavras, os membros dessas comunidades apropriavam-se dos meios de subsistência não como indivíduos produtivos, mas sim, como simples membros desse todo orgânico que era a comunidade primitiva. Por isso, nestas condições primitivas de produção da vida, não é correto ainda falar em indivíduos. Se os homens produziam a vida juntos, cooperando, não o faziam como indivíduos produtores independentes, mas como membros comunitários. Estas relações de dependência direta externalizaram-se no caráter diretamente social que adquiriu o trabalho social: "Quanto mais se recua na história, mais dependente aparece o indivíduo e, portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence." (Marx, 1982, pg.4). Observa-se, assim, que o modo de cooperação que correspondeu à posse comum dos meios e objetos de trabalho foi, em si mesmo, determinado grau histórico de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social ao qual correlaciona-

se determinado modo histórico de apropriação ou forma histórica de propriedade: a propriedade comunista primitiva ou tribal. Nas palavras de Marx,

"A primeira forma de propriedade é a propriedade tribal. Ela corresponde à fase não desenvolvida da produção que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, no máximo, da agricultura. Neste último caso, a propriedade tribal pressupõe grande quantidade de terras incultas. Nesta fase, a divisão do trabalho, está ainda pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural no seio da família. A esta estrutura social limita-se, portanto, a uma extensão da família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e finalmente os escravos. A escravidão latente na família desenvolve-se paulatinamente com o crescimento da população e das necessidades, e também com a extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca. (MARX, 1999, pg. 30)

O crescimento e a densidade populacional ampliam a base da divisão fisiológica do trabalho social, mas não introduzem rupturas em sua natureza específica. O contato entre tribos primitivas autônomas é a origem desta ruptura na natureza específica do modo de cooperação. Tem-se, assim, uma divisão do trabalho social que se projeta do exterior das comunidades autóctones através do intercâmbio de mercadorias: "Aqui, surge a divisão social do trabalho por meio do intercâmbio entre diferentes esferas de produção originalmente diferentes, porém independentes entre si" (Marx, 1982, pg. 277).

Este novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social encarregou-se de dissolver aquelas relações de produção comunitárias primitivas e introduziu as relações de classe como fundamento da divisão do trabalho social.: "En las condiciones primitivas, el esclavo no existe. En una época en que dos manos no pueden producir más do que lo que consume una boca, no existen bases económicas. Por eso, el esclavo sólo aparece cuando se aprende a almacenar o integrar en amplias labores de construcción los productos acumulados del trabajo" (Malinowski apud MANDEL, 1962, pg. 38).

Os homens surgiram agora divididos em duas classes: os produtores diretos, os escravos, e os ociosos, o senhor dos escravos. A escravidão introduziu, pela primeira vez, a distinção social entre os homens como o fundamento das relações sociais de produção da vida, haja vista que, nas relações escravocratas, os produtores diretos apenas cooperam no processo de trabalho como diferentes. A coerção física exercida pelas classes dominantes em relação à classe explorada materializou a forma histórica de relação social entre aqueles que trabalhavam e o restante da sociedade, a qual vivia do trabalho alheio. Dessa forma, a ontológica necessidade de

transformação da natureza pelo trabalho humano para reproduzir a vida social fundou-se, assim, na subordinação explícita de uns por outros, relação que assegurou, naquelas condições, a transformação do trabalho da classe laboriosa em trabalho diretamente social ou, em outras palavras, a relação social de produção assentada no antagonismo de classe pela violência, que é, em si mesma, determinado grau histórico de desenvolvimento das forças produtivas, o que corresponde a determinado modo de apropriação da forma de propriedade privada: a escravista primitiva. A propriedade sobre o escravo, a propriedade móvel, foi então a primeira forma

Relações sociais de produção entre homens diferentes jamais poderiam organizar uma base produtiva social para além da desigualdade e da heterogeneidade. Assim, uma vez que as relações de produção escravistas tinham por base produtiva social o trabalho desigual, heterogêneo, produtor de valores de uso, simples trabalho concreto, útil, o trabalho social adquiriu a forma natural do produto do trabalho, que, por isso, jamais transcendeu as bases naturais biológicas do processo de trabalho tal qual mero metabolismo entre homem e natureza, cuja determinação era a satisfação das necessidades sociais.

A formação de uma sociedade de classes originada da dissolução das relações cooperativas primitivas pelo intercâmbio de mercadorias expressou a sistemática relação de troca entre o campo e a cidade: "A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre cidade e campo" (Marx, 1982, pg. 278). No modo de produção escravista, a cidade domina o campo. Daí que a decadência da última grande civilização ocidental escravista, o império romano, corresponde ao fim do domínio da cidade sobre o campo.

As conquistas de vastos territórios imperiais pelos germanos resultaram no declínio do comércio, da agricultura e do artesanato e, com isso, perdeu-se grande parte das forças produtivas desenvolvidas no período anterior. O modo de produção feudal emergiu dos pressupostos forjados durante a decadência deste modo de cooperação antigo. Se a propriedade móvel, o escravo, estabeleceu, a subordinação do campo à cidade, modo de cooperação que caracterizou a antiguidade clássica, agora, no modo de produção feudal, o campo domina a cidade, uma vez que as grandes extensões territoriais, a propriedade imóvel, surgiram como principal meio e objeto de trabalho, logo, como fonte do poder feudal. A degeneração do modo de cooperação escravista ou o que é o mesmo, da divisão do trabalho social fundada na propriedade móvel, o escravo,

corresponde, portanto, ao fim da hegemonia urbana, à decadência da cidade. Entretanto, antagonismo entre cidade e campo não desapareceria nos começos da Idade Média, embora o pêndulo da hegemonia produtiva pendesse ao campo. Uma divisão do trabalho social mais desenvolvida entre a indústria artesanal urbana e a agricultura surgiria somente no apogeu desse feudalidade não prestariam nenhum tributo às grandes cidades da antigüidade clássica. Neste sentido, pode-se afirmar que a transição da propriedade móvel, o escravo, para a imóvel, a terra, corresponde ao desenvolvimento de forma distinta de produção da vida ou modo de cooperação diferente, que nada mais é do que a constituição de uma nova potência produtiva do trabalho social, à qual corresponde determinado modo de apropriação ou propriedade privada: a propriedade feudal. Segundo Marx:

"As diversas formas de divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto"(Marx, 1999, pg. 29)

Da organização da produção da vida assentada na propriedade imóvel originou-se um determinado modo de cooperação ou divisão do trabalho social que caracterizou o modo de produção feudal: a relação de servidão. As relações de servidão, como forma então hegemônica de relação social de produção, fundamentaram-se também na diferença entre os homens, mas, ao contrário da relação de produção escravocrata, baseada na violência direta, eram os laços de dependência pessoal recíproca, manifestas numa complexa hierarquia de obrigações pessoais que organizavam a produção social da existência: "(...) encontramos aqui todos dependentes — servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais de produção quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela." (Marx, 1982, pg. 74).

A tradição e o costume foram as formas históricas que concretizaram a relação entre homens desiguais durante o regime feudal. Nada havia em comum entre estes homens que se relacionassem socialmente, por isso, o trabalho social jamais assumiu um caráter distinto da forma natural do trabalho, enquanto trabalho concreto, produtor de valor-de-uso. O trabalho social não adquiriu, portanto, nenhuma determinação singular nas relações sociais entre aqueles homens distintos que se relacionam por laços de obrigações pessoais recíprocas, por isso, "(...) justamente porque relações de dependência pessoal constituem a base social dada, os trabalhos e

in natura." (Marx, 1982, pg.74).

Na relação de produção servil, o trabalho social permaneceu como trabalho de caráter particular, produtor de valor-de-uso, heterogêneo e, por isso, não engendrou nenhuma base produtiva para além da particularidade do trabalho individual, próprio. Aliás, precisamente porque o trabalho humano é diretamente social, na forma natural de produtos, é que a base produtiva pôde assentar-se no trabalho individual, cuja determinação está baseada na natureza biológica do homem, razão pela qual as relações de produção servis caracterizaram-se pela estabilidade e imobilidade, as quais são próprias das instituições de casta ou estamentais.

As cidades surgidas durante a Idade Média formaram-se a partir de um movimento distinto das cidades da antigüidade clássica. Segundo Marx (*Ideologia Alemã*, pg.79), as cidades da Idade Média desenvolveram-se a partir dos servos emancipados das relações servis ou, ainda, daqueles servos que fugiram das precárias e violentas condições de vida no campo. Como homens livres, autônomos e independentes, os servos emancipados viviam do próprio trabalho e organizados segundo as regras corporativas, a forma de cooperação urbana que corresponde às relações de servidão no campo. Cada trabalhador dominava na íntegra o processo produtivo e, além disso, o produtor artesão era também responsável pela venda do produto do próprio trabalho. A cooperação pouco desenvolvida do trabalho artesanal ou o que é o mesmo, a divisão do trabalho limitada à corporação, bem como ao comércio circunscrito à localidade, apenas limitado aos mercados locais, corresponde à determinado desenvolvimento das forças produtivas cuja base produtiva ainda são as mãos humanas.

Ao longo da história humana, a cidade em si mesma representou uma forma de produção da existência distinta daquela relacionada ao campo. Na cidade, a divisão do trabalho é mais extensa, a cooperação entre os homens na produção é mais desenvolvida, enfim, as forças produtivas urbanas são efetivas ou potencialmente mais extensas.

O comércio, que começava a surgir como processo autônomo, especializou mais e mais a produção individual, isolando o produtor privado, mas simultaneamente intensificando a interação entre os produtores. A extensão do intercâmbio introduz novas ferramentas e métodos no processo do trabalho, a maior especialização contribuiu para o acúmulo de habilidades, o desenvolvimento da destreza e do virtuosismo na execução das tarefas. O número de indivíduos dotados com tais potencialidades cresceu. Esta cooperação ampliada, a divisão mais extensa do

trabalho, portanto, que especializou não apenas o trabalhador, mas também as regiões produtoras, além disso, potencializou ainda mais as forças produtivas do trabalho social e criou os pressupostos de um novo modo de cooperação, cuja base fundava-se na divisão do trabalho no interior do próprio processo produtivo, como veremos.

Até aqui, vimos que as diferentes formas históricas da propriedade privada são, em si mesmas, determinadas formas de divisão do trabalho social assentadas em relações de domínio ou servidão. Entretanto, a hegemonia que as formas clássicas de produção da vida adquiriram ao longo da história humana não excluiu a existência de relações de produção distintas das dominantes, como as relações entre homens iguais, livres, autônomos e independentes, que ocupavam o espaço urbano na Idade Média, bem como formas de produção da vida que não se constituíram propriamente em relações de produção, como o roubo, o saque, a caridade etc, que, justamente por serem formas não hegemônicas, pressupunham homens que não estavam subordinados nem às relações de escravidão, nem às relações de servidão, assim como às relações comunitárias primitivas. Estes homens não poderiam ser, portanto, proprietários de escravos, senhores feudais ou membros de comunidades comunistas primitivas, tampouco escravos ou servos. Ou seja, nem a coerção direta, como nas relações de escravidão, nem a tradição e o costume, como nas comunidades primitivas ou nas relações de servidão, expressariam as relações entre eles.

"A propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção serve de base à pequena indústria, e esta é uma condição necessária para desenvolver-se a produção social e a livre individualidade do trabalhador. Sem dúvida, encontramos essa pequena indústria nos sistemas de escravatura e servidão e outras relações de dependência. Mas, ela só floresce, só desenvolve todas as suas energias, só conquista a adequada forma clássica quando o trabalhador é o proprietário livre das condições de trabalho (meios e objeto de trabalho) com as quais opera, a saber, o camponês é o dono da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que maneja com perícia." (Marx, 1975, pg.879)

Na Idade Média, a autonomia, a liberdade e a independência eram as características próprias de homens que já não estavam mais atrelados às relações de servidão, os burgueses que, como indivíduos independentes, livres e autônomos, relacionavam-se como iguais, adquirindo, por isso, o caráter jurídico de proprietários privados do produto do próprio trabalho. Esta relação universal entre os homens desvinculou a produção social da vida dos laços tradicionais das obrigações pessoais e religiosas, bem como das restrições locais e individuais. Tal universalidade nas relações humanas materializou-se na relação de troca e conferiu ao produto do trabalho

humano o caráter de mercadoria, a primeira forma universal do metabolismo do trabalho social. Tal como relação entre proprietários privados dos meios de produção e produto do próprio trabalho, iguais, independentes, livres e autônomos, o trabalho social adquire a forma singular de valor, categoria econômica que determina e regula o metabolismo social do trabalho como equivalente. Assim, as mercadorias somente penetram na esfera do consumo se antes forem realizadas como valor equivalente, isto é, a etapa do consumo é necessariamente antecedida por atos de compra e venda. Daí o porquê dessa relação de produção específica ser propriamente mercantil.

Cosmopolita e aventureira por natureza, a mercadoria percorreu, ainda em tenra idade, longas distâncias, exibindo-se em feiras diversas e, sem distinguir jamais origem, credo ou cor entre aqueles que a desejavam, satisfaz solícita os caprichos e necessidades humanas sempre que falassem sua língua. Mas, afinal, que significa essa linguagem própria da mercadoria? Ou ainda, em outras palavras, que singularidade adquiriu o trabalho social como mercadoria? Vejamos.

2.1.1. A singularidade do trabalho social nas relações mercantis

Para além da multiplicidade e da diversidade do universo dos valores-de-uso das mercadorias, evidencia-se, de imediato, a identidade das mesmas no valor-de-troca. O valor-de-troca aparece, assim, tão logo duas coisas distintas são relacionadas através de uma relação de troca. A relação entre proprietários privados dos meios de produção e produto do próprio trabalho, iguais, independentes, livres e autônomos de uma relação entre coisas. A universalidade dos homens aparece assim na universalidade das coisas. É no valor-de-troca que tal realidade invertida se expressa, ou seja, o valor-de-troca expressa a relação de igualdade entre duas coisas diferentes; é a unidade externa entre coisas diversas. Mas, na relação de troca entre os distintos valores-de-uso, meras coisas, portanto, que são diferentes trabalhos objetivados úteis, dispersos e isolados, por isso, múltiplos e diversos. evidencia-se também que o valor-de-troca é mera forma de manifestação de um conteúdo distinto das particularidades dos elementos materialmente presentes na relação de troca : "(...) primeiro, os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém:

valores-de-troca só podem ser o modo de expressão, "a forma de manifestação " de um conteúdo dele distinguível" (MARX, 1982 a, pg. 46)

A abstração dos valores-de-uso, manifestada no valor-de-troca, que é a forma externa da universalidade dos homens, caracteriza a relação de troca das mercadorias; é, pois, a sua linguagem. Assim, se os valores-de-uso, na relação de troca, são reduzidos, abstraídos, no valor-de-troca, também o trabalho útil despendido na sua produção perde suas características concretas e reduz-se a trabalho com características gerais, indistintas, simples trabalho humano em geral, conteúdo comum e singular que substancia e quantifica o valor das mercadorias. Em síntese, o desígnio comum, a unidade na diversidade, enfim, o valor-de-troca propriamente dito, a forma de expressão necessária das relações de produção mercantis, isto é, do valor das mercadorias, possui substância e magnitude, logo, objetividade social, porque contém trabalho humano em geral objetivado, ou ainda, mais precisamente, tempo de trabalho humano abstrato. A singularidade das relações mercantis está contida, portanto, na caracterização do trabalho social como trabalho humano abstrato, objetivado no valor das mercadorias.

Esta singularidade das mercadorias, que é propriamente a universalidade dos homens, proprietários privados dos meios de produção e produto do próprio trabalho, iguais, livres e autônomos, que se contrapõem à diversidade das mesmas como valor-de-uso, é a linguagem peculiar, própria e universal que adere a todas as coisas no mundo das relações mercantis, cuja objetividade, tal qual valor, pondera as ações destes homens na reprodução da vida. Assim, as mercadorias somente se realizam como valores-de-uso afirmando-se reciprocamente, antes, através do valor, como coisas de idêntica qualidade, mesma natureza. Portanto, isto é igual a tempo objetivado de trabalho social ou valores equivalentes. O metabolismo social dos produtos do trabalho, a obtenção pelos produtores diretos, individuais e dispersos dos valores-de-uso necessários à reprodução da própria existência, é assim um ato *a posteriori* à realização das mercadorias como valores:

"Vir a ser valor-de-uso para seus possuidores pressupõe a alienação multilateral das mercadorias, isto é, sua entrada no processo de troca. Mas o modo de ser das mercadorias para a troca é seu modo de ser como valores-de-troca. Por isso, para efetivarem-se como valores-de-uso as mercadorias, devem efetivar-se como valores de troca" (Marx, 1982b, pg.41)

Na forma de valores, as mercadorias são idênticas, simples frações diminutas da riqueza social, por isso, só se diferenciam quantitativamente. Os produtores diretos, individuais e

dispersos somente adquirem direito à apropriação desta cota parte da riqueza social, que está na forma de valores-de-uso de propriedade alheia, entregando à sociedade, também na forma valores-de-uso socialmente úteis, como trabalho privado útil, dado a magnitude da substância social da riqueza, ou seja, igual tempo de trabalho humano abstrato ou valor equivalente. O valor objetivado nas mercadorias atua, portanto, como uma força social objetiva e não natural que regula e condiciona a reprodução da vida dos produtores diretos com a determinação de uma lei natural : a lei do valor.

A lei do valor que emana das próprias relações mercantis impõe uma dinâmica eminentemente social à reprodução da vida e, por isso, está deslocada das condições privadas e naturais do trabalho direto e individual, mas cuja base produtiva ainda está fundada sobre as condições biológicas do trabalho humano:

"Por um lado, esquece-se freqüentemente que o suposto do valor-de-troca, enquanto base objetiva do sistema produtivo em conjunto, já inclui em si a coerção ao indivíduo; que seu produto imediato não é um produto para si, pois só chega a sê-lo através do processo social e tem que adotar esta forma geral e exterior; que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor-de-troca, o que implica a inexistência absoluta de sua existência natural, o indivíduo está, pois, completamente determinado pela sociedade. " (MARX apud Belluzzo, 1987, pg.83).

As relações de troca objetivamente ponderadas pelo tempo de trabalho humano abstrato, pela lei do valor, não foram o ponto de partida histórico das relações sociais de produção mercantis, mas o resultado final de um longo processo de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho que principiou ainda em períodos remotos da história humana e culminou com o trabalho individual e disperso como forma superior de produção da existência humana, como veremos no próximo ítem deste trabalho. (AUED, 1992, pg. 2). Como proprietários privados, livres, autônomos e independentes e iguais, os homens mercantis relacionam-se pela troca. A troca dos produtos do trabalho concretiza a universalidade destes homens; relaciona aqueles proprietários isolados e dispersos. As relações de troca, neste sentido, são uma conexão, um modo de cooperação entre os homens, por isso, uma força produtiva social em si, a qual corresponde determinada forma histórica de propriedade: a propriedade mercantil, caracterizada pela propriedade do produtor direto dos meios, objetos e produto do trabalho. Na forma de força produtiva social, domina os indivíduos, coagindo-os às condições de produção determinadas socialmente. No entanto, a produção da riqueza, eminentemente social, para além

dos indivíduos, mas que emana da ação isolada destes, desprende-se das condições naturais do trabalho e entra em contradição com a base produtiva fundada sobre o trabalho próprio, cuja determinação está determinada pelos limites naturais /biológicos do trabalho próprio. Neste sentido, o valor objetivamente ponderado pelo tempo de trabalho humano abstrato que, conforme veremos à frente, externaliza-se na forma de dinheiro como forma desenvolvida do valor-de-troca e que, por isso, já é a manifestação mais acabada do movimento contraditório inerente à relação mercantil, o que permite seu movimento negativo. Além disso, contém em si o germe da relação assalariada ulterior, cujo processo produtivo é também um processo social. Do ponto de vista lógico, tem-se um movimento negativo em referência à relação mercantil cujo trabalho social produz riqueza social, valor; e o trabalho individual, riqueza material, valores-de-uso:

"Por fim, não se vê que já na determinação simples do valor-de-troca e do dinheiro (isto é, na sociedade mercantil simples) está latente à antítese entre trabalho assalariado e capital. O desejo de que o valor-de-troca não se torne trabalho assalariado é tão piedoso apud Belluzzo, 1987, pg.83).

2.1.2. Relações mercantis, Relação Capitalistas e Cooperação.

Vimos que as relações sociais de produção são em si mesmas as forças produtivas do trabalho social, às quais correspondem determinadas formas históricas de propriedade. Até aqui, analisaram-se três formas históricas da propriedade privada: i) a propriedade privada escravista, ii) a propriedade privada feudal e iii) a propriedade privada mercantil, as quais referem-se a três modos de cooperação distintos. Vimos ainda que os produtores diretos alcançaram um grau superior de forças produtivas do trabalho social como proprietários privados dos meios de produção e do produto do próprio trabalho, livres, iguais, independentes e autônomos, isto é, como homens mercantis. Isolados e dispersos, os pequenos compenses livres e os artesões conectam-se pela troca, cujo conteúdo é um trabalho geral, homogêneo e indistinto— o trabalho abstrato — que emana das próprias condições sociais da produção da vida mercantil; é a própria relação social que os organiza e condiciona suas ações como valor. E, tanto mais o faz quanto mais ampla é a conexão dos homens através da troca, isto é, mais generalizadas estão as relações mercantis. Neste sentido, quanto mais o artesão ou o camponês livre produz para a sociedade, mais a sociedade produz para eles; quanto mais especializados são os ofícios, mais extenso é o

espectro das necessidades dos produtores diretos, logo, mais e mais a vida é socialmente produzida.

Assim, o modo de cooperação nesta sociedade de produtores diretos atomizados e dispersos carece de todo o planejamento prévio, planificação ou ação conjunta articulada, pues sólo conoce una forma de la vinculación social: el mercado. Por lo tanto, en esa sociedad el productor sólo se entera *post festum*, ' una vez que realizado el intercambio [...], si su mercancía satisface realmente una necesidad social y si há aplicado correctamente su tiempo de trabajo'¹" (Rosdolsky, 1989, pg. 151). Tem-se aqui um modo singular de cooperação entre produtores diretos que emerge precisamente da universalidade destes homens no processo de produção da vida. Atomizados, mas unidos pelo intercâmbio, os homens mercantis produzem através de um processo de trabalho individual. Por isso, não é correto afirmar que o modo de cooperação mercantil é propriamente um processo de trabalho cooperativo, uma vez que este processo em si não é social, cooperativo. Porque não é um processo de trabalho cooperativo—não é correto aqui usar a expressão divisão social do trabalho mercantil—, isto é, social, produção material com base nas relações mercantis é limitada. A força de trabalho atomizada e a dispersão dos meios de produção, que são em si a universalidade da relação mercantil, não contemplam a potência produtiva do trabalho social. Vejamos agora como a cooperação em geral é ela mesma uma força produtiva do trabalho social.

De acordo com Marx (1982, pg. 259), a cooperação "pode ser definida como a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos".

Segundo Aued (1998, pg. 1), a cooperação, como força produtiva, foi utilizada esporádica e eventualmente na história da humanidade até o surgimento da sociedade burguesa, sem jamais constituir uma base produtiva geral. No modo de produção capitalista, ao contrário, a cooperação dos homens no processo produtivo é a base universal da produção, entretanto, surge recriada numa forma histórica específica como cooperação manufatureira, como veremos.

Em todas as formações sociais em que a apropriação da riqueza material possui caráter privado — modos de apropriação que correspondem a determinado nível histórico de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que nada mais são que propriamente o modo de cooperação ou divisão do trabalho social — os produtores diretos estão atados às

condições de trabalho como os animais à natureza. Por isso, nas grandes obras da antigüidade e do período feudal, tais como a "construção de pirâmides, de diques, de palácios, de igrejas e de outros monumentos suntuosos, na caça de grandes animais, como força motriz na navegação, nas guerras, nas colheitas etc (Aued, 1998, pg. 1), a união destes homens no processo produtivo, a cooperação, propriamente dita, sucedeu-se porque os mesmos estavam submetidos às respectivas relações de produção históricas, portanto, formas históricas de propriedade privada, cuja apropriação do trabalho social se concretizou pela violência direta ou pela tradição e costume. O plano de ação consciente, a organização conjunta e sistemática da produção, enfim, a cooperação com vistas à obtenção de determinado efeito útil, expressou, portanto, um processo trabalho cujo controle e organização estão para além dos produtores diretos.

É através da cooperação que o trabalho dos indivíduos adquire o caráter de força produtiva social. Esta é uma potência produtiva que transcende o somatório das potências produtivas individuais. Assim, a força produtiva da cooperação advém da constituição de trabalho social médio, que é uma abstração real que emerge da união dos homens no processo de trabalho. As vantagens gerais da cooperação manifestam-se empiricamente através da potência produtiva superior da jornada de trabalho média ou trabalho social médio, bem como da revolução nas condições objetivas no processo de trabalho associada ao uso coletivo dos meios de produção. Tal superioridade produtiva do trabalho cooperativo evidencia-se na medida em

"Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais, a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor-de-uso, diminuindo, por isso, o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil." (Marx, 1982, pg.262).

As fontes concretas desta superioridade produtiva do trabalho social médio, cooperativo, são diversas, conforme nos indica Marx neste esclarecedor trecho:

"Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho, ou por estender sua escala espacial de ação, ou por aumentar o campo espacial de produção em relação à escala de produção, ou por mobilizar no momento crítico muito mais trabalho em pouco tempo, ou por provocar emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social

¹ Roldolky apud Rudolf Hilferding.

médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho social ou força de trabalho do trabalho social" (Marx, 1982, pg.262)

Para que a potência produtiva do trabalho social manifeste-se, é necessário que os produtores diretos estejam unidos no processo produtivo. Tais condições não se encontravam prontas e acabadas no modo de cooperação mercantil, caracterizado pelo isolamento dos produtores e dispersão dos meios de produção. Por isso, o desenvolvimento de potências produtivas superiores às mercantis somente foi possível com a concentração inicial dos meios de produção: "De início, a diferença é, portanto, meramente quantitativa." "A oficina do artesão é apenas ampliada"(Marx, 1982. Pg. 257). O modo de cooperação que emerge da concentração dos meios de produção e força de trabalho num mesmo espaço sob o controle e coordenação do proprietário dos mesmos é o modo de produção capitalista. Dessa maneira, a relação capitalista de produção é, em si mesma, uma forma histórica específica da cooperação no processo produtivo, por isso, ela mesma (a relação burguesa) é uma força produtiva, potencializada pelas características gerais da cooperação, à qual corresponde determinado modo de apropriação ou forma de propriedade: a propriedade privada capitalista individual

2.1.3. Diferenças entre relação mercantil e relação capitalista.

Se nas relações mercantis a conexão entre os homens é a troca, agora, nas relações capitalistas, a conexão é a cooperação no próprio processo produtivo. Nestas, a singularidade que assume o metabolismo social do trabalho é a mais-valia na forma de universalidade que conecta os produtores diretos como não-proprietários dos meios de produção e produto do próprio trabalho aos proprietários dos meios de produção e dos produtos do trabalho; naquelas, a singularidade do metabolismo social do trabalho é o valor tal qual universalidade que conecta os produtores diretos mercantis. Nas relações mercantis, a troca é propriamente um modo de cooperação, uma conexão; nas relações capitalistas, a troca está subsumida ao modo de cooperação capitalista. Nas primeiras, a produção é ato individual e integral, e o produtor direto domina a processo como um todo; nas últimas, o processo produtivo é coletivo, social e fracionado em diversas operações especializadas sem jamais o produtor direto dominar o

processo na íntegra, potencializando, através das vantagens gerais da cooperação, a força produtiva imanente da relação capitalista.

2.1.5. O Trabalho Social Como Processo: O Modo de Produção Capitalista

O modo de produção capitalista pressupõe uma ruptura histórica, cuja natureza é a expropriação dos produtores diretos dos meios objetivos de produção da vida. Este processo histórico Marx denomina de Acumulação Primitiva:

"A que se reduz, em última análise, a acumulação capitalista, a origem histórica do capital? *Quando não é a transformação direta dos escravos e servos em assalariados*, (grifo meu), significa apenas a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada baseada no trabalho próprio".(Marx, 1975, pg. 879).

Pelo fato de os produtores diretos não mais possuem os meios de produção da existência, eles devem estar conectados aos meios de produção de propriedade alheia. Mas, somente o fazem produzindo para além do tempo de trabalho necessário à sua existência, ou seja, o tempo de trabalho dos produtores diretos, além de produzir as suas vidas, também produz a vida dos proprietários dos meios de produção. A rigor, a conexão aos meios de produção de propriedade alheia somente se dá quando os produtores diretos produzem para além das suas necessidades de subsistência. A diferença entre o tempo de trabalho necessário à subsistência dos trabalhadores diretos e o tempo de trabalho efetivo no processo produtivo é a mais-valia, categoria que regula e organiza o modo de produção capitalista. Da condição concreta dos produtores diretos como não-proprietários dos meios e objetos objetivos do processo de trabalho, constitui-se a relação de produção burguesa, portanto, as forças produtivas do trabalho social especificamente capitalistas. Aqui cabe a seguinte indagação: De onde se origina propriamente a força produtiva da relação de produção burguesa? Ora, conforme já vimos, da própria relação burguesa. Vejamos.

As mercadorias como produto do modo de produção capitalista contêm dado tempo social de produção maior do que o tempo adiantado pelo proprietário para produzi-las. Supondo tempo de trabalho social necessário igual ao valor da mercadoria, isso significa que o valor da mercadoria capitalista que penetra na circulação é maior do que o retirado da mesma, ou adiantado pelo capitalista, também na forma de mercadorias (meios de produção, materiais

auxiliares, matérias-primas e força de trabalho) para a sua produção. Daí, pode-se inferir que, mesmo vendendo a mercadoria abaixo do seu valor, o proprietário apropria-se de parte do trabalho social excedente, isto é, da mais-valia produzida (embora não em sua totalidade). Em relação à produção mercantil, cujo tempo de trabalho social objetivado na produção e reprodução das mercadorias lançadas na circulação deve ser equivalente ao tempo de trabalho social retirado da mesma para que as condições de produção seja simultaneamente condições de reprodução, no modo de produção capitalista, as condições de produção são passíveis de reprodução, mesmo quanto ao tempo de trabalho social despendido na produção e lançado na circulação é maior do que aquele tempo social retirado da mesma e apropriado pelo proprietário dos meios de produção. Por isso, no modo de produção capitalista há racionalidade em permanecer produzindo mesmo quando o valor lançado no mercado é menor do que o valor retirado do mesmo pelo capitalista. Em outras palavras, se na produção mercantil as mercadorias somente podem ser vendidas pelo seu valor, isto é, pelo tempo socialmente necessário para produzi-las e reproduzi-las, na relação capitalista de produção, as mercadorias podem ser vendidas por um valor menor do que custa para a sociedade produzi-las e, mesmo assim, o processo produtivo reproduz ampliamente suas condições de produção objetivas e subjetivas. Daí que a relação capitalista de produção é ela mesma uma força produtiva superior em relação à relação mercantil. Diante disso, entende-se por que a força produtiva do trabalho social, recriada como cooperação manufatureira, potencializa as forças produtivas capitalistas na medida em que as economias associadas ao uso coletivo dos meios de produção, bem como a criação da jornada social média (constituição do trabalhador coletivo), que são apenas características gerais da cooperação, são apropriadas gratuitamente pelo proprietário tal como o são também as forças da natureza, potencializando, com isso, mais e mais a produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas. Como forma superior de organização produtiva, as relações de produção capitalistas ampliam-se apenas como negação das relações mercantis de produção. Por isso, a propriedade privada burguesa individual reproduz-se destruindo a propriedade privada mercantil.

2.2 A função revolucionária das trocas: O Efeito Civilizador do Comércio Externo

Vimos como a sucessão das formas de propriedade correspondem a alterações na divisão do trabalho social (modo de cooperação) que os homens necessariamente empreendem na

produção da sua própria existência. Segundo Marx (1982, pg. 277), a divisão do trabalho social tem duplo ponto de partida: i) a divisão social do trabalho que se desenvolve a partir de uma base
 ii) a divisão do trabalho social que evolui por meio do intercâmbio. Esta última forma "dá impulso principal" (Marx, 1982, pg. 277) na decomposição dos modos de cooperação tradicionais. Por isso, faz-se necessário analisá-la em detalhes.

A relação de troca objetivamente ponderada pelo tempo de trabalho humano abstrato, portanto, pela lei do valor, não foi o ponto de partida histórico das relações sociais de produção mercantis, mas o resultado final de um longo processo de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho que principiou ainda em períodos remotos da história humana e culminou com o trabalho individual e disperso como forma superior de produção da existência humana (AUED, 1998, pg. 2). Em outras palavras, a relação entre proprietários privados livres, autônomos e independentes, as relações mercantis propriamente ditas, que se materializaria na troca de mercadorias objetivamente ponderadas pelo tempo de trabalho humano abstrato, foi o resultado final de um processo de degeneração das relações feudais, produção e consolidação de uma nova potência produtiva social centrada no indivíduo. Marx critica a Economia Política por pressupor o indivíduo como forma natural de existência humana. Adam Smith, por exemplo, projeta nas relações sociais da "infância" da humanidade a conduta do indivíduo livre do século XVIII e atribui as relações de troca primitivas a uma suposta "propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra" (Smith, 1982, pg. 49) derivada das faculdades da fala e do raciocínio, peculiares à natureza do indivíduo. As relações de troca seriam, portanto, na Economia Política, a forma natural e ontológica do metabolismo do trabalho humano. À concepção naturalista, idealista e a-histórica dos economistas clássicos acerca das relações mercantis, Marx contrapõe-se criticamente afirmando:

"Os profetas do século XVII, sobre cujos ombros se opóiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam esse indivíduo do século XVIII — produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI — como um ideal que teria existido no passado. Vêem-no não como resultado histórico, mas como ponto de partida da história, por que o consideram como indivíduo conforme a natureza — dentro da representação que tinha a natureza humana —, que não se originou historicamente, mas foi posto pela natureza". (Marx, 1982 b, pg 4)

As relações de troca estiveram presentes em maior ou menor grau no interior dos diferentes modos de produção humanos e perpassaram, portanto, toda a história humana, das primeiras tribos nômades, ainda no período neolítico, passando pelo escravismo primitivo e servidão feudal, até às concentrações urbanas pós-século XI. No interior de cada um destes diferentes modos de produção, então hegemônicos, as relações mercantis tiveram um papel marginal, existindo efetivamente apenas nos 'poros' destas sociedades e subordinadas à forma de produção hegemônica². No modo de produção capitalista, tal relação mercantil *parece* assumir caráter dominante. Além disto, o desenvolvimento das relações mercantis foi intermitente, jamais linear ou homogêneo no espaço, alternando, ao longo da história humana, períodos e locais de maior ou menor efervescência mercantil em que não extraordinariamente épocas mais antigas apresentaram maior desenvolvimento mercantil que os períodos relativamente mais modernos.

As relações de trocas primitivas não se originaram de manifestações espontâneas no interior das primitivas comunidades humanas, mas, sim, como resultado dos encontros eventuais entre essas comunidades. (Marx, 1982a, pg.81). Aliás, nestas condições primitivas, os objetos de uso ainda não são propriamente mercadorias, mas adquirem a forma de mercadorias através destas trocas acidentais e fortuitas, por isso, o valor das mercadorias ainda aparece como mera relação quantitativa entre coisas distintas, sem qualquer objetividade intrínseca : "A forma de troca direta de produtos é; x objeto de uso A= y objeto de uso B. As coisas A e B não são aqui mercadorias antes da troca, mas tornam-se mercadorias por meio da mesma" (MARX, 1982 a , pg.81 livro I. vol. I). Estas relações de "estranhamento recíproco" (Marx, 1982 a, pg. 81) entre as comunidades materializaram-se, inicialmente, então, na troca casual e não sistemática entre os produtos supérfluos ou não vinculados às necessidades imediatas destas tribos ou do clãs: "O primeiro modo, pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor-de-troca, é a sua existência como não-valor-de-uso, como quantum de um valor-de-uso que ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor" (Marx, 1982 a , pg.81 livro I. vol. I). Daí o caráter fugaz da forma mercadoria

² A subordinação de categorias que expressam uma relação social mais desenvolvida dentro de modos de produção menos desenvolvidos ou subsunção de categorias menos desenvolvidas à lógica da categoria dominante de um modo de produção mais desenvolvido é sutileza metodológica absolutamente fundamental quando se utiliza o referencial marxiano. Este é um dos aspectos metodológicos mais freqüentemente esquecido e subvertido.

nas relações de troca diretas. Mas, o caráter fugidio da mercadoria nas trocas diretas que, como vimos, concretizou-se como valor-de-troca casual e relativo, foi, pouco a pouco, sendo superado pela produção sistemática de objetos de uso para a troca, isto é, pela produção de mercadorias propriamente dita. Assim, a produção de valores-de-uso exclusivamente para a troca condicionou mais e mais as relações de troca às condições concretas da produção. O casuísmo e a acidentalidade do valor-de-troca foi, então, gradualmente superado e transcendido por um valor intrínseco à mercadoria e autonomizado numa mercadoria equivalente-geral. A rigor, a superação das primitivas trocas casuais e acidentais por relações de troca freqüentes e cotidianas, sistemáticas e não acidentais e, conseqüentemente, a projeção externa do valor numa mercadoria equivalente, que executaria, embora ainda em forma pouco desenvolvida, as funções de dinheiro, pressupõe determinado desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, condição que emergiu naturalmente quando: "Na Ásia, [os homens] encontraram animais que se deixaram domesticar e puderam ser criados em cativeiro", assim, "certas tribos mais adiantadas (...) fizeram da domesticação de animais sua principal ocupação". (Engels, 1954, pg. 127). Segundo Engels (pg. 23, obras escolhidas), foram as condições naturais peculiares ao hemisfério oriental que determinaram o surgimento dessas tribos de pastores. Neste mesmo sentido, argumenta Marx:

"Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sua diferenciação e a variedade de seus produtos naturais que consistem na base física da divisão social do trabalho e que incitam o homem, com a diversidade das condições naturais em que vive, a multiplicar suas necessidades e aptidões, instrumentos e métodos de trabalho" Marx, 1975, pg.589)

Dessa maneira, é possível evidenciar tanto em Engels, cujo argumento baseou-se principalmente na história dos povos primitivos, quanto em Marx, que em "O Capital" abstrai da história um argumento geral para o desenvolvimento das forças produtivas nos períodos primeiros da história humana, o fundamento físico, natural, que condiciona à produção fundante para as primitivas relações de troca. A primeira condição para o desenvolvimento das forças produtivas é, portanto, a própria natureza.

Na Ásia, encontravam-se quase todos os cereais cultiváveis, exceto o milho (o mais importante) e também todos os animais domesticáveis (no oeste havia apenas o lhama). Assim, através dessa produção mais abundante e variada, resultado do desenvolvimento das técnicas de pastoreio, essas tribos destacaram-se da massa de bárbaros e tornam-se agentes da "primeira

grande divisão do trabalho social" (Engels, pg. 127, obras escolhidas). As tribos nômades "tinham sobre eles [os bárbaros] a vantagem de possuir mais leite, laticínios e carnes; além disso, dispunham de peles, lãs, couros de cabra, fios e tecidos, cuja quantidade aumentava na medida em que aumentava a massa das matérias-primas. Isso tornou possível, pela primeira vez, o intercâmbio regular" (Engels, pg. 127, obras escolhidas).

A coexistência de tribos com diferentes potências do trabalho, mesmo que em ambas ainda permanecesse a rudimentar divisão sexual do trabalho, cuja base é a aptidão física, incrementou a forma de conexão baseada na troca de produtos que se tornam, então, sistemáticas

A ruptura com as antigas formas comunais de organização social projetou-se a partir dessas formas de intercâmbio que não correspondem ao modo de cooperação ou divisão do trabalho primitivas, as quais, como vimos, estavam caracterizadas pela apropriação diretamente social do trabalho. Os produtos estrangeiros passariam a ser incorporados e absorvidos no espectro de necessidades sociais nativas. As mercadorias forâneas tornaram-se, assim, uma necessidade social, uma vez que, além de expressarem relações de propriedades externas à comunidade, condicionavam que a fração do dispêndio de trabalho comunal fosse objetivada mais e mais em produtos para troca. A divisão do trabalho natural, sexual, condicionada pelas aptidões físicas dos membros tribais, não continha a potência produtiva suficientemente desenvolvida para a produção de excedentes sistemáticos para a troca. Fazia-se necessário, então, um modo de cooperação (divisão do trabalho social) distinto, cuja força produtiva ampliasse a riqueza material, condição satisfeita apenas com a transformação da divisão do trabalho comunal em divisão do trabalho escravocrata. Ou seja, a emergência da propriedade privada baseada na

Por isso, em Marx, o modo de cooperação ou divisão do trabalho, assim como forças produtivas do trabalho social, são expressões sinônimas à propriedade privada. Ao desenvolvimento das forças produtivas, seguem-se necessariamente transformações na formas de propriedade privada. Segundo Marx: [...] divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia com relação à atividade, aquilo se enuncia que a segunda em relação ao produto da atividade" (Marx, 1999, pg. 46). Nesse caso, a dissolução da propriedade comunista primitiva originou a primeira forma de propriedade privada capaz de organizar a sociedade: a propriedade privada escravocrata.

A apropriação individual pelos chefes tribais das mercadorias obtidas na troca foi a primeira forma que assumiu a propriedade privada móvel no interior dessas comunidades, mas jamais se impôs como forma dominante de organização da sociedade primitiva. Vejamos:

Inicialmente, a propriedade individual restringia-se à posse dessas mercadorias estrangeiras, mas, depois, estendeu-se também sobre o principal artigo alienável, o gado. Os produtos estrangeiros obtidos pela troca, já então como propriedade individual de um chefe familiar, passariam a ser incorporados e absorvidos no espectro de necessidades sociais nativas. Assim, as mercadorias estrangeiras, como propriedade individual, surgiram gradativamente no interior daquelas comunidades autóctones como expressão de relações de propriedade ainda estranhas, alienígenas, principiando um longo período de dissolução das relações comunitárias primitivas que culminaram com a riqueza tal qual propriedade individual e a exploração do homem pelo homem através de relações de escravidão. O aumento da riqueza social assumia então a forma de riqueza privada, contribuindo para a emergência de uma organização da produção não mais comunitária, tribal, mas escravocrata. As relações de escravidão surgiram, assim, como o produto genuíno de uma nova forma de cooperação ou divisão do trabalho que permitisse o aumento da quantidade e variedade de produtos para a troca.

“(…) numa fase bastante primitiva do desenvolvimento da produção, a força de trabalho do homem tornou-se apta a produzir consideravelmente mais do que era preciso para a manutenção do produtor e, como essa fase de desenvolvimento é essencialmente a mesma em que nasceram a divisão do trabalho e a troca entre os indivíduos não se demorou muito a se descobrir a grande “verdade” de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força de trabalho do homem podia ser objeto de troca e consumo, desde que ele se transformasse em escravo. Mal os homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados, eles próprios. O ativo se transformava em passivo, independentemente da vontade humana.” (Engels, pg.140, obras escolhidas)

O intercâmbio recebeu um grande impulso ao longo da antigüidade clássica. A separação entre o campo e a cidade, que é propriamente a espacialização correspondente ao modo de cooperação escravocrata, resultou num acréscimo importante nas relações de troca e, com isso, o aparecimento de homens que não produziam a própria existência como produtores diretos, tampouco como donos de escravos, mas, sim, tornando mais extenso e fluído o movimento das mercadorias. Agora, o trabalho dos produtores diretos, além de produzir a vida deles mesmos, também serve para produzir a vida desses homens que se infiltraram no interior da conexão mercantil. Esta subtração da riqueza social por parte deste novo agente social caracteriza-os como

capitalistas comerciais ou usurários. Têm-se, assim, as duas formas primitivas do capital: capital usurário e capital mercantil, formas que são genericamente chamadas de capital em geral. O capital mercantil e também o capital usurário pertencem "[...]às formas antediluvianas de capital que por longo tempo precedem o modo capitalista de produção e se encontram nas mais diversas formações econômicas". (Marx, 1975, livro III, vol.5, pg. 680). Dessa forma, observam-se que as relações mercantis não precisam estar difundidas extensamente para que formas primitivas do capital se manifestem, ou melhor, para a existência do capital, é necessário apenas que o intercâmbio já tenha promovido a autonomia externa do valor-de-troca numa forma universal. Conforme Marx, "Na sua qualidade de resultado da circulação simples, o capital começa por existir na forma de dinheiro" (MARX, 1983, pg. 319). Por isso:

"Para existir o capital usurário, basta que pelo menos um aparte dos produtos se converta em mercadorias, e o dinheiro, com o comércio de mercadorias, tenha desenvolvido suas diversas funções.[...] Em Roma, a partir dos fins da república, enquanto a manufatura estava em nível bem inferior ao desenvolvimento médio da antigüidade, o capital mercantil, o capital financeiro e o capital usurário — dentro da velha estrutura atingiram o apogeu de seu desenvolvimento" (Marx, 1975c, pg. 685)

Segundo Marx (1975c, pg. 685), a importância histórica do capital usurário e do capital mercantil foi proporcionar pela primeira vez a formação de riqueza monetária, logo, independente da propriedade de terras.

Com o aparecimento do capital em geral, dois circuitos passariam a coexistir: circuito mercantil simples e o circuito do capital. O primeiro, caracterizado pela motivação da troca real de substância do trabalho, a diferença qualitativa entre os extremos. O segundo, ao contrário, condicionado pelo processo de circulação da riqueza social em si mesma, motivado exclusivamente pelo desejo de acréscimo quantitativo do valor.

Dessa maneira, se possuo dinheiro, posso emprestá-lo e, com isso, aumentar minha propriedade privada sem contrapartida equivalente; transformo-me então em usurário. Mas também posso usá-lo para comprar produtos e destiná-los à venda. Não compro para consumir, mas, sim, para vender. A compra, aqui, não significa dispêndio de dinheiro, mas simples adiantamento. Em síntese, compro para venda e, com isso, também aumento minha propriedade privada sem nada dar em contrapartida. Nas duas situações, o dinheiro é transformado em capital. Na primeira, transfiro o valor-de-uso formal do dinheiro para outrem e, por isso, adquiero o direito

de receber, numa data previamente fixada, minha propriedade privada acrescida de valor. Na segunda, utilizo-me do valor-de-uso formal do dinheiro para promover a conexão entre vendedores e compradores, personificando o movimento de compra para a venda, cujo objetivo é o acréscimo de valor. Acerca do capital comercial, comenta Aued:

"O novo ser social caracteriza-se pela apropriação do produto do trabalho alheio na troca, sem que, para isto, entregue ao outro uma quantidade correspondente (equivalente) de produto do trabalho (seu ou de qualquer outro) na circulação da riqueza. Personifica-se em homens que enriquecem porque valorizam sua riqueza através da compra e venda da riqueza social, através da circulação da mercadoria e do dinheiro". (AUED, 1998, pg. 4).

Do ponto de vista formal, o movimento descrito pelo capital comercial é um processo duplo de metamorfose: de dinheiro para mercadoria (compra) e de mercadoria para novamente dinheiro (venda). Marx caracteriza este movimento através da fórmula abreviada D-M-D'. Este movimento tem uma aparência tautológica na medida em que seus extremos são idênticos. Entretanto, a natureza deste movimento distingue-se da lógica mercantil; é a busca perpétua de maior subtração possível da riqueza social dos produtores diretos: "[...] prejuízo infligido aos produtores de mercadorias que compram e vendem pelo comerciante que se atravessa parasitamente entre eles". (Marx, 1982, pg. 137)

Porque a lógica do capital em geral não se identifica com a natureza mercantil que emerge da produção mercantil, da qual é descendente, embora "geneticamente" distinto, "[...] o capital estimula, impulsiona, quantitativa e qualitativamente o desenvolvimento da conexão entre os homens que se relacionam através da compra e venda do produto de seu trabalho." (Aued, 1998, pg; 4). A conexão, agora, não expressa mais a lógica mercantil, mas, sim, a lógica do capital, por isso: "[...]o mundo da compra e venda é subsumido pelo mundo do capital que lhe impõe uma nova determinação. (Aued, 1998, pg; 4).

Dessa maneira, o comércio, como atividade em si, aprofundou ainda mais a divisão do trabalho social. Os comerciantes, como classe autônoma, conectavam diferentes cidades, introduzindo exóticos produtos em diversos mercados do mundo antigo. Ampliando o espectro das necessidades, os comerciantes faziam-se cada vez mais indispensáveis ao metabolismo social do trabalho humano e enriqueciam da compra e da venda do produto social. Mas estes produtos não eram apenas matérias inertes. Tanto na era helênica quanto na romana, a escravidão servia também para enriquecimento, por isso, tais homens também enriqueciam comercializando escravos. A base escravista de produção adquiriu tamanha importância durante o império

romano, que ela própria foi a causa principal da expansão e também da ulterior decadência do mesmo. A Razão pela qual o rico desenvolvimento comercial da antigüidade não engendrou relações de produção mercantis generalizadas, como no final da Idade Média, transcende por completo os objetivos deste trabalho, entretanto, pode-se afirmar que, em linhas gerais, o desenvolvimento histórico e da circunstâncias ainda não o permitiam.

2.2.2. O Desenvolvimento Comercial na Idade Média

Ao final da antigüidade, a base produtiva escravocrata, a produção mercantil e, conseqüentemente, o comércio entraram em decadência. A degeneração das condições concretas para a produção da vida na antigüidade veio seguida por um maior isolamento dos homens nos limites do território do império. As grandes extensões territoriais atrelavam os homens à produção camponesa e a produção da vida no campo tornou-se, assim, hegemônico, haja vista que as distâncias e os meios de comunicação e transporte de então tornavam o comércio dispendioso e limitado, as relações de produção estabelecidas entre os homens, o modo de cooperação ou divisão do trabalho restringiram-se ao rudimentar isolamento do trabalho familiar, forma pela qual foi possível articular a rústica indústria doméstica aos trabalhos no campo. Ao nível destas forças produtivas, correspondeu determinada forma de propriedade privada, a propriedade imóvel, a terra, o principal meio e objeto de trabalho e, com isso, dada forma de intercâmbio assentada na apropriação direta do produto do trabalho dos produtores diretos, como já vimos. O imobilismo e a estabilidade desse modo de produzir a vida, fundados nas relações servis, sofreram modificações somente na medida em que as cidades medievais foram constituindo-se e desenvolvendo e, com isso, o intercâmbio mais regular entre estes dois espaços de produção antagônicos. As relações de troca se fizeram sentir então sobre a base produtiva servil. A este efeito das trocas sobre as relações de produção estabelecidas, tanto nas relações servis feudais quanto nas relações escravocratas e comunitárias primitivas, Marx chamou de "efeito civilizador do comércio" (Marx, 1983, pg. 287).

O êxodo rural intensifica-se ao longo da Idade Média. Se no campo a propriedade era a terra, na cidade, era o trabalho próprio. A crescente concentração urbana permitiu a gradual diferenciação entre os diversos ofícios. Neste sentido, a cidade desenvolveu-se como produto da diversificação e especialização das atividades artesanais. Ela própria, a cidade medieval, foi o

resultado da produção da vida pelo trabalho próprio; a propriedade privada, na forma de trabalho próprio, produziu os burgos. Como já vimos, a divisão do trabalho é, em si mesma, uma força produtiva e corresponde a uma determinada forma de relação de produção, que é também dada forma de propriedade privada à qual corresponde certo modo de intercâmbio (metabolismo social do trabalho). Nos burgos, a força produtiva ou o modo de cooperação é, ela mesma, a propriedade privada fundada no trabalho próprio, ou ainda, o que é o mesmo, a propriedade privada do produtor direto sobre meios de produção e, conseqüentemente, a propriedade sobre os produtos do próprio trabalho. A propriedade privada baseada no trabalho próprio correspondeu ao modo de apropriação mercantil. Por isso, produzir a vida com o trabalho próprio significou também produzir para a troca. Mas, a conexão dos homens circunscrita à localidade não permitiu a intensificação da divisão do trabalho, ainda restrito à quantidade e aumento da influência das

2.2.3. O Desenvolvimento das cidades medievais e a conexão mercantil

Tal como já ocorrera na antigüidade, na Idade Média também o desenvolvimento urbano separou pouco a pouco a atividade produtiva direta do comércio. Produção e circulação tornaram-se atividades autônomas. A circulação da riqueza social tornou-se função exclusiva de uma classe de homens que, tal como na antigüidade, produziam sua existência fazendo da circulação das mercadorias produzidas pelos produtores diretos (e também da circulação de dinheiro) um modo de obter parte da riqueza social sem contrapartida equivalente. Dessa maneira, tais homens enriqueceram e, na mesma medida das suas fortunas, adquiriram poder e influência. Através destes capitalistas comerciais, as cidades burguesas foram sendo pouco a pouco conectadas, e a antiga limitação local superada. Ao estender os limites do intercâmbio para além da circunvizinhança, estes comerciantes, que nada mais eram do que a personificação da lógica do capital, atuaram como uma força dissolvente sobre as relações de produção mercantis na medida em que conexão pelo capital engendrou mais e mais a especialização da produção nas cidades e, conseqüentemente, um modo de cooperação mais extenso entre os produtores diretos. A força produtiva do trabalho social tornada possível por essa conexão mais ampla que, por sua vez, foi potencializada mais e mais pelo efeito recíproco presente na relação entre a produção e o

não-equivalente da riqueza social e não se relaciona diretamente com a produção da mesma, que é produto das relações mercantis, pois não existe um limite em si para a reprodução do capital. Aliás, há, sim, um limite, mas este é o das próprias relações de produção mercantis, ou seja, as forças produtivas mercantis, que são insuficientes para produzir riqueza nas potências exigidas pelo capital. Por isso, a natureza do capital em geral não se identifica com a lógica imanente da produção de mercadorias, embora, em seu processo contínuo de busca de valorização, o capital, como descendente 'geneticamente' alterado das relações mercantis, tenha necessariamente que assumir as formas propriamente mercantis: mercadoria e dinheiro. Um processo longo transcorrerá até o capital impor ao processo de produção e aos seus produtos as características adequadas ao processo de valorização, como veremos.

O capital impõe-se à produção de mercadorias entrelaçando-se a ela e modificando-a. Ele agora conecta os produtores diretos mercantis, tendo em vista que tais proprietários privados livres, iguais, autônomos e independentes estão conectados apenas na medida em que outros homens extraíam, pela troca, fração da riqueza por eles produzida sem lhes devolver contrapartida equivalente, pois a conexão mercantil está definitivamente subsumida pela conexão capitalista, não mercantil.

A propriedade privada mercantil, isto é, a divisão do trabalho corporativo, tornou-se, então, um entrave ao livre desenvolvimento das forças produtivas necessárias à reprodução do capital; portanto, um poder "insuportável" sobre o qual aturam as forças sociais revolucionárias.

Assim, do comércio entre as cidades nasceu a manufatura, ramos de produção que

"Com a manufatura livre da corporação, transformaram-se também as relações de propriedade. O primeiro passo para ultrapassar o capital surgido naturalmente foi dado pelo aparecimento de comerciantes cujo capital foi desde o início um capital móvel [...]" (Marx, 1999, pg. 85).

Neste sentido, "O modo capitalista de apropriar-se dos bens, decorrente do modo capitalista de produção, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada baseada no trabalho próprio," (Marx, 1975, pg. 881).

Os novos mercados coloniais precipitaram a dissolução das relações de produção mercantis e, simultaneamente, deram início, em alguns países da Europa, ao período interestatal no mercado mundial ainda não adquirira aquele caráter franco e aberto que se presenciaria no livre cambismo e ainda mantinha forte caráter político. Os mercados consumidores para as mercadorias manufatureiras eram garantidos pelo intenso movimento de expansão colonial que, por sua vez, submetia a colônia à política comercial monopolista, e também pela proteção dos mercados nacionais através de políticas fortemente protecionistas. Assim, pouco a pouco foi se configurando um mercado mundial, um espaço mundial de comércio que, embora fracionado em diversos domínios nacionais exclusivos, foi condição necessária para consolidação e dominância do modo de produção capitalista

2.2.4 O desenvolvimento da Indústria: O período Manufatureiro

Vimos que tanto intercâmbio quanto o capital em geral atuaram, ao longo da história humana, como forças dissolventes das relações que prendiam o homem à natureza e que, ao arrancar o homem desta naturalidade, exerceram um poder 'civilizatório', submetendo-o mais e mais à força social que emergiu precisamente da "dependentização do que era autônomo" (MARX, 1982, pg. 277). Vimos também que a conexão generalizada entre os produtores diretos e autônomos, que é também uma determinada forma de propriedade, a mercantil, a qual, como vimos, significa o mesmo que determinado desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, foi o *pressuposto* e também o *resultado* de uma conexão mais extensa entre os produtores diretos, portanto uma modo cooperação superior (forças produtivas mais desenvolvidas), cuja lógica baseia-se no capital em geral. Vimos ainda que pouco a pouco a força produtiva mercantil transforma-se num entrave à acumulação capitalista, barreira produtiva sobre a qual atuam forças sociais revolucionárias. As relações mercantis são então negadas pelas relações capitalistas de produção. A produção manufatureira foi o resultado positivo desta conexão pelo capital e é a primeira forma de manifestação das relações de produção capitalista.

Segundo Marx (1982, pg. 267), a manufatura teve origem artesanal dúplice. Por um lado, "[...]ela parte de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se completam mutuamente no processo de produção de uma única mercadoria"; por outro lado, "[...]ela parte da cooperação de artificies da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico" (Marx, 1982, pg.268)

Na manufatura, a força produtiva do trabalho social foi recriada através do trabalho cooperativo. De início, a força produtiva manufatureira origina-se da simples união dos homens no processo produtivo. A divisão do trabalho expressa ainda a cooperação simples. Por isso, o trabalhador coletivo que emerge desta primeira fase da manufatura ainda não adquiriu as feições que correspondem ao trabalhador coletivo manufatureiro. A diferença em relação à oficina corporativa é apenas quantitativa. Entretanto, a simples concentração no espaço de muitos trabalhadores atuando coordenadamente para um objetivo único já incita as potências produtivas do trabalho coletivo: i) as diversas potências produtivas do trabalho individual são abstraídas concretamente num trabalho social médio; ii) o uso coletivo dos meios de produção proporciona diversos tipos de economias. Estas forças produtivas são apropriadas gratuitamente pelo proprietário a medida que só existem como potências produtivas reais e como produto da relação capitalista de produção. Dessa forma, o mesmo movimento que afirma a manufatura como força produtiva superior, faz da corporação de ofícios uma estrutura decadente. Mas, nenhuma mudança qualitativa importante é observada no modo de cooperação manufatureiro ainda neste momento.

Quando a produção de mercadorias está condicionada pela produção artesanal, a valorização do capital encontra-se ainda limitada pela base produtiva real. Assim, são então revolucionadas as relações de produção. Em que se consistiu tal revolução? Ora, na transformação do processo de trabalho em processo de valorização, ou seja, no modo de produção capitalista, o processo de trabalho é também processo de valorização.

E no que consiste a valorização do valor na manufatura? Numa determinação ininterrupta de extração de mais trabalho do trabalho já objetivado no valor da força de trabalho dos produtores diretos. Em outras palavras, na relação do trabalho passado, objetivado no valor da força de trabalho, com o trabalho presente.

A angustiante determinação social do capital molda e condiciona os elementos do processo de trabalho numa forma adequada ao processo de valorização. Por isso, os elementos do processo de trabalho são internalizados no processo produtivo. Mas não apenas internalizados: adquirem as feições especificamente capitalistas. Vejamos:

A força produtiva especificamente capitalista tem origem na relação entre os proprietários dos meios de produção e produtos do trabalho; e os proprietários dos meios de produção e dos produtos do próprio trabalho. A forma que esta relação especificamente capitalista adquire é, nos seus começos, ainda a cooperação simples, recriada como processo produtivo pela união dos produtores diretos mercantis encontrados na sociedade. Contudo, pouco a pouco, a cooperação adquire características especificamente manufatureiras, transformando, moldando e fixando seus elementos simples; os artesãos e suas ferramentas, à divisão do trabalho dentro da fábrica, conforme as necessidades de valorização do capital.

Segundo Marx (1982, pg. 271), esta articulação da produção na manufatura possui duas formas fundamentais, conforme a natureza do produto produzido. Essa divisão não é apenas conceitual, mas fundamental na medida em que "[...] desempenham papéis inteiramente diferentes, nomeadamente na transformação da manufatura em grande indústria movida por máquinas (Marx, 1982, pg. 271). A primeira forma fundamental da manufatura, Marx denomina manufatura heterogênea. Nestas, "Os trabalhos parciais podem mesmo ser executados como ofícios independentes entre si[...]" (Marx, 1982, pg. 272). Nos tempos de Marx, tal forma de manufatura podia ser observada, por exemplo, na produção de relógios. A Segunda forma de manufatura é chamada por Marx de orgânica: "[...] produz artigos que percorrem fases interligadas de desenvolvimento, uma seqüência de processo gradativos, como, por exemplo, o arame na manufatura de agulhas para costura"(Marx, 1982, pg. 272). A partir desta articulação no processo produtivo, constitui-se o modo de cooperação (ou força produtiva) especificamente da fase manufatureira da indústria: o trabalhador parcial unilateral e a sua ferramenta. O trabalhador coletivo da fase manufatureira é composto da cooperação tanto qualitativa quanto quantitativa entre muitos trabalhadores parciais e unilaterais e suas ferramentas específicas. Em síntese, a força produtiva própria da manufatura tem origem na articulação orgânica do processo de trabalho e expressa a união dos diversos trabalhadores parciais unilaterais, cuja destreza, a habilidade e rapidez, assim como a ubiqüidade do processo de trabalho e a especialização das ferramentas, proporcionando a elevação ao limite, à potência produtiva natural e biológica do

homem. Por isso, mesmo fracionado e simplificado "O ofício continua a base." (Marx, 1982, pg. 269)

A cooperação manufatureira é, portanto, uma forma histórica de cooperação, realizada entre trabalhadores artesanais parciais: "A manufatura produz, de fato, a virtuosidade dos trabalhadores detalhistas, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo"(Marx, 1982, pg. 269). Dessa maneira, o artífice mercantil, que exerce seu ofício individualmente e na íntegra transforma-se pouco a pouco no artífice manufatureiro: parcial e unilateral: "O trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se, porém, apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais" (Marx, 1982, pg. 269). Como membro do trabalhador coletivo, a "unilateralidade e mesmo a imperfeição do trabalhador parcial" (Marx, 1982, pg.276) produz a fluidez e eficiência do processo de produção: "As características de cada artesão serão moldadas pelas características do trabalhador socialmente necessário" (Aued, 1998, pg. 9). Daí a formação de uma hierarquia dos trabalhadores dentro da fábrica, à qual corresponde a diferentes custos de aprendizagem e, conseqüentemente, níveis salariais distintos. Agora, na composição do trabalhador coletivo especialidade do trabalhador individual é uma virtuosidade do trabalhador coletivo.

Segundo Aued (1998, pg. 9), trabalhador social médio, unidade do trabalhador coletivo e abstração real da produção manufatureira manifestam-se de duas formas: i) humana e ii) material. Na primeira, se expressa e impõe como trabalhador individual com atributos idênticos a qualquer outro trabalhador, tais como destreza, habilidade, eficiência, tempo etc. Na segunda, emerge como ferramenta especializada para execução de mesma tarefa.

No processo de constituição do trabalhador social médio, a dimensão material do mesmo absorve mais e mais a dimensão humana. Em outras palavras, o fracionamento do processo de trabalho, ao qual segue-se a especialização crescente de ferramentas, nega mais e mais os ofícios e a subjetividade a eles associada, ou seja, o trabalhador individual como expressão do trabalhador social médio, que se manifesta no processo de trabalho habilidade, destreza, velocidade, qualidade etc, materializa-se como ferramenta, por isso, diz-se que as mesmas se 'humanizam' (Aued, 1998, pg. 9). E tanto mais este processo avança, mais e mais o caráter subjetivo do trabalho é abstraído numa homogeneidade com simples desprendimento de energia física e mental. Assim, o processo subjetivo se objetiva:

"O constante aperfeiçoamento deste processo [especialização das ferramentas] culmina na criação do trabalhador individual, cuja característica é o puro desprendimento de energia física e mental, exigida na utilização da sua ferramenta especializada" (Aued, 1998, pg. 9).

A objetivação da subjetividade do trabalhador social médio no processo de especialização das ferramentas reduz o trabalho vivo a puro desprendimento de energia física e mental e, com isso, reduz o trabalho individual a simples cota parte deste trabalho social homogêneo. Reduzidos concretamente à cota parte do trabalho social, os trabalhadores estão incapacitados de produzir sua existência individualmente. Reproduzem-se agora apenas como membros de uma totalidade: o proletariado.

2.3 Lucro Como Forma Aparente da Mais-valia: A Remuneração do Capital

Se os produtores diretos não se conectam pela troca de suas mercadorias, como faziam quando proprietários privados do produto dos meios de produção e dos produtos do próprio trabalho, iguais, livres e independentes, que elemento concreto os articulam na produção da sua própria existência? Ora, a venda da única mercadoria que possuem: a força de trabalho. E por que o proprietário quer comprá-la? Porque o uso da mesma produz um valor além do valor nela objetivado. Produz, pois, mais-valia. O processo de valorização é, portanto, a conexão, produz o trabalhador individual como unidade abstrata do trabalhador social médio, moldando-o às feições do trabalhador parcial unilateral. Sendo assim, evidencia-se que os produtores diretos somente cooperam no processo de trabalho manufatureiro na medida em que produzem valor excedente, mais-valia. Mas, a mais-valia não é a forma aparente da relação capitalista: "Relativamente, a mais-valia e a taxa de mais-valia são o invisível, essencial a se investigar como a taxa de lucro e, por conseguinte, a mais-valia sob a forma de lucro transborda na superfície dos fenômenos". (Marx, 1975c, pg. 46). Vejamos:

Por um lado, o valor que os produtores diretos recebem pela venda da sua mercadoria, a força de trabalho, equivale aos meios de subsistência necessários à reprodução da vida como produtores diretos: é o salário do trabalhador. O salário, contudo, dissimula a relação de exploração na medida em que aparece não como compra da força de trabalho, mas, sim, como compra de trabalho: "No modo capitalista de produção, o valor — o preço — da força de trabalho apresenta-se como valor — preço — do próprio trabalho, o salário." (Marx, 1975c, pg. 33).

2.3.1 Dissociação da riqueza social em lucro: O processo de separação do trabalho da

No período manufatureiro, o desenvolvimento da propriedade privada capitalista individual pôde ser dividido em três períodos distintos, nos quais se explicitam empiricamente as

categorias econômicas que organizam a sociedade capitalista, bem como a separação gradual entre a produção e controle e a apropriação da riqueza. Vejamos estas fases:

1º Fase da manufatura (século XVI): a manufatura é apenas a oficina artesanal expandida. O proprietário trabalha junto aos seus operários e domina virtuosamente o processo. No processo de produção, em relação aos seus pares, ele ainda permanecesse como o mestre. Portanto, a participação do proprietário no processo produtivo é fundamental, exercendo tanto a função de trabalhador quanto a função de controle do processo produtivo. Nestas condições reais da produção, o lucro, o salário de superintendência e o salário do proprietário na forma de trabalhador ainda não estão dissociados. A riqueza do capitalista parece que advém do trabalho.

2º Fase da manufatura (século XVII): ampliou-se ainda mais magnitude da oficina manufatureira. A fortuna acumulada desloca o proprietário das tarefas diretamente produtivas, por isso, atua agora na função exclusiva de superintendência e organização. O salário, como categoria de apropriação burguesa, se explicita, embora a apropriação da riqueza como lucro ainda permaneça associada ao trabalho de superintendência. A dissociação entre lucro e o trabalho ainda se confundem.

3º Fase da manufatura (fins do século XVII até último terço do século XVIII): a manufatura concentra uma grande magnitude de capital e um contingente enorme de trabalhadores. O proprietário não atua mais no processo produtivo, tampouco na superintendência e organização. Atua apenas na direção, cobrando resultados de seus subordinados diretos. Por isso, a dissociação entre o lucro e o salário superintendência está completa. Explicita-se o lucro como simples relação de propriedade, descolada por completo do mundo da produção e, além disso, como categoria econômica aparentemente desvinculada das relações de exploração capitalistas.

Como vimos, para além das aparências, a riqueza capitalista é mais-valia, simples relação social de exploração burguesa: extração de valor excedente do valor já objetivado na força de trabalho; é um processo ininterrupto de exploração dos capitalistas em relação aos assalariados. O lucro, por sua vez, como forma transmutada da mais-valia, expressa a categoria burguesa de apropriação da riqueza social. Contudo, o desenvolvimento da produção burguesa evidencia que o lucro não é apenas a forma qualitativamente modificada da mais-valia: a

diferença é também quantitativa. Lucro e mais-valia não se igualam para o capitalista individual. Ele expressa a formação da taxa geral de lucro, formada a partir de um processo que emerge da ação não consciente da classe capitalista e sua respectiva relação de exploração com a classe trabalhadora. A rigor, o lucro (lucro médio) expressa apenas a participação relativa do capital singular na totalidade do capital global, dada a taxa geral de lucro. Por isso, o lucro individual não corresponde à mais-valia produzida pelo capitalista individual. Daí que, para o capital individual, é indiferente a origem da riqueza burguesa, uma vez que a mesma parece brotar para ele tanto do que é 'gasto' em máquinas, matérias-primas e materiais auxiliares, quanto do que é 'gasto' em salários, o qual, do ponto de vista da contabilidade capitalista, correspondem aos

A conexão burguesa, através do lucro, sintetiza o desenvolvimento quantitativo da manufatura (a quantidade de manufaturas e a magnitude das mesmas) e também a sua transformação qualitativa (formação do trabalhador coletivo trabalhador parcial unilateral), ou seja, o processo que transforma a base produtiva manufatureira em processo social —divisão social do trabalho — é simultaneamente a constituição do capital como totalidade homogênea, por isso, puramente social, cuja manifestação externa é a taxa geral de lucro. Daí o lucro (lucro médio) somente se apresentar explicitamente como categoria de apropriação quando da formação real desta totalidade produtiva, razão pela qual somente surge

Se, por um lado, tanto a categoria de apropriação (lucro médio) quanto a base produtiva (trabalhador coletivo) evidenciam o caráter social da produção capitalista, por outro lado, a produção capitalista, em sua forma originária de manufatura, ainda está limitada pelo caráter natural e biológico do seu elemento simples: o trabalhador parcial unilateral. Melhor explicitando, embora recriado e modificado conforme a natureza do processo cooperativo de produção capitalista, o ofício ainda permanece a base da produção. Em outras palavras, a habilidade e destreza do trabalhador parcial unilateral ainda são atributos humanos, mesmo que mais e mais sintetizados nas ferramentas especializadas.

Neste sentido, a manufatura foi uma forma de divisão do trabalho social que corresponde a uma divisão social do trabalho específica, a qual evidencia a transição entre o artesanato e a grande indústria, o que corresponde a uma forma histórica da propriedade privada: a propriedade privada capitalista individual.

Aliás, a transformação em grande indústria somente pode ser compreendida a partir das condições concretas produzidas no interior da manufatura. Neste sentido, a grande indústria foi tributária das condições transitórias tornadas possíveis dentro da própria manufatura, que, ao ampliar as forças produtivas através da divisão do trabalho na oficina, transforma as atividades artesanais, antes realizadas na íntegra pelo artífice, numa sucessão de atividades parciais executadas por artífices parciais, condição que os fixam ao nível do detalhamento e, com isso, potencializa a virtuosidade já presente no artesanato, bem como reduz o 'poros' do processo de trabalho, característicos das atividades integralmente realizadas por um mesmo trabalhador, aumentando, assim, a intensidade do trabalho. Além disso, a manufatura, ao desdobrar o processo artesanal em diversos processos parciais articulados, simplifica os movimentos parciais e, com isso, especializa mais e mais as ferramentas, criando as bases concretas para a maquinaria, a base sobre a qual se fundamenta o modo de produção capitalista propriamente dito.

À união das ferramentas especializadas num mecanismo automático (mecânico) com movimentos articulados, Marx chama de máquina-ferramenta. Assim, as operações realizadas antes pelos artesãos parciais unilaterais e suas respectivas ferramentas especializadas aparecem agora sintetizadas num único mecanismo automático: a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta." (Marx, 1975, pg. 427). Com isso, tem-se um importante resultado: "O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar." (Marx, 1975, pg. 427)

Mas, na medida em que a máquina-ferramenta combina mais e mais ferramentas especializadas num todo automático, maior é a potência energética necessária para pô-la em movimento. Daí a necessidade de revolucionar a força motriz, bem como dominá-la, transformando-a em movimentos regulares e contínuos. Este processo é portanto subsidiário, imposto pela sofisticação e magnitude da máquina ferramenta, mas nem por isso menos importante na emancipação da produção material da riqueza capitalista, na força produtiva. Por isso, "[...]a máquina ferramenta continua a servir de ponto de partida sempre que se trata de transformar um ofício ou manufatura em exploração mecanizada."(Marx, 1975, pg.426). Mas a mesma só produz riqueza material para além da natureza quando "a máquina

motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força de trabalho humana" (Marx, 1975, pg.431).

A força motriz independente cria as condições concretas para a concentração espacial ou de muitas máquinas ferramentas idênticas que executam uma mesma tarefa ou máquinas-ferramentas distintas que executam frações diferentes e articuladas de um mesmo processo de produtivo, constituindo um sistema de máquinas. Tem-se, então, a recriação do princípio da cooperação, respectivamente, como cooperação simples e cooperação manufatureira, "[...]mas, agora, sob a forma de combinação de máquinas-ferramentas parciais, complementares."(Marx, 19875, pg. 433), contudo, a cooperação fabril supera agora qualquer resquício de subjetividade no processo produtivo.

Com o sistema de máquinas-ferramentas e o desenvolvimento ilimitado da potência motriz que o segue, bem como seu controle, a indústria moderna apodera-se da produção das próprias máquinas, ou seja, agora a produção de máquinas também perde seu vínculo com a força de trabalho humana e emancipa-se também da natureza. Neste passo da indústria moderna, que agora produz máquinas com máquinas, " [...] criou ela a base produtiva adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés" Marx , 1975a, pg. 438)

Como vimos, o trabalhador social médio possui dimensão dúplice: humana e material. Como dimensão humana, impõe-se aos trabalhadores individuais, enquanto que, como dimensão material, impõe-se como ferramentas especializadas. Na manufatura, vimos que a dimensão humana condiciona os produtores diretos como homogeneidade subjetiva (idêntica velocidade, habilidade, destreza, qualidade etc), entretanto, pouco a pouco tal subjetividade objetiva-se em ferramentas especializadas que uniformizam ainda mais o movimento vivo, reduzindo-o a simples desprendimento de energia física e mental. O pressuposto da máquina é, portanto, a negação da subjetividade do movimento vivo do trabalhador manufatureiro. Segundo Aued (1998, pg. 9), é a substituição das mãos como forma de produzir e, fundamentalmente, dos próprios homens do processo da produção da riqueza material.

O desenvolvimento das forças produtivas agora dependente mais e mais deste processo de objetivação do trabalho vivo em trabalho morto, do trabalho presente em trabalho passado.

2.4.1 Lógica inerente à produção capitalista e à crítica à Economia Política

máquinas tornado possível pelo controle e produção de potência motriz ilimitada, cujo resultado

Tal processo explicita a dinâmica burguesa de produzir riqueza : "[...] materializar trabalho vivo em trabalho passado numa dimensão sempre crescente." (Aued, 1998, pg. 11). Mas trata-se agora de trabalho vivo sem qualquer forma específica. Por isso, o trabalho vivo é despendido intensivamente como fonte de aprimoramento e desenvolvimento do autômato mecânico (ciência), processo através do qual é potencializada a exploração do trabalho presente, vivo. Melhor dizendo, energia física e mental humana desprendida para potencializar a força

2.4.2 A cooperação universal como negação da propriedade privada capitalista individual

manufatureiro da indústria, o modo de cooperação entre os produtores diretos (os trabalhadores parciais unilaterais, suas respectivas ferramentas especializadas) é propriamente a força produtiva especificamente manufatureira à qual corresponde uma forma histórica da propriedade privada: a propriedade privada capitalista individual. Cabe, então, a seguinte indagação: Quando elementos simples cooperativos já não são mais os trabalhadores parciais unilaterais, mas sim máquinas, qual a forma histórica que adquire a propriedade privada? Ora, na indústria, os elementos simples são as máquinas, cuja força produtiva é a materialização (ou objetivação) de um modo de cooperação (ou divisão social do

A escala produtiva e a magnitude do capital é tamanha que apenas capitalistas associados podem empreendê-las. Como capitalistas coletivos, os proprietários já atuam nem mais na direção da indústria, por isso, os meios de trabalho são operados independentes deles coletivamente pelos trabalhadores. Explicita-se então a falta de necessidade histórica da classe

2.4.3 O modo de produção capitalista e a

Na manufatura, o próprio processo de produção surgiu como dinâmica social dominante. Um movimento em si mesmo, ou seja, na manufatura, a dinâmica industrial, o processo produtivo em si, principia a subsunção do comércio, processo que se completaria somente com a grande indústria e, com ela, a formação do mercado mundial moderno. Segundo Marx (pg.91, 1999), durante todo o século XVIII, a manufatura ainda desempenhava papel secundário, cabendo aos comerciantes o poder econômico e a influência política, porém :

"A concentração do comércio e da manufatura em um só país, a Inglaterra — concentração que se desenvolveu ininterruptamente no século XVII — criou progressivamente para este país um relativo mercado mundial e, com isso, uma procura pelos produtos manufaturados, procura esta que as forças produtivas industriais não podiam mais satisfazer" (Marx, Ideologia Alemã, pg.93).

Evidencia-se, nesta passagem da "Ideologia Alemã", que os estímulos recíprocos entre a indústria e o comércio já se faziam sentir sobre a estrutura econômica e que o desenvolvimento da grande indústria não pode ser analisado sobre o prisma exclusivo do comércio mundial. Neste sentido, afirma Marx:

"Durante o período manufatureiro propriamente dito, isto é, o período em que a manufatura era a forma dominante do modo de produção capitalista, a plena realização de suas tendências choça-se com o obstáculos de diversas naturezas. [...] Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos trabalhadores, o capital continua constantemente a lutar com a insubordinação dos trabalhadores".(Marx,

Assim, "como obra de arte econômica ela eleva-se qual ápice sobre a ampla base do artesanato e da indústria doméstica rural. Sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou" (Marx, 1982, pg. 288)

Na grande indústria, enfim, o comércio está definitivamente subsumido à lógica do capital industrial. A revolução no modo de produção da indústria tornou necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte.

"A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a extensão da indústria e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas desenvolviam-se, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a um segundo plano as classe legadas pela Idade Média" (Marx, 1996, pg. 50)

Dessa maneira, se a trajetória das trocas e do comércio tiveram um poder propriamente 'civilizatório', conectando os produtores diretos e, com isso, potencializando as forças produtivas, agora, no modo de produção capitalista, o papel civilizatório cabe ao processo produtivo em si que, conectando os produtores diretos numa malhas de relações sociais universais "[...], cria um mundo a sua imagem e semelhança" (Marx, 1996, pg. 51)

CAPÍTULO III

RELAÇÕES MERCANTIS, MERCADORIA E DINHEIRO

3.1. Relações de produção mercantis

3.2. A mercadoria

3.2.1. O valor de uso

3.2.2. Conteúdo e Forma do valor: Valor e Valor de troca

3.3 Método, Valor-de-troca e Dinheiro

3.4 Forma simples, singular ou acidental do valor

3.4.1 Forma Relativa do Valor e Forma Equivalente do Valor

3.4.2 Forma de valor desdobrada ou total

3.4.3 Forma Geral do Valor

3.4.4 Forma dinheiro

Introdução

No item 3.1. sintetiza-se o que foi visto em relação as relações mercantis, mas, sobretudo, busca-se aprofundar alguns pontos fundamentais para a compreensão destas relações. Analisa-se, no item 3.2., a mercadoria enquanto valor-de-uso e resultado de trabalho útil, concreto, destacando seu caráter particular e múltiplo. Evidencia-se, no item 3.2.2, que nas relações mercantis os trabalhos particulares são abstraídos num trabalho social, homogêneo e indistinto cuja magnitude substancia o valor das mercadorias. Por fim, nota-se que o duplo caráter da mercadoria, valor-de-uso e valor, expressa o duplo caráter que adquire o trabalho nas relações mercantis, respetivamente, trabalho útil e trabalho abstrato.

No item 3.3, demonstra-se o valor-de-troca como forma de manifestação do valor da mercadoria; forma aparente e superficial, mas necessária, da relação de produção mercantil.. Observa-se através da análise do desenvolvimento desta forma aparente o segredo da forma dinheiro do valor; por isso, o ponto de partida são relações de troca diretas, cujas formas de expressão do valor são as mais simples. Por fim, analisa-se o

desenvolvimento das formas do valor até a forma final de dinheiro nos itens 3.4, 3.4.1, 3.4.2, 3.4.3 e 3.4.4

3.1. Relações de produção mercantis

Na forma de conexão entre proprietários privados dos meios de produção e do produto do próprio trabalho, livres, iguais, autônomos e independentes, as relações de troca são propriamente a materialização desta universalidade do homem mercantil. A relação de troca concretiza a relação entre os homens mercantis; é, portanto, uma forma histórica de conexão entre os produtores diretos que corresponde a um determinado grau da divisão do trabalho social em que: " [...] ao produzir para a sociedade, na qual cada membro trabalha por sua vez para mim numa outra esfera, eu produzo apenas para mim" (MARX, 1983, 270). Em outras palavras, à propriedade privada mercantil corresponde o metabolismo social do trabalho fundado sobre relações de troca generalizadas.

"O trabalho e a propriedade do resultado do trabalho próprio apresentam-se assim como a condição fundamental, sem a qual não teria lugar a apropriação secundária por intermédio da circulação. A propriedade fundamentada no trabalho pessoal constitui, pois, no quadro da circulação, a base de apropriação do trabalho alheio" (MARX, 1983, pg.268)

Nas relações de propriedade mercantis, o produtor direto não produz objetos de uso para si, mas para os outros; produz para si apenas não-valores-de-uso. Por isso, a satisfação das necessidades e o consumo aparecem como uma apropriação posterior à realização do trabalho. Portanto, como um ato deslocado da esfera social e essencialmente privado.

"Com efeito, as mercadorias, ao trocar umas pelas outras, são simplesmente trabalho materializado em diferentes valores-de-uso, portanto, materializado em diferentes formas — são apenas o modo de existência materializado da divisão social do trabalho ou a materialização de trabalhos quantitativamente diferentes, correspondendo a sistemas de necessidades diferentes" (MARX, 1983, 270)

manufatureiro produziu as condições concretas para que a investigação da produção social da existência humana adquirisse caráter científico. Nas palavras de Marx:

"A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então já não pode ser pensado somente sob uma forma particular. (MARX, 1982, pg.17)

Neste sentido, a Economia Política¹ pode abstrair já nas relações de troca simples o trabalho em geral como riqueza em si e, ao evidenciar a riqueza, o valor das mercadorias, como abstração, isto é, trabalho humano em geral, avança para além do sistema monetário (mercantilistas) e também do sistema dos fisiocratas: "Um enorme progresso se deve a Adam Smith, que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora da riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas as formas de trabalho"(MARX, 1982, pg.16). Mas as formulações dos Clássicos, embora represente um avanço científico importante,

Sobre a concepção de valor nos clássicos, afirma Belluzzo:

¹ Para Marx (1982, pg. 286), a economia política só aparece como ciência própria no período manufatureiro.

"[...] toda a indagação clássica persegue o valor como essência do fenômeno contingente da troca. A "ordem natural" dos fisiocracias reaparece na análise de Smith e Ricardo metamorfoseada em "valor", na qualidade de essência da naturalidade da sociedade. O valor se transforma numa entelêquia, "como qualquer coisa absolutamente indiferente e exterior à própria mercadoria, e o trabalho aparece como a determinação concreta dessa abstração, ficando reduzido à sua dimensão empírica mais imediata de unidades físicas de trabalho"(Belluzzo, 1987, pg.77)

Como já vimos neste trabalho, em Marx, o valor é propriamente a universalidade dos homens iguais, livres, independentes e autônomos; é, portanto, uma relação de produção que exprime determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social à qual corresponde um modo específico de apropriação (forma de propriedade privada) materializado através da relação de troca:"[...]Marx simplesmente se pergunta em que condições os produtos do trabalho assumem a forma de valor. " (Belluzzo, 1987, pg.77). A relação de troca é a forma externa de uma determinada relação de propriedade: a propriedade mercantil. A relação entre tais homens se dá então através da troca de suas respectivas propriedades, ou seja, a relação materializa-se na troca de suas mercadorias. Por isso, o valor jamais aparece como realmente é: uma relação entre homens mercantis; sua expressão é necessariamente invertida, inerente às categorias mercantis (valor-de-troca, valor, valor-de-uso, preço, dinheiro etc) é solucionado tão logo o observamos como uma relação social entre homens autônomos, cuja materialização se dá necessariamente como relação entre coisas:

"[...]os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre os seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações sociais diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas" (Marx, 1982, pg. 71)

Em razão de a universalidade dos homens mercantis não se exprimir na superfície do fenômeno, a objetividade do valor das mercadorias foi confundida com o valor-de-troca.

Daí a impossibilidade da resolução do problema da natureza do dinheiro até o surgimento

A mercadoria, por sua vez, é a forma material e concreta destas relações universais, porque é produzida para a troca. Não se trata, contudo, da mercadoria como resultado eventual de encontros entre comunidades primitivas, tampouco da mercadoria como manifestação marginal do metabolismo social do trabalho humano, tal como ocorrera na antigüidade e na Baixa Idade Média, mas sim, da mercadoria como forma universal da riqueza humana. Neste sentido, observa-se a mercadoria já como o resultado final de um longo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e também como um pressuposto para relações de produção cujo metabolismo social do trabalho supera a forma de mercadoria. Vejamos:

3.2. A mercadoria

3.2.1. O valor-de-uso

Em qualquer sociedade e em qualquer tempo, a riqueza material é composta de objetos úteis, valores-de-uso. Através de suas propriedades particulares, os valores-de-uso satisfazem necessidades humanas individuais ou sociais, seja como meio de consumo ou meio de produção. São, portanto, úteis à vida humana.

Como riqueza material, os valores-de-uso expressam uma relação de apropriação da natureza pelo homem através do trabalho, enquanto produtos do trabalho são o resultado de um dispêndio útil e previamente idealizado de força de trabalho. Se, por exemplo, há a necessidade de lanças para a caça de búfalos, os indígenas americanos devem despender trabalho sob a forma de lanças, isto é, determinados trabalhos com características tais como coletar os galhos adequados nas árvores e dar-lhes uma forma retilínea. Além disso, também devem coletar determinada rocha e transformá-la num objeto pontiagudo e, finalmente, adaptar estas partes independentes num objeto único: a

Assim, todo valor-de-uso é objetivação de um trabalho particular, concreto. Entenda-se, portanto, por *particular*, o trabalho produtor de valores-de-uso. O universo dos valores-de-uso expressa o caráter múltiplo e diferenciado destes trabalhos particulares. Em

sua particularidade, o trabalho é sempre uma multiplicidade; na condição de múltiplos, nada os reduz à mesma denominação comum. Não há aqui qualquer comparação possível. Aliás, como coisas distintas, trabalhos concretos diferentes, os valores-de-uso são incomensuráveis entre si. Mas, como coisas em si, os valores-de-uso apresentam-se como quantidades cujos padrões de mensuração estão determinados pelas suas propriedades
líquidos são medidos através de padrões volumétricos; tecidos por

3.2.2. Conteúdo e Forma do valor: Valor e Valor-de-Troca

Como indivíduos iguais, livres, autônomos e independentes, os homens mercantis adquirem caráter jurídico de proprietários privados dos produtos do próprio trabalho. As relações entre estes homens aparecem então através da troca recíproca das suas respectivas propriedades, ou seja, suas mercadorias. Neste sentido, o produtor direto somente obtém a propriedade alheia entregando a outrem, através da troca, sua propriedade privada. Por isso, suas mercadorias, que são valores-de-uso diferentes, portanto coisas distintas, são comparadas entre si. Ou ainda, na relação mercantil, produtos do trabalho distintos são homogeneizados num mesmo denominador comum. E o que faz com que coisas distintas sejam comparadas? Ora, o próprio fato de os homens aqui se relacionarem como 'personas abstratas' de proprietários privados mercantis. Somente através desta determinação podem ser comparados elementos diferentes como, por exemplo, 2 kg de café = 1 livro. Logo, se
— 2 kg é igual a 1 livro — as duas mercadorias distintas estão igualadas, a igualdade deve ser algo simultaneamente comum e distinto a ambas as partes envolvidas. A rigor, a notação de igualdade, que é o fundamento da equação, não se identifica nem com o café nem com o livro, entretanto, está contida em ambos. Neste sentido, o café diz que é trabalho social, riqueza, negando-se como café e afirmando-se como igual ao livro. O livro, por sua vez, faz o mesmo: nega-se como livro e diz que é riqueza social igualando-se ao café. Dessa maneira, o valor, que é a universalidade dos homens mercantis, adquire objetividade externa no corpo das mercadorias e encontra, pois, sua forma de manifestação tal como valor-de-troca. O valor-de-troca é, portanto, a forma material, concreta e necessária de manifestação desta 'gelatina' de trabalho humano, que é

propriamente a relação mercantil. Daí que o valor-de-troca é, segundo Marx (1982, pg.46), a forma de expressão necessária de um conteúdo igual que dele se distingue. E, na forma de igualdade, o valor-de-troca só pode se distinguir quantitativamente: "[...]não contendo, portando, nenhum átomo de valor-de-uso" (Marx, 1982, pg.47).

As relações de troca concretizam-se através de mercadorias. São estas mercadorias que trocam de lugar, mudam de mãos; entretanto, não o fazem como produtos do trabalho particular, mas sim, como trabalho de natureza geral, abstrata. Este trabalho de natureza comum, indistinto e homogêneo que caracteriza as relações de troca é a substância do valor-de-troca, ou melhor, a substância do próprio valor, já que, como vimos, o valor-de-troca é a forma material, concreta e necessária de manifestação desta 'gelatina' de trabalho humano, que é propriamente a relação mercantil, haja vista que toda mercadoria nada mais é do que trabalho social na forma particular, valor na forma de valor-de-uso, ela é tão satisfatória quanto àquela que lhe equivale; é sempre qualitativamente idêntica e, por isso, somente quantitativamente distinta.

"Assim, já na sociedade de produtores independentes, o trabalho concreto, criador de valores-de-uso, é deslocado para uma posição subordinada. Atividade natural e eterna entre homem e natureza, torna-se mero instrumento do trabalho social, cuja sociabilidade não é dada de antemão, mas resulta da troca e, por isso, seu produto, a mercadoria, exprime-se como valor". (Belluzzo, 1987,pg. 81)

Em resumo, o trabalho humano apenas adquire a singularidade de produzir riqueza (valor) quando é materializado em mercadorias para consumo dos outros, mas, como fonte do valor, ele já está dissolvido num trabalho de natureza geral e homogênea, sem qualquer resquício de individualidade ou particularidade: simples trabalho humano abstrato. Por isso, "[...]o trabalho que produz coisas para a existência dos outros pela troca [...]é o elo que transforma o produtor direto em ser social: Independente, livre, autônomo e igual a todos os outros que transformam o produto de seu próprio trabalho em mercadoria." (Aued,1998, pg. 3)

O trabalho produtor de valor é, portanto, o trabalho humano abstrato. Se como valor as mercadorias só se diferenciam quantitativamente, o que determina então a magnitude do valor? Ora, a própria quantidade da substância produtora de valor: O trabalho

humano abstrato. Contudo, sendo o trabalho uma atividade, um fluxo, enfim, um processo, a sua medida só pode ser ponderada pelo tempo despendido no próprio processo. Por isso, nos diz Marx, "O modo de existência do trabalho é o tempo de trabalho" (MARX, 1983, pg. 33). Mas o trabalho que substancia o valor, como vimos, é trabalho social, assim, é o tempo deste trabalho social homogêneo que determina a magnitude do valor da mercadoria. Daí que o valor de uma mercadoria expressa o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e reproduzi-la. "É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso o que determina a grandeza do valor." (Marx, 1982, pg.48)

Mas o trabalho produtor de valores-de-uso e o trabalho produtor de valor são dois caracteres de um mesmo processo de produção de mercadorias. Por isso, o trabalho na relação mercantil, o trabalho produtor de mercadoria, enfim, é dúplice, apresenta duplo caráter. O processo de produzir mercadorias é também processo de produção de valor. Ao se produzir uma mercadoria, não é possível separar o trabalho particular, produtor de valor-de-uso, do trabalho social, criador de valor. Compreender que a duplicidade da mercadoria é a expressão do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias foi uma descoberta de Marx, que com ela avança definitivamente em relação aos economistas clássicos: "Fui [Karl Marx] quem primeiro analisou e pôs em evidência essa dupla natureza do trabalho contido na mercadoria." (MARX, 1975, pg.48).

3.3 Método, Valor-de-troca e Dinheiro

Como vimos, a expressão valor-de-troca remete-nos de imediato à relação de troca. O valor-de-troca é uma categoria econômica que jamais se manifesta fora desta relação mercantil; é a representação externa da relação social entre homens iguais, livres, autônomos e independentes, ou seja, o valor-de-troca é o corpo material da gelatina de trabalho humano que substancia o valor das mercadorias. Por ser uma categoria econômica da superfície da sociedade mercantil, a forma aparente de uma relação econômica subterrânea, o valor-de-troca é o ponto de partida da investigação. Neste sentido, o valor-de-troca, como categoria aparente, jamais representa uma categoria 'falsa', deturpadora da realidade, mas sim, a expressão necessária de relações subjacentes. Por isso, no

desenvolvimento da forma de expressão do valor das mercadorias está o segredo da forma dinheiro do valor-de-troca. Conforme Marx:

"Aqui cabe, no entanto, realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso, desaparece o enigma da forma dinheiro". (Marx, 1982, pg. 54)

Daí a afirmação de Rosdolsky sobre o tratamento dado por Marx ao analisar o dinheiro em O Capital: "Los lectores familiarizados con El capital saben que precisamente esto es el tema principal del conocido análisis de la forma "simple", de la "total" y de la general del valor en el tomo I de la obra". (Rosdolky, 1989, pg.141)

Como se observa acima, desvendar o segredo da forma dinheiro requer um acompanhamento do desenvolvimento do valor-de-troca, entretanto:

"Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo que têm umas com as outras na sociedade moderna e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico". (Marx,1982, pg. 19)

Neste sentido, o desenvolvimento da forma do valor, do valor-de-troca propriamente dito, é analisado de uma perspectiva "lógica e genética" (Belluzzo, 1983, pg.78). A relação de troca mais simples, a troca direta, já presente, vimos, na infância humana, surge, portanto, como gene das relações mercantis desenvolvidas. Neste 'gene', já estão contidas todas as determinações das relações mercantis gerais.

Abstrair das relações de troca mais simples o caráter homogêneo e geral do trabalho e, além disso, entender que o mesmo substancia o valor, é uma tarefa teórica somente possível quando as relações burguesas estão plenamente generalizadas, constituindo o laço econômico fundamental que vincula os homens em sociedade. Melhor dizendo, o modo de produção capitalista, resultado negativo do desenvolvimento contraditório das relações mercantis, fornece, como forma social superior de produção da existência humana, cuja organização social ocorre através de categorias econômicas especificamente capitalistas, como capital, lucro, salário, taxa de lucro, taxa de juros etc —

categorias estas que, como veremos, também são apenas formas de expressão de relações mais profundas — o código com o qual se desvendam as formas sociais passadas. Dessa forma, o desenvolvimento social superior produz a abstração necessária à compreensão de que o resultado final das relações mercantis (valor, dinheiro, preço, equivalência etc) são apenas formas desenvolvidas de relações mais simples e elementares; estas relações elementares surgem, então, como formas genéticas do corpo mais complexo. Daí que no materialismo dialético: "A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco" (Marx, 1982, pg. 17). Diante disso, iniciemos, como Marx, observando a relação de troca mais simples, a troca direta de objetos de uso.

3.4. Forma simples, singular ou acidental do valor

A forma simples do valor apresenta-se na relação de troca direta na equação: X do objeto de uso, A= Y do objeto de uso B. Conforme Marx: "O segredo de toda forma de valor encerra-se nessa forma simples de valor. Na sua análise, reside a verdadeira dificuldade." (MARX, 1982, pg.54). De que obstáculo analítico adverte-nos Marx ? Ora, tal dificuldade só pode estar contida no próprio objeto analisado que, como vimos, é uma categoria social, uma relação social específica. Neste sentido, não sendo as relações de troca grandezas físicas, químicas ou biológicas etc, mas, sim, determinações propriamente sociais, a decomposição das relações mercantis mais desenvolvidas em relações elementares, 'genéticas', condicionam-se ao desenvolvimento pleno deste objeto, portanto, ao movimento contraditório que é imanente aos fenômenos sociais. Portanto, na decomposição "genética" das relações mercantis desenvolvidas, não existe qualquer instrumental científico possível além do desenvolvimento social superior, cuja positividade explicita os elementos simples tais como abstração.

A forma simples do valor exprime relações de troca ainda bastante primitivas. São relações em que produtos são trocados diretamente. Tais relações surgem, como nos indica Marx, nas 'franjas' das comunidades primitivas e apresentam como característica a casualidade. Segundo Marx: "Essa forma evidentemente só se encontra na prática dos primeiros começos, quando os produtos do trabalho se transformam em mercadorias por

meio da troca casual e ocasional." (MARX,1982, pg.66). Ainda não são as condições de produção que fixam o valor das mercadorias, mas, sim, a tradição e o costume. Por isso, a objetividade do valor das mercadorias aparece ainda como uma mera relação quantitativa na proporção em que se trocam os objetos de uso. A objetividade do valor aqui se limita à separação do valor-de-troca em dois pólos: O pólo relativo do valor-de-troca e o pólo equivalente do valor-de-troca. Em outras palavras, o valor aparece na forma relativa e na forma equivalente.

3.4.1. Forma Relativa do Valor-de-troca e Forma Equivalente do Valor-de-troca

Na condição de valores, as mercadorias são idênticas, mas, no interior das trocas diretas, jamais representam o mesmo papel. (Marx, 1982, pg. 55). Na relação de troca direta, X do valor de uso A = Y do valor de uso B, o valor das mercadorias apresenta-se em duas formas polares: O pólo de valor relativo e o pólo de valor equivalente. Neste, a mercadoria serve como forma de expressão do valor ou equivalente, a forma de existência autônoma do valor das mercadorias, um pólo de valor passivo, portanto; naquele, como mercadoria que seu valor expressa, valor na forma relativa, pólo de valor ativo. Ambos estão em total oposição, excluem-se mutuamente, contudo, determinam-se e definem reciprocamente. (MARX, 1982, pg. 54). A relatividade e a equivalência da forma do valor ainda não estão fixadas na troca simples: Se X do valor-de-uso A, por exemplo, tem seu valor expresso em Y do valor-de-uso B, portanto, X é o pólo relativo e Y o pólo equivalente, basta que invertamos a equação para que Y do valor-de-uso B seja expresso em X do valor-de-uso A, ou seja, Y apareça agora como pólo relativo do valor e X como

a) A Forma Relativa de Valor: Determinação Qualitativa e Quantitativa da Forma Relativa do Valor.

Como já vimos, a relação de troca materializa a redução dos trabalhos privados úteis em trabalho, em geral, social. Somente porque são trabalho de mesma natureza, as mercadorias são trocadas. Neste sentido, o valor da mercadoria, que é propriamente a

relação entre homens autônomos e independentes, por sua vez, abstrai dos trabalhos particulares sua natureza geral, homogênea e indistinta como simples despreendimento de energia física e mental, torna-se valor em estado concreto apenas no interior da relação de troca. Assim, o trabalho transforma-se em valor somente na relação de troca e, com isso, adquire necessariamente objetividade concreta e autônoma numa outra mercadoria que lhe opõe dentro da equação de troca direta. O valor da mercadoria aparece, então, refletido no corpo de outra mercadoria; adquire, portanto, "uma forma de valor diferente de sua forma natural". O valor de uma mercadoria expresso no corpo de outra mercadoria é, pois, a forma relativa do valor.

Por isso, dentro da relação de valor, as mercadorias falam a sua própria linguagem:

"Para dizer que seu próprio valor foi gerado pelo trabalho em sua forma abstrata, propriedade de trabalho humano, ele diz que o casaco (forma relativa do valor), na medida em que lhe equivale, portanto é valor, compõe-se do mesmo trabalho que o linho (forma equivalente). Para dizer que sua sublime objetividade de valor é distinta de seu corpo entretelado, ele diz que o valor se parece com um casaco e que, portanto, ele mesmo, como coisa de valor, iguala-se ao casaco, como um ovo ao outro"(Marx, 1982, pg. 57).

Entretanto, se dado valor de uso A é trocado eventualmente por outro valor-de-uso B, Y do valor-de-uso A = X do valor-de-uso B, parece correto pensar então que o valor da mercadoria A é apenas relativo. Aqui *aparece* somente a estrita relação quantitativa em que se relacionam diferentes proporções de valores-de-uso. Nesta forma primitiva de troca, ainda está encoberta a necessária identidade entre os pólos de valor da equação. A relação de troca parece regular a grandeza do valor.

b) A forma equivalente

Na relação de troca direta, a mercadoria que tem seu valor expresso impõe à outra o caráter de equivalente. A mercadoria que assume o caráter de equivalente torna-se incapaz de expressar seu próprio valor, embora seu corpo seja a expressão material do valor da mercadoria que lhe opõe. Aliás, quando a forma equivalente se fixa numa mercadoria, tal mercadoria somente encontra a sua forma de manifestação do valor no universo das demais mercadorias. Se, por um lado, todas as mercadorias encontram no equivalente geral

a forma de manifestação universal do valor, por outro lado, a mercadoria, na qual se fixa equivalência geral, espelha seu valor no corpo de todas as demais mercadorias existentes.

Voltemos agora à troca direta. A mercadoria X expressa seu valor na mercadoria Y. Na linguagem das mercadorias, a mercadoria X mostra-se como valor dizendo que outra mercadoria diferente, Y, lhe equivale. Ou ainda, para afirmar que seu corpo de X não tem nada a ver com o seu valor, a mercadoria X afirma que seu próprio valor se parece com outra coisa, a mercadoria Y. Daí que o corpo da mercadoria Y "[...] torna-se a forma de manifestação do seu contrário, o valor" (Marx, 1982, pg. 59). Ou seja, o valor-de-uso Y adquire a peculiaridade de expressar o valor X, porque o valor da mercadoria X se parece com o valor-de-uso Y, tal valor-de-uso adquire a característica de representar a riqueza em si. Por isso, o trabalho de produzir Y, um determinado trabalho concreto, portanto, apresenta-se diretamente como trabalho humano abstrato. Se o trabalho de produzir Y apresenta-se como a forma material do trabalho humano abstrato, então, o trabalho privado produtor de Y adquire caráter diretamente social. Em resumo, na mercadoria equivalente, o trabalho privado e concreto manifesta as características sociais e abstratas que o trabalho social adquire nas relações de produção mercantis.

Entretanto, a forma equivalente do valor apenas é um valor-de-uso que concretiza um trabalho privado com características úteis e concretas, mas que se apresentam como formas de dissimulação das relações mercantis. A forma equivalente do valor expressa, portanto, dissimulação mais deslumbrante, inerente às relações mercantis; o valor das mercadorias adquire, pois, a forma de uma coisa aparentemente destituída de qualquer conteúdo social. É, portanto, forma mais fetichista das relações mercantis.

Na relação de troca direta, a expressão do valor está na forma simples. Nesta forma simples, o valor da mercadoria apenas adquire uma forma de expressão distinta de seu próprio corpo, imprimindo a mercadoria que lhe opõe o caráter de equivalente. O valor adquire então forma de expressão autônoma através do corpo da mercadoria equivalente. Observado tal autonomia do valor numa perspectiva geral, pode-se dizer que "[...] o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como valor-de-troca" (Marx, 1982, pg. 62). Mas, "Ao grau de desenvolvimento da forma de valor relativa, corresponde o grau de desenvolvimento da forma equivalente". (Marx, 1982, pg. 67). Daí que à forma relativa simples do valor corresponde a expressão do valor na

forma individual, ou seja, a permutabilidade direta que adere à representação individual do valor diz respeito apenas a uma mercadoria específica, à qual lhe opõe diretamente. Por isso que a antítese interna da mercadoria se faz representar aqui por uma antítese externa ainda em gérmen: "A forma simples de representação do valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor-de-uso e valor nela contida" (Marx, 1982, pg. 63).

3.4.2. Forma de valor desdobrada ou total

A forma de manifestação do valor individual limita-se a expressar o valor de uma espécie particular de mercadoria; é a forma de manifestação do valor, própria da troca direta entre apenas duas mercadorias: X da mercadoria A = Y da mercadoria B.

Quando uma determinada mercadoria relaciona-se com um amplo espectro de mercadorias, o valor desta mercadoria espelha-se no corpo de diversas mercadorias diferentes; encontra, pois, uma forma mais completa de expressão do seu valor: "Sua expressão do valor converte-se, portanto, em uma série constantemente ampliável de suas diferentes expressões simples do valor". (Marx, 1982, pg. 64). A relação de uma mercadoria particular com o universo das demais mercadorias pode ser expressa pela seguinte equação: Y da mercadoria A = X da mercadoria B = **ou** Z da mercadoria C = **ou** W da mercadoria D = etc.

a) A forma relativa de valor desdobrada

Na equação vista no item 2.4.2., explicita-se a indiferença do valor em relação à forma de sua manifestação. Y da mercadoria A é tanto igual a X da mercadoria B quanto a Z da mercadoria C ou ainda W da mercadoria D etc. Esta forma desdobrada surge historicamente quando " [...] pela primeira vez, tão logo um produto do trabalho, gado, por exemplo, seja trocado por diversas outras mercadorias, não mais por exceção, mas habitualmente." (MARX, 1982, pg. 66).

Nessa forma relativa desdobrada, o trabalho que substancia o valor da mercadoria aparece pela primeira vez representado no corpo de qualquer outro trabalho humano.

Observando nosso exemplo, vê-se que o trabalho que produz a mercadoria A está representado no valor-de-uso B, C ou D. Neste sentido, qualquer trabalho humano serve para refletir o valor da mercadoria. Por isso, o valor da mercadoria surge pela primeira vez como massa homogênea e indistinta de trabalho humano. Aquela casualidade do valor presente na troca simples converte-se pouco a pouco, conforme se amplia o mundo das mercadorias, numa objetividade com base no trabalho humano abstrato: "Evidencia-se que não é a troca que regula a grandeza do valor, mas, ao contrário, é a grandeza do valor da mercadoria que regula suas relações de troca". (MARX,1982, pg.65). As proporções em que se trocam as mercadorias estão aqui determinadas, *a priori*, pelo trabalho humano abstrato objetivado nestas mercadorias.

b) Forma equivalente particular

Se a forma simples do valor está representada num equivalente individual, então, à forma desdobrada do valor relativo corresponde uma forma equivalente particular. O universo multifacetário dos trabalhos úteis, concretos, surgem como forma de representação do valor, todavia, cada um destes trabalhos é apenas um espelho particular do valor da mercadoria. Tal como na forma equivalente individual, a forma equivalente particular representa passivamente o valor; somente assume efetivamente representação do valor na medida em que a forma relativa de uma mercadoria lhe imprime esta forma.

Na forma desdobrada de valor relativo, o número de representações do valor somente esta limitado pela extensão do universo das mercadorias que, a rigor, se amplia mais e mais com a generalização das relações mercantis. Aliás, como não existe ainda uma mercadoria que monopolize a forma equivalente, a representação do valor equivalente assume distintas e limitadas formas: " [...] é um mosaico multifacetário de expressões de valor, díspares, desconexas." (MARX,1975, pg72). Neste sentido, tal forma de representação do valor, que é propriamente extensiva e, com isso, sempre ampliável, é limitada e insuficiente, uma vez que, segundo Marx (1982, pg. 65): i) É incompleta, porque a série de representação nunca termina; ii) A representação do valor é diferenciada, portanto, particular e desconexa.

"Como aqui a forma natural de cada espécie particular de mercadoria é uma forma equivalente particular ao lado de inumeráveis outras formas equivalentes particulares, existem, em geral, apenas formas equivalentes limitadas, das quais cada uma exclui a outra" (Marx, 1982, pg. 65)

Quando todos trabalhos particulares ocasionalmente podem representar o trabalho social, nenhum o faz exclusivamente. Como forma extensiva do valor equivalente, nenhum trabalho particular jamais será exclusivamente encarnação do trabalho social geral. A limitada capacidade de representação do equivalente é a própria forma relativa do valor. Embora desarticulada e desconexa, a forma desdobrada do valor contém em gérmen a forma mais desenvolvida de expressão do valor, a forma geral de valor. A generalização das relações de troca afirma e simultaneamente nega a forma extensiva do valor. O resultado da extensão das trocas é a exclusão de uma mercadoria como representante geral do valor. Vejamos:

3.4.3. Forma Geral do Valor

Quando Y da mercadoria A expressa seu próprio valor em infinitas mercadorias, estas mercadorias, que são espelhos do valor da mercadoria A, também têm seus valores representados no corpo da mercadoria Y da mercadoria A. Por um lado, universo das mercadorias tem agora em Y da mercadoria A um representante de valor comum e unitário, logo, geral. Por outro lado, este representante unitário e geral do valor está desconectado da multiplicidade do universo das mercadorias ao exercer o papel de equivalente geral do valor das mercadorias. Vê-se isso facilmente através da fórmula geral do valor :

$$Y \text{ da mercadoria A} = \left\{ \begin{array}{l} X \text{ da mercadoria B} \\ Z \text{ da mercadoria C} \\ W \text{ da mercadoria D} \end{array} \right.$$

Se, por um lado, Y da mercadoria A expressa seu valor em X da mercadoria B ou em Z da mercadoria C ou em W da mercadoria D etc; por outro lado, X da mercadoria B, Z da mercadoria C e W da mercadoria D expressam seus respectivos valores no corpo da mercadoria A.

Quando as mercadorias encontram sua representação no corpo de apenas uma mercadoria, a expressão do valor torna-se simples e unitária, por isso, geral. Superadas as formas equivalente individual e equivalente particular, formas de expressão do valor correspondentes, respectivamente, às formas relativas simples e relativa desdobrada do valor, os pólos de valor das mercadorias surgem então fixados. Com isso, a mercadoria equivalente afirma-se ativamente frente aos demais valores-de-uso como único representante do valor das mercadorias. O universo das mercadorias está agora irremediavelmente cindido em dois grupos: i) mercadorias que são meros valores-de-uso; formas apenas particulares do valor das mercadorias; ii) mercadoria exclusiva que representa o valor das mercadorias; a forma geral e direta de representação do valor das mercadorias.

"A antítese interna do valor entre valor-de-uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor-de-uso ; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor-de-troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida" (Marx, 1982, pg. 63)

Chega-se, assim, a dois importantes resultados. Primeiro, o monopólio da representação do valor num determinado valor-de-uso, a exclusão desta mercadoria do universo das demais mercadorias é um produto não consciente da ação dos homens ao produzir a própria existência material generalizadamente através de relações de caráter privado, livre e independente. Segundo, a contradição interna da mercadoria aparece plenamente desenvolvida quando sintetizada externa e objetivamente numa mercadoria especial, à qual adere o caráter de representante geral do valor, restando às demais mercadorias o simples caráter de valor na forma particular.

3.4.4 Forma dinheiro

O resultado que obtivemos até aqui evidencia que a forma geral da representação da riqueza, o equivalente geral, materializa a ampliação e generalização das relações mercantis. Como representação objetiva do tempo de trabalho humano abstrato, o equivalente geral é a forma do valor em si. (Marx, 1982, pg. 69). O equivalente geral, como

vimos, é apenas uma mercadoria, a mercadoria A no nosso exemplo do item 2.4.3., que está excluída do universo das demais mercadorias ao monopolizar a expressão geral da riqueza social. Na medida em que a forma equivalente geral funde-se aos metais preciosos, tem-se a forma dinheiro do valor. Segundo Marx (1982, pg.69), não há diferenças essenciais na passagem da forma geral do valor para a forma dinheiro do valor. E por que adere nos metais preciosos a representação desenvolvida do valor das mercadorias? Ora, porque as características naturais dos metais preciosos correspondem às características do valor das mercadorias. Assim, porque o valor é substanciado por uma massa homogênea e indistinta de trabalho humano e, por isso, somente diferenciável quantitativamente, o corpo da mercadoria que mais adequadamente corresponde à expressão do valor também deve apresentar homogeneidade, além de permitir subdivisões, em partes alíquotas, sem que, com isso, perca suas propriedades naturais. Tais características do valor correspondem à uniformidade e divisibilidade naturais dos metais preciosos. Por isso, a identidade entre as características sociais da forma equivalente e as propriedades naturais dos metais preciosos faz destes últimos os corpos por excelência da expressão do valor.

A uniformidade e divisibilidade dos metais preciosos são identidades necessárias, mas não suficientes para que o estigma social da riqueza geral encarne em seus corpos brilhantes. Outras identidades, embora menos evidentes, são também necessárias para que os metais preciosos desempenhem plenamente a função social de dinheiro. Vejamos algumas: i) Maleabilidade, característica que os faz impróprios para uso utilitários, privando-os do valor-de-uso dos metais em geral, logo, não interferindo nos processos imediatos de produção e consumo; ii) Densidade econômica, condensa muito trabalho humano em pouco volume, característica que facilita a mobilidade; iii) Durabilidade, preserva o valor ao longo do tempo etc,

Todas as qualidades acima listadas fazem dos metais preciosos os elementos da natureza que mais perfeitamente correspondem às características do valor. Daí a afirmação de que o dinheiro adquire forma final nos metais preciosos, mais especificamente no ouro. Temos, assim, a seguinte fórmula para expressar o valor na forma dinheiro:

$$\mathbf{X \text{ da mercadora } B = \left\{ \right.$$

Z da mercadoria C = 2 gramas de ouro

W da mercadoria D=

A "forma preço" emerge da relação do valor das mercadorias com a sua forma de valor já plenamente autonomizada e externa. Agora, a representação da riqueza, a forma dinheiro do valor, afirma-se frente às mercadorias, independentiza-se, existe ativamente diante dos valores particulares das mercadorias vulgares. Por isso, toda mercadoria já penetra na circulação com um preço, que nada mais é do que o valor das mercadorias confrontado com a sua própria representação num corpo estranho; isto é, a forma preço do valor é em si mesma a relação do valor tornado particular com o material monetário, a forma do valor universal.

Como já vimos, na forma dinheiro do valor não há mudanças qualitativas importantes em relação à forma equivalente geral do valor: "A dificuldade do conceito da forma dinheiro limita-se à compreensão da forma equivalente geral, portanto, da forma valor geral [...]" (Marx, 1982, pg. 70). Entretanto, a forma vista no item 2.4.3., a forma geral do valor, apenas é resolvida analisando-se a forma 2.4.2, a forma desdobrada do valor, que, por sua vez, é resolvida através da forma 2.4.1, a forma individual do valor: "A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro" (Marx, 1982, pg. 70)

No ítem 4.1.1, parte-se do dinheiro, como forma desenvolvida da contradição interna da mercadoria, para analisar as diversas funções que o mesmo executa no interior da circulação de mercadorias. Evidencia-se que o primeiro carácter funcional que o dinheiro assume na circulação é o de medida de valores, forma esta que expressa a relação do valor das mercadorias com a sua própria forma externa. Observa-se ainda que o valor das mercadorias aparece primeiro em sua relação externa com o próprio dinheiro no preço, por isso, é uma medida imaginária. Destaca-se ainda as funções do dinheiro como medida de valores e padrão de preços. Por fim, mostra-se que a relação do valor das mercadorias com a sua forma externa e independente no dinheiro implica

em contradições quantitativas e qualitativas. No ítem 4.1.2, demonstra-se inicialmente as diferenças essenciais e formais entre a troca direta e a troca desenvolvida, cujo metabolismo ocorre através de mudanças formais da mercadoria no interior da circulação. Finalmente, evidencia-se que as determinações funcionais do dinheiro expressam novos caracteres econômicos nos homens mercantis, sendo a função do dinheiro de meio de circulação resultante dos personagens econômicas de vendedor e comprador que aderem aos homens mercantis. Observa-se também que o movimento das mercadorias condiciona o movimento do dinheiro no interior da esfera da circulação. No ítem 4.1.3, observa-se que o curso perpétuo do dinheiro como meio de circulação separa mais e mais seu peso real do seu peso nominal, fenômeno que culmina com a substituição do dinheiro real por símbolos do dinheiro, as moedas. No ítem 4.1.4, sugere-se que o dinheiro representa a unidade das determinações funcionais medida de valores e meio de circulação, contudo, apenas se manifesta como expressão autônoma da riqueza, isto é, como simples dinheiro, quando não executa nenhuma das determinações formais anteriores, permanecendo, pois, fora da circulação de mercadorias. No ítem 4.1.5, evidencia-se o dinheiro como simples dinheiro, expressão material da riqueza social, enquanto negação da determinação formas do dinheiro de meio circulante; por isso, enquanto não-meio-circulante, o dinheiro apresenta-se na forma de tesouro. Indica-se ainda que o dinheiro na função de meio de entesouramento executa importante tarefa social: expande-se e se contraí conforme as oscilações da circulação de mercadorias. Por fim, indica-se que o tesouro, como forma de riqueza individual, é uma anomalia, pois representa apenas um empobrecimento voluntário, uma negação do consumo. No ítem 4.1.6, observa-se que os ciclos reais de produção não são coincidentes ou sincronizados, por isso, adere aos produtores diretos o carácter econômico de credor e devedor. Vê-se ainda que estes personagens consubstanciam a função do dinheiro de meio de pagamento. Assim, por um lado, as mercadorias circulam sem realizar seu valor, por outro, o dinheiro entra na circulação apenas quando as mercadorias já se realizaram como valores-de-uso no consumo, por isso, o dinheiro penetra na circulação como simples representação da riqueza, simples dinheiro.

No ítem 4.2.1, comenta-se as funções afirmativas (positivas) e negativas do dinheiro na circulação simples de mercadorias, indicando as determinações formais do dinheiro enquanto medida de valores e meio de circulação como positivas, uma vez que expressam as mudanças formais da mercadoria no metabolismo real da circulação; por outro lado, observa-se que, como

meio de entesouramento, o dinheiro nega-se enquanto riqueza real, valores-de-uso, para assim permanecer na forma estéril de expressão real da riqueza. Daí sua negatividade. No ítem 4.2.2, evidencia-se que o dinheiro é o pressuposto de relações sociais modificadas nas quais alguns se apropriam da riqueza alheia sem contrapartida pela troca. Ou seja, a riqueza autonomizada no dinheiro não expressa o simples caráter negativo anômalo em relação à circulação simples, mas sim a negação real das relações mercantis, uma vez que é a possibilidade real de que homens iguais, livres e autônomas produzam a sua própria existência não como produtores diretos, mas sim fazendo a riqueza social circular através da compra e da venda e, com isso, subtrair riqueza dos produtores diretos sem contrapartida equivalente. Observa-se ainda que as relações capitalista imprime à forma mercadoria e à forma dinheiro um novo conteúdo distinto em relação à natureza da mercadoria e do dinheiro mercantis. No ítem 4.2.4, discute-se as diferenças e semelhanças formais entre circulação capitalista e circulação mercantil, destacando quatro pontos em convergentes e cinco pontos divergentes. No ítem deste capítulo, 4.2.4, demonstra-se as condições reais para que o dinheiro se transforma em capital, destacando o papel fundamental da transformação da trabalho em mercadoria força de trabalho neste processo.

4.1.1 Medida dos valores

Quando todas as mercadorias *medem* seus valores num equivalente universal do valor, no ouro, por exemplo., o ouro torna-se medida de valores. Por estar condicionada imediatamente pelo próprio processo de formação do dinheiro, a função de medida de valores emerge então como primeira determinação formal do dinheiro na forma de preço.

Como medida de valores, o dinheiro, o material monetário, reflete externamente o valor das mercadorias. Em outras palavras, como medida de valores, o dinheiro expressa a relação entre o valor das mercadorias e a sua própria forma, que lhe é necessariamente externa. Por isso, o dinheiro, como medida de valores, é uma representação meramente ideal do valor das mercadorias. Esta transformação imaginária em ouro, em dinheiro, é, em si mesma, a forma preço do valor das mercadorias: "O valor do ferro, do linho, trigo etc, embora invisível, existe nessas coisas mesmas; ele é imaginado por sua igualdade com o ouro, uma relação com o ouro que, por

assim dizer, só assombra suas cabeças"(Marx, 1982, pg. 88). Assim, "O preço é a forma metamorfoseada sob a qual aparece o valor-de-troca das mercadorias no interior do processo de circulação". (MARX, 1983, pg. 73).

A produção da existência como *homens mercantis* é o pressuposto da relação de troca; como proprietários privados dos meios de produção e produtos do próprio trabalho, os homens livres, iguais, independentes e autônomos relacionam-se como valor equivalente, categoria econômica que é substanciada pelo tempo de trabalho humano abstrato. Entretanto, o metabolismo social do trabalho nas relações mercantis aparece, necessariamente, como relação de troca entre as mercadorias, por isso, como uma relação externa entre coisas. Daí que, como materialização de um mesmo tempo de trabalho homogêneo, as mercadorias confrontam-se antes idealmente com o dinheiro como forma universal do valor das mercadorias. Por isso, a medida imanente do valor das mercadorias e o tempo de trabalho abstrato, aparecem primeiro como uma relação externa com o próprio dinheiro no preço das mercadorias. No preço, que é uma relação entre o valor e o material monetário, o valor adquire determinação apenas ideal, imaginária. Neste sentido, o processo de circulação das mercadorias é primeiro um processo mental, ideal: "O primeiro processo é, a dizer, um processo teórico, preliminar da circulação real". (MARX, 1983, pg.71). Assim, à heterogeneidade das mercadorias particulares confronta-se a homogeneidade das mesmas como preço. "Em sua função de medida de valor, o dinheiro serve, portanto, como dinheiro imaginado ou ideal (Marx, 1982, pg. 88). Logo, no exercício da função de medida dos valores, o dinheiro não precisa estar materialmente presente; é, neste caso, apenas dinheiro idealizado.

Como forma ainda apenas ideal de representação do valor, o dinheiro, como medida de valores, manifesta uma autonomia do valor também imaginária, ideal. A rigor, no preço, o ele somente existe na condição de grandeza ideal e imaginária na cabeça dos homens.

"[...] A expressão do valor das mercadorias separa-se delas como categoria independente, o que é outra maneira de dizer que o valor autonomiza-se, isto é, o valor separa-se para ser expresso como valor apenas imaginário em certa quantidade da mercadoria dinheiro, expressão esta que constitui o preço" (Germer, 1995, pg. 39)

Nesse sentido, a contradição inerente à mercadoria que, como vimos, é externalizada em sua forma mais desenvolvida através da emergência do dinheiro como expressão autônoma do valor das mercadorias, está limitada, em se tratando estritamente da determinação lógica do

caráter funcional do dinheiro, como medida de valores a existir na forma de uma *externa, ideal*, como, por exemplo X da mercadoria A = Y de ouro.

Na circulação, o valor da mercadoria apresenta-se idealmente no preço, enquanto que o ouro, a representação geral do valor, que não possui preço, é mera medida de um *quantun* de tempo de trabalho geral. Ou seja, o dinheiro entra na circulação como determinado *quantun* de valor, e a mercadoria, na forma de preço, valor somente ideal. O ouro aqui, como se viu, é simples ouro imaginário executando a função de medida de valores, no entanto, como equivalente geral, é mercadoria e possui determinado valor, grandeza real da qual a forma preço é totalmente dependente. Diz Marx: "Embora apenas o dinheiro imaginário sirva para a função de medida do valor, o preço depende totalmente do material monetário real" (MARX, 1982, pg.75).

Como vimos, na circulação, o valor das mercadorias está metamorfoseado em preço, ouro imaginário. Conforme o valor da mercadoria, infinitas expressões de equivalência em ouro, isto é, preços, são então estabelecidas. Em razão de todas as mercadorias já nascerem com preço, cria-se a possibilidade de convencionar agora padrões de peso fixos do material monetário. Não resta dúvida de que as transações comerciais são realizadas com mais facilidade e segurança quando um padrão de medida é estabelecido, definindo o peso em ouro do dinheiro. O que se observa aqui é mera conveniência técnica. A rigor, são as constantes transações de comércio que induzem à padronização do material monetário, transformando-o em moedas. A função de medida de valores aparece assim como padrão de preços. Estas medidas previamente fixadas é que exprimem agora os preços das mercadorias.¹

Conforme Marx (1982, pg.89), como medida de valores e como padrão de preços, o dinheiro exerce duas funções distintas. Como medida de valores, o dinheiro é necessariamente um valor variável; como padrão de preços, ao contrário, a invariabilidade da medida é fundamental para sua validade social. Na primeira, as mercadorias medem-se como valores. Como qualquer mercadoria — dinheiro é uma mercadoria — seu valor é determinado pelo *quantun* de trabalho socialmente necessário para reproduzi-lo. O dinheiro aqui fornece o material monetário para a fixação do valor de mercadoria. Na segunda, o dinheiro fixa as quantidades de *quantun* de ouro; a magnitude do valor do padrão é convencional. Assim, uma vez fixados no dinheiro os padrões de medida dos preços e a proporcionalidade entre as suas partes alíquotas, uma mudança no valor do ouro não interfere no desempenho da função

de medida dos preços. Vejamos o exemplo: o preço da mercadoria, antes expresso em certa quantidade de ouro, é, agora, comparado com moedas que contenham aquela quantidade de ouro. Se a mercadoria A = 100 gramas de ouro, antes da cunhagem de moedas e, depois desta, estabeleceu-se que cada moeda conteria 10 gramas de ouro e, ainda, chamar-se-ia 1 Real, então, o preço da mercadoria A = 10 Reais; logo, se se passasse a chamar 10 gramas de ouro = 2 Pesos, o preço alterou-se para A = 20 Pesos. Nas palavras de Karl Marx:

"Os preços ou as quantidades de ouro em que se transformam, idealmente, os valores das mercadorias, são agora expressos nos nomes das moedas, ou seja, em nomes legalmente

Além disso, segundo Marx (1982, pg. 90), por intermédio de alguns processos históricos, tais como a introdução de dinheiro estrangeiros em países menos desenvolvidos, falsificação, desgaste das peças monetárias etc, separa-se a denominação monetária dos pesos metálicos de sua denominação corrente de peso. O preço das mercadorias agora aparece através desses desígnios sociais e convencionais que são as moedas. Toda riqueza social é então medida através desses padrões de preços, e o dinheiro assume a forma de *dinheiro de conta*.

Mas isso não é tudo. Como o preço expressa relação do valor da mercadoria com o material monetário, uma relação que é, por assim dizer, apenas externa, "[...] o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é o expoente de sua relação de troca com o dinheiro[...]" (Marx, 1982, pg. 92), há a possibilidade de nesta relação estar contida uma "incongruência quantitativa" entre o valor e o preço da mercadoria (MARX, 1982. Pg. 92). Assim, o preço pode estar fixado acima ou abaixo do valor da mercadoria. Além disso, em razão de o preço ser em si mesmo uma relação externa entre o valor das mercadorias e a sua forma universal de expressão, coisas que em si mesmas não possuem valor, uma vez que não são produtos do trabalho, podem adquirir forma preço. Ou seja, além da "incongruência quantitativa", está contida na forma preço também uma "incongruência qualitativa".

Quando o valor das mercadorias apresenta-se na superfície econômica como preço, os trabalhos dos indivíduos já estão plenamente orientados à mera mudança de forma, à metamorfose em dinheiro. Através do dinheiro, portanto, trabalho individual aparece agora subsumido às determinações do trabalho social. Assim, a mercadoria, para o seu proprietário, tem

¹ Porque são convencionais os padrões de preço, ao Estado cabe a tarefa de fixá-los e dar-lhes amparo legal. Por isso, tais medidas estão circunscritas ao espaço político do mesmo.

valor-de-uso somente na medida em que é veículo material do valor, mera forma particular do valor. Ela deve, portanto, realizar seu valor, que aparece como preço na circulação, através da venda, isto é, trocar de corpo com o dinheiro real, o valor na forma geral. Entretanto, aquele proprietário que vai ao mercado para vender sabe que transformar o produto do seu trabalho em dinheiro sonante nem sempre é uma tarefa tranqüila. A transubstanciação do trabalho particular em trabalho geral, no mercado, é necessariamente posterior à realização do trabalho pelo produtor. Nenhum produtor sabe, *a priori*, se produziu algo útil para sociedade. No processo produtivo, já está determinado o valor. Portanto, todas as mercadorias entram na circulação com etiquetas e tarjas indicando os seus preços, entretanto, isto em nada garante a venda, a realização deste preço, ou seja, a metamorfose real do valor ideal, o preço, em equivalente universal da riqueza, o dinheiro. Mas, para serem antes imaginadas como preço, grandezas ideais em dinheiro, este deve estar realmente presente na circulação, já que em nenhum momento existe a possibilidade de uma mercadoria assumir simultaneamente a dupla forma de dinheiro imaginário e dinheiro real. São momentos necessariamente distintos e mutuamente refratários. Nas palavras de Marx: "Na medida ideal dos valores, espreita, por isso, o dinheiro sonante." (Marx, 1982. Pg. 93).

4.1.2. Meio de circulação

O produto final da ampliação do universo mercantil é a representação externa do valor das mercadorias como dinheiro. Agora, a unidade do valor-de-uso e do valor imanente à forma mercadoria aparece externamente duplicada na circulação de mercadorias como: i) Dinheiro, representação universal do valor das mercadorias, cujo valor-de-uso é apenas formal; ii) mercadorias, cujo valor está na forma particular. Vejamos um trecho esclarecedor de Marx sobre este ponto:

"A oposição entre valor-de-uso e valor-de-troca repartiu-se, assim, pelos dois pólos extremos M-D, de tal forma que a mercadoria - um valor-de-uso que apenas no ouro deve realizar o seu valor-de-troca ideal, o preço - é valor-de-uso em sua presença do ouro, ao passo que o ouro - que apenas na mercadoria materializa o seu valor-de-uso formal - é valor-de-troca em presença da mercadoria". (MARX, 1983, pg.92).

Como já vimos, a dicotomia externa do valor das mercadorias, que na forma mais desenvolvida apresenta-se como duplicação real entre os valores em formas particulares, as mercadorias, e valor na forma universal, a mercadoria dinheiro, é representada primeiro como grandeza ideal no preço das mercadorias. As mercadorias encontram no dinheiro um espelho no qual refletem seus valores particulares, que aparecem então como preços ideais. Para o universo das mercadorias, o dinheiro está presente como uma representação imaginária; uma expressão de igualdade idealizada. Embora imaginária, a forma preço das mercadorias expressa em si mesma uma nova qualidade do intercâmbio real das mercadorias. Ao metabolismo do trabalho social adere um novo caráter que, em relação à troca simples, é tanto essencial quanto formalmente distinto. Vejamos isto em detalhes:

Na relação de troca simples, os produtos do trabalho são trocados diretamente. Dois trabalhos particulares distintos, ambos não-valores-de-uso aos seus proprietários, mudam de mãos quando cada um dos proprietários vê no produto do trabalho alheio a potencialidade de realização suas próprias necessidades. A satisfação das necessidades está direta e imediatamente representada no produto do trabalho do outro. Aqui se tem uma relação de reciprocidade imediata e necessária. A troca real das substâncias, o intercâmbio dos produtos do trabalho é, portanto, o produto destas relações casuais, diretas, imediatas e individualizadas e, por isso, está limitada no tempo e espaço. É importante destacar aqui que tal troca de substâncias do trabalho ocorre sem que jamais as mercadorias assumam um caráter formal distinto de suas formas imediatas de valores-de-uso, meros produtos do trabalho concreto. O valor ainda não adquiriu consistência e, por isso, apresenta-se indeterminado, casual e fortuito, características que emergem na sua

A ampliação territorial do espaço mercantil altera, na essência, o metabolismo do trabalho social. Quando o valor das mercadorias se apresenta na forma universal de dinheiro, o metabolismo social do trabalho mercantil adquire um caráter distinto tanto na forma quanto na essência em relação à troca direta de mercadorias. Na relação de troca direta, o metabolismo social ocorre sem que jamais o valor assuma um caráter formal distinto de suas formas imediatas de valor-de-uso. Imediatas e individualizadas, as trocas estão, por isso mesmo, limitadas no tempo e no espaço. Nas relações mercantis desenvolvidas, ao contrário, o metabolismo social está separado em dois atos distintos e complementares, deslocados temporal e especialmente. Aquele que tem a posse do dinheiro não está condicionado à compra imediata, podendo diferi-la no

tempo e no espaço conforme as condições de oferta de mercadorias. Agora, a troca real de substâncias está mediada por mudanças formais. O possuidor de mercadorias troca sua mercadoria por dinheiro e com ele compra as mercadorias necessárias à satisfação de suas necessidades. Observa-se aqui uma troca real de conteúdo, cujo objetivo é o consumo, mas, ao contrário da troca direta, tal processo é intermediado por mudanças formais do valor. Dessa forma, o ciclo da mercadoria somente se encerra após a segunda metamorfose, a compra, quando a valor adquire a forma de valor-de-uso e é então consumido. Mas, toda compra é também uma venda. Se o valor desaparece após a compra, significa que houve simultaneamente uma venda, portanto, a forma do valor, o dinheiro, depositou-se agora noutro ponto e, com isso, permaneceu realizando outros ciclos da mercadoria, servindo de espelho para o valor de outras mercadorias. O dinheiro, assim, jamais se afasta da circulação de mercadorias. Por isso:

"[...] A economia mercantil simples constitui um salto qualitativo no desenvolvimento mercantil porque, paralelamente à constituição do dinheiro, ela marca a constituição final de uma verdadeira "esfera da circulação", isto é, do processo de trocas de mercadorias convertido em elemento constitutivo, da vida social em vínculo definitivo e estrutural entre os produtores" (Germer, 1995, pg. 19)

A coesão interna mercantil, cuja produção cotidiana da vida humana ocorre necessariamente através das relações entre proprietários privados, iguais, livres e independentes, externaliza-se no dinheiro como elemento externo de coação social. Neste sentido, as leis sociais abstratas que, como vimos, são resultados das próprias relações sociais peculiares entre proprietários privados isolados e independentes, aparecem agora na forma de coação externa e

Constituída a esfera da circulação de mercadorias, a mercadoria, a unidade imediata do valor-de-uso e do valor, deve, antes, realizar seu preço, transformar-se de ouro imaginário em ouro real, ou ainda, metamorfosear-se de valor na forma particular em valor na forma geral e, através dessa metamorfose, transformar-se novamente, porém agora numa relação inversa, de valor na forma geral em valor-de-uso real, forma sob a qual sai da circulação e entra no consumo. Em síntese, o consumo é agora antecedido pela transformação de um não valor-de-uso em dinheiro (M-D) e a retransformação deste em valor-de-uso para o consumo (D-M). Conforme Marx:

"Chamaremos ainda a atenção para M-D-M: os dois extremos M não têm a mesma relação formal com D. O primeiro M é uma mercadoria particular e relaciona-se com o dinheiro

como mercadoria universal, enquanto que o dinheiro é a mercadoria universal e relaciona-se com o segundo M que é mercadoria individual. M-D-M pode transpor-se para o plano da lógica abstrata sob a forma do silogismo P-U-I, constituindo a particularidade do primeiro extremo, a universalidade, o termo médio e a individualidade do último extremo" (MARX, 1983, Pg.96)

Como se observam no trecho acima, as mudanças formais da mercadoria expressam a distinta relação formal dos valores-de-uso com o dinheiro no interior próprio do ciclo total da mercadoria, relação esta que, por sua vez, manifesta a forma específica que assume o metabolismo social do trabalho nas relações mercantis

O ciclo total da mercadoria implica dois momentos distintos, duas metamorfoses inversas e sucessivas. Na primeira fase do processo, a primeira metamorfose, o valor-de-uso é simples receptáculo do valor particular. O valor-de-uso é mero veículo do valor. O valor-de-uso está subsumido ao valor da mercadoria. Na segunda fase, segunda metamorfose, o valor na forma universal assume novamente a forma particular através do valor de uso, contudo, o valor-de-uso deixa de representar simples receptáculo do valor particular, a mera forma particular do valor e, inversamente, assume a forma de meio de consumo. Ao sair da esfera da circulação e entrar na esfera do consumo, a mercadoria realiza-se como valor-de-uso e desaparece como valor.

Dessa forma, nota-se, de imediato, que, sob o prisma da troca de substância, tanto a troca direta (M-M) quanto o ciclo da mercadoria (M-D-M) apresentam um resultado idêntico, afinal, tem-se um simples metabolismo entre o não-valor-de-uso imediato e o valor-de-uso. Entretanto, como vimos acima, há diferenças fundantes, tanto essencial quanto formalmente, entre aqueles dois processos de intercâmbio de mercadorias.

Quando o metabolismo social do trabalho adquire a forma de um circuito (ciclo da mercadoria, o consumo, objetivo e resultado final do processo de intercâmbio que ora estamos estudando, somente ocorre quando o valor produzido pelo produtor assume diferentes formas: de valor na forma particular, fundido num não-valor-de-uso imediato, passando à valor na forma universal, em ouro, mercadoria cujo valor-de-uso é formal, até finalmente assumir novamente a forma de valor-de-uso individual e desaparecer então no consumo. Mas o valor das mercadorias efetivamente não circula. O proprietário é possuidor sempre da mesma magnitude de valor, embora sob formas distintas. Ora ele possui valor na forma particular, ora na forma universal, ou ainda, ora valor-de-uso formal, ora valor-de-uso real. Por não circular o valor, as mercadorias percorrem um ciclo constantemente renovado através da produção e consumo de novas

O consumo está, portanto, cindido em dois atos distintos, mas reciprocamente complementares. Na primeira metamorfose, ocorre uma venda; na segunda, compra. O ciclo da mercadoria, da perspectiva do produtor isolado, é necessariamente uma venda seguida por uma compra. Vender para comprar. Como representante do valor na forma particular, é vendedor; como representante de valor na forma universal, é comprador. Neste sentido, dois distintos caracteres econômicos aderem à figura do proprietário: Ora é vendedor (M-D), ora é comprador (D-M). Vejamos cada um destes atos isoladamente.

Venda (M-D). O proprietário é aqui possuidor de um valor-de-uso sem utilidade imediata para si e possui um não-valor-de uso. Como mercadoria, vimos, é duplamente determinada, é valor-de-uso e valor. Na circunstância que ora analisamos, é valor na forma particular. No mercado, este valor, na forma particular, apresenta-se, de imediato, como um preço a realizar, um preço-ouro imaginário, ideal. No exercício desta função de medida de preços, a presença real do dinheiro é desnecessária. É um pressuposto da circulação que as mercadorias entrem nela dotadas de um preço, e o dinheiro, que não tem preço, seu preço é o revés das infinitas expressões de preço que representa, como valor. O dinheiro, como equivalente geral dos valores das mercadorias, a expressão autônoma e externa da relação de todas as mercadorias entre si é pressuposto e resultado das relações mercantis desenvolvidas.

Por um lado, a venda é a realização do preço da mercadoria, a transformação efetiva em ouro da anterior expressão ideal do preço. Por outro lado, é a realização do valor-de-uso formal do dinheiro. Neste sentido, toda venda é também simultaneamente uma compra. Venda é compra. Aqui há dois personagens envolvidos: o proprietário da mercadoria, o vendedor, e o proprietário do dinheiro, o comprador. Mas, para possuir dinheiro, aparecer como comprador, é necessário antes ter vendido. Neste sentido, o primeiro ato da metamorfose da mercadoria (M-D) significa também o segundo ato de uma relação de intercâmbio anterior (D-M). A primeira metamorfose, a venda, é necessariamente uma compra, o fim de um outro ciclo distinto.

Mas esta reciprocidade necessária entre compra e venda traz em si algumas sutilezas. O isolamento do produtor, sua especialização produtiva, condição tão mais intensa quanto mais desenvolvida está na divisão do trabalho mercantil, que, como vimos, é um pressuposto dessa sociedade, multiplica as necessidades do produtor. A multiplicidade das necessidades é propriamente contrapartida do isolamento dos possuidores de mercadorias. O produtor isolado produz com seu ofício muitas unidades idênticas de valores-de-uso, os quais realiza total ou parcialmente no mercado. A venda total das unidades produzidas, do conjunto de mercadorias, representa, da perspectiva desse produtor, uma venda única, mera realização do valor particular contido naquelas mercadorias. A compra, ao contrário, está desdobrada em infinitas mercadorias com as quais satisfaz distintas necessidades. Observa-se aqui a distinta relação formal existente entre a mercadoria e o dinheiro nas diferentes fases do ciclo da mercadoria. Na primeira metamorfose somente interessa o valor produzido, o dinheiro. O objetivo é quantitativo. Na segunda, ao contrário, o objetivo é a multiplicidade dos valores-de-uso necessários à satisfação das necessidades, logo, qualitativo. Por isso, a venda jamais é seguida por uma única compra, mas distribuída entre os diversos produtos necessários à satisfação das necessidades.

Neste sentido, as diversas compras resultantes da venda das mercadorias pelo produtor isolado é o início, a primeira metamorfose, venda, de diversos outros ciclos de mercadorias. Por isso que o resultado de uma venda tem como resultado a ampliação das relações de troca e, conseqüentemente, o adensamento e prolongamento do tecido econômico, ao contrário da troca simples, que encerra a relação de troca tão logo ela seja efetuada.

Compra (D-M). Tal como vimos anteriormente, toda venda é também uma compra. Aqui a compra, a segunda metamorfose para o nosso produtor, é a primeira metamorfose (venda) para o personagem que lhe opõe, o vendedor. O último ato de um ciclo é também o primeiro de outro ciclo. Ao possuir o valor das mercadorias na forma geral, o produtor adquire o direito ao mundo das mercadorias : "Por ser a figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto de sua alienação geral, é o dinheiro a mercadoria absolutamente alienável" (MARX, 1982, pg.97). Tal como síntese externa da relação de troca de todas as mercadorias entre si, o dinheiro é a figura do valor das mercadorias. Por isso, como qualidade econômica, o dinheiro não encontra limites. Ele é o passaporte ao mundo das coisas compradas e vendidas. Entretanto, como espelho do valor quantun de valor geral, uma magnitude restrita de todas as

A riqueza do proprietário de mercadorias consiste em jogar na circulação muita mercadoria e dela pouco retirar; vender muito e comprar pouco. Daí a possibilidade, em nível agregado, de as vendas não encontrarem contrapartida nas compras e ocorrer, portanto, um desequilíbrio entre vendas e compras. Entretanto, ainda não existem as condições reais para que tais desequilíbrios sejam abruptamente resolvidos através de crises comerciais. As crises comerciais aqui são apenas uma potencialidade determinada em nível teórico, ou seja, dentro da estrita relação entre vendedores e compradores, o aspecto qualitativo do dinheiro entra apenas em contradição com seu caráter quantitativo na forma de possibilidade teórica.

Observemos agora, em detalhes, um ciclo completo de uma mercadoria (M-D-M). Na primeira metamorfose, M-D, dois personagens estão reciprocamente contrapostos, vendedor e comprador; o primeiro só existe através do segundo e vice-versa. Mas o dinheiro é, no caso em que se está analisando, o resultado de uma venda anterior², ou seja, a 'persona' econômica de

² Dinheiro sempre representa venda, exceto quando ele é trocado diretamente por produtos, como ocorre

dinheiro existe para realizar a troca de substâncias, por isso, movimenta-se necessariamente em contraposição com as mercadorias sem jamais ser expulso da circulação. O movimento do dinheiro no interior da circulação de mercadorias é distinto do movimento das mercadorias. Se estas executam um ciclo, aquele realiza um curso, como veremos:

a) O curso do dinheiro.

Como vimos, o ciclo total da mercadoria M-D-M é a justaposição de duas metamorfoses parciais distintas, mas complementares e sucessivas. Como vimos também, há diferenças formais entre as metamorfoses parciais constituintes do ciclo total da mercadoria. Na primeira metamorfose, a mercadoria é um não-valor-se-uso e troca de posição com o dinheiro; na segunda, o dinheiro troca novamente de posição, mas, agora, com uma mercadoria que representa meio de consumo, valor-de-uso. Em resumo, o ciclo é iniciado pela mercadoria como não valor-de-uso e finalizado com a mesma sob a forma de valor-de-uso. Ao movimento das formas que conduzem à transformação do não-valor-de-uso em valor-de-uso, denomina-se ciclo da mercadoria. A rigor, o valor, que é relação social mercantil, não circula, suas formas é que circulam: a forma particular, a mercadoria; e a forma geral, o dinheiro. Vimos ainda que, Na condição de metamorfose parcial, toda venda é compra e vice-versa. Por um lado, a venda representa a transformação do valor particular, contido na mercadoria, em valor geral, materializado no ouro. Por outro lado, a compra apresenta-se também como uma transformação, porém inversa e

meio de circulação.

Nas circunstâncias até agora estudadas, ocorre sempre o mesmo movimento: De um lado, a mercadoria nas mãos do vendedor, de outro lado, o dinheiro nas mãos do comprador. Realizada a transação, mercadoria e dinheiro trocam de mãos e, com isso, alteram-se também os caracteres econômicos dos proprietários; vendedor torna-se comprador, e o comprador, vendedor e / ou consumidor.

Mas, se a mercadoria dá apenas um passo na circulação e sai dela como meio de consumo, o dinheiro, tal qual meio de circulação, ao contrário, não existe fora dela. O dinheiro não percorre um ciclo. Seu movimento é o distanciamento constante do ponto do qual partiu, depositando-se, como vimos, nos pontos antes ocupados pela mercadoria. Se a mercadoria executa movimento cíclico, o dinheiro, ao contrário, percorre um curso. Vejamos isto em detalhes:

O possuidor de mercadoria vende-a e obtém com isso dinheiro (M-D). A mercadoria vendida então sai da circulação e cai no consumo. Agora, o vendedor, que se torna comprador, possui valor na forma geral, dinheiro e com ele vai ao mercado à procura de uma mercadoria que lhe satisfaça. Ao encontrá-la, compra-a (D-M), realizando assim o valor-de-uso formal do dinheiro no valor-de-uso real da mercadoria. Nesta segunda operação (D-M), o dinheiro troca de mãos pela segunda vez. Ele surge agora ao lado do vendedor, que se torna um comprador, e assim sucessivamente. Observa-se então que, no ciclo completo da mercadoria, o dinheiro troca de mãos duas vezes, refletindo a dupla mudança de forma da mercadoria; o seu caráter funcional, como meio de circulação, é a expressão deste movimento formal do metabolismo social mercantil. Na superfície do fenômeno, entretanto, parece ocorrer o oposto, isto é, o

movimento das mercadorias estaria sendo condicionado pelo movimento do dinheiro. Conforme Marx:

"O movimento formal de uma mercadoria, a sua transformação em dinheiro e sua reconversão de dinheiro em mercadoria, ou seja, o movimento de metamorfose total da mercadoria, apresenta-se assim como o movimento exterior da mesma peça monetária que troca de lugar duas vezes com duas mercadorias diferentes" (MARX, 1983, pg. 99)

O ciclo completo da mercadoria distancia a mesma peça monetária do seu ponto de partida. Uma mesma peça monetária jamais regressa ao seu ponto inicial. O dinheiro, como meio circulante, não retorna e permanece no interior da circulação das mercadorias, realizando sempre a mesma tarefa. Esse distanciamento é tanto mais rápido quanto mais fluídas são as metamorfoses totais das mercadorias.

Se o dinheiro, na forma de meio de circulação, não executa uma tarefa autônoma, permanecendo condicionado à fluidez das metamorfoses totais das mercadorias e, além disso, somente possui existência funcional, ou seja, só existe no interior da circulação real realizando os preços das mercadorias, então, é relevante questionar sobre as leis que regem o volume de meio circulante necessário à circulação de mercadorias. Analisemos em detalhes este ponto.

Até o momento, vimos que o dinheiro possui duas determinações formais: É medida de valores tal como representante geral do valor das mercadorias e meio de circulação ao realizar os preços das mesmas no interior da circulação real. A função de medida dos valores emerge, sabe-se, diretamente da relação de equivalência das mercadorias entre si; é, portanto, pressuposto da função meio de circulação. Desta relação de equivalência entre as mercadorias comuns e a mercadoria que executa a função de representação geral do valor, no nosso caso, o ouro, surge a forma preço. As mercadorias entram então na circulação com seus valores metamorfoseados idealmente em ouro, a medida geral dos valores.

Assim, uma primeira determinação do volume de meio circulante necessário à circulação de mercadorias é o valor do metal precioso que serve como medida de valores. Quanto maior o valor deste metal, menor o preço das mercadorias a realizar. E vice-versa. Subindo o valor do ouro, caem os preços das mercadorias. O inverso também é verdadeiro. Reduzindo o valor do ouro, sobem os preços das mercadorias. Desta observação, conclui-se que o volume, maior ou menor, de material monetário no interior da circulação está condicionado pelo valor do material monetário, ou seja, do ouro como equivalente geral. Mas o problema não se esgota aí.

Infinitas compras, portanto vendas, são realizadas todos os dias e ocorrem paralelamente em diferentes pontos do espaço. Supondo constante o valor da medida de valores, o volume de material monetário também está determinado pelos preços realizados das mercadorias. A soma de preços das mercadorias envolvidas nessas metamorfoses parciais condiciona, portanto, o volume de ouro necessário à circulação. Quanto maior o preço das mercadorias e maior a quantidade das mesmas, maior o volume necessário de meio circulante e vice-versa.

Mas o ciclo total das mercadorias é, como vimos, a justaposição no tempo das metamorfoses parciais. No ciclo total da mercadoria, as metamorfoses são sucessivas no tempo. A compra é necessariamente um ato sucessivo à venda. Ninguém compra sem ter antes vendido. Como vimos, a venda seguida de compra representa uma dupla metamorfose da forma do valor e impõe ao dinheiro duas mudanças sucessivas de posição. Nas palavras de Marx (1982, pg. 104): "essa repetida mudança de posição das mesmas representa a dupla mudança de forma da mercadoria, seu movimento através de dois estágios opostos da circulação e o entrelaçamento das mercadorias diferentes".

Na condição de elo de uma cadeia de metamorfoses, uma mesma peça monetária realiza o preço de diferentes mercadorias e as fazem, portanto, mudar de posição. Assim, articuladas no tempo e, às metamorfoses das mercadorias, a mesma peça monetária é capaz de realizar preços em magnitude superior ao seu valor de face. Em resumo, a fluidez maior ou menor do ciclo da mercadoria impõe um movimento mais ou menos rápido ao curso do dinheiro, o qual realiza, assim, preços superiores ao que representa enquanto moeda. O número de cursos de uma mesma moeda, em determinado tempo, um dia, por exemplo, define a velocidade do curso dessa peça monetária. Depreende-se disso quê: supondo constante as três variáveis até agora analisadas, o valor do material que serve de medida dos valores, os preços das mercadorias e a quantidade das mesmas, assim como o volume de meio circulante, variam inversamente à velocidade do curso do dinheiro.

Em síntese, dado o valor do material monetário, as variações no volume do meio circulante está condicionada pela combinação entre os movimentos das três variáveis vistas anteriormente: Os preços, a quantidade das mercadorias e a velocidade do curso do dinheiro. Estes movimentos não apresentam necessária articulação, variando independentes um do outro, em sentidos e proporções diferentes.

4.1.3. A moeda

Como já vimos, a conveniência técnica é condição para o surgimento do dinheiro como padrão de preços. As transações comerciais são agilizadas quando os pesos em ouro já estão previamente fixados em medidas de peso. O padrão de preços nada mais é do que esta fixação convencional de uma dada quantidade de ouro em determinada medida de peso. A cunhagem dá um nome e um número a tais medidas: "Moedas de ouro e barras de ouro diferenciam-se originalmente apenas pela gravação, e o ouro é suscetível de passar constantemente de uma forma

A moeda é, portanto, a forma que adere ao dinheiro como representante fugaz do valor das mercadorias. Conforme Marx: "Da função do dinheiro como meio circulante, surge a sua figura de moeda" (MARX, 1982, pg.107). Ao realizar os preços das mercadorias, o dinheiro é meio de circulação e se desloca continuamente no interior da circulação, fixando-se nos pontos abandonados pelas mercadorias. Mas esta fixação é sempre momentânea. O curso do dinheiro é assim um movimento contínuo de realização dos preços das mercadorias, refletindo, como vimos, a fluidez do metabolismo social do trabalho.

O caráter funcional do dinheiro como meio de circulação provoca naturalmente a separação entre o peso real da moeda e a sua representação de peso. Ao circular, as moedas desgastam-se, por isso, o peso nominal divorcia-se do peso real. Além desta ação natural, há também atos fraudulentos. A desvalorização do padrão monetário real foi historicamente um mecanismo de financiamento estatal e também de enriquecimento privado.

Um curso mais veloz desgasta mais intensamente as moedas de ouro. Por isso, moedas de pequeno valor usadas no dia-a-dia no comércio varejista são as primeiras a explicitarem o descolamento entre o valor de face da moeda e o peso real do metal nobre. Se na circulação real das mercadorias é indiferente o valor real das moedas, podem, então, as mesmas ser substituídas por meros símbolos de si mesmas, e historicamente assim ocorreu. As moedas de ouro são substituídas por moedas de metais menos nobres, moedas que simplesmente simbolizam o ouro, inicialmente no comércio retalhista, cujo número de transações imprime maior velocidade ao curso do dinheiro, desgastando, por isso, mais intensamente as peças de ouro.

A circulação de mercadorias fornece o amparo social a estas moedas simbólicas, entretanto, a cunhagem é responsabilidade da autoridade estatal. É esta quem define o nome e o

A dissociação entre o valor de face e o valor real da moeda é um fenômeno próprio da circulação de mercadorias. Entretanto, a substituição das peças desgastadas de ouro por peças metálicas simbólicas ou papel moeda exige a existência de uma autoridade emissora que imponha validade legal ao símbolo. As moedas simbólicas são, portanto, lançadas de fora da circulação de mercadorias. E, como meros símbolos do ouro, submetidas estão às leis que regem o volume do meio circulante.

Nas moedas simbólicas, a função do dinheiro de medida de valores, que deve ser exercida necessariamente por uma mercadoria, está dissociada da função de meio de circulação que, como vimos, não precisa necessariamente possuir valor intrínseco.

Como meio de circulação, o dinheiro mora na circulação. A rigor, é a existência funcional do dinheiro como simples realizador de preços das mercadorias que o define como meio de circulação, por isso, as peças metálicas podem ser substituídas por meros símbolos de si mesmas. Daí não precisarem, como meio de circulação, de valor. Conforme Marx:

"A representação autônoma do valor-de-troca da mercadoria é, aqui, apenas um momento efêmero. É substituída de imediato por outra mercadoria. Por isso, basta que o dinheiro exista apenas de forma simbólica num processo que o faz passar continuamente de mão em mão. Sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material" (Marx, 1982, pg. 110)

Essa dicotomia é efetivamente possível porque existe um limite inferior de absorção de meio de circulação pela circulação de mercadorias, um dado volume mínimo de dinheiro que necessariamente deve permanecer na forma de meio de circulação para realizar os preços das mercadorias na circulação. A rigor, as oscilações do volume de meio circulante no interior da circulação variam dentro de uma determinada amplitude. Ora a circulação absorve um maior volume de meio circulante, ora menos. Contudo, há um limite inferior de absorção de meio de

A funcionalidade do meio circulante simbólico está restrita a este volume mínimo absorvido pela circulação, ou seja, os símbolos do ouro transitam incessante e exclusivamente dentro dessa esfera mínima, realizando o metabolismo social das mercadorias. Assim, se, por

algum motivo, a um menor volume de meio circulante passa a ser exigido pela circulação e, portanto, essas moedas simbólicas excedem o mínimo requerido pela circulação, as mesmas sofrem, então, uma depreciação através do aumento do nível geral dos preços, ou seja, os preços sobem para ajustarem-se à massa de meio circulante simbólico. Este fenômeno monetário explicita que as moedas simbólicas estão restritas à circulação de mercadorias, nada representando na forma da mesma. Como não podem exercer o papel de equivalência geral, pois não possuem valor, não atuam como representação autônoma do valor fora da circulação, por isso, não são retiradas da circulação, razão pela qual os preços variam positiva ou negativamente.

Quando, ao contrário, a absorção de meio circulante transcende esse mínimo necessário à circulação e é exigido por isso mais dinheiro na forma de meio circulante, esta lacuna é preenchida com dinheiro metálico que flui das reservas em tesouro à circulação de mercadorias; são moedas com valor, que, por isso, exercem as funções de medida de valores e meio de circulação. Somente nesta forma, o meio de circulação pode aparecer como dinheiro e ser retido fora da circulação como representante geral da riqueza. Se ocorre uma contração na absorção de meio circulante, as peças metálicas são expulsas da circulação e retornam à forma original de tesouro.

Em síntese, quando as peças metálicas são lançadas de fora da circulação pela autoridade emissora, o meio circulante simbólico está limitado pela quantidade de ouro que seria realmente a absorvida pela circulação de mercadorias. Excedendo este limite, as moedas simbólicas são depreciadas através do aumento geral no nível dos preços. Este fenômeno estritamente monetário explicita que a autoridade emissora nada pode fazer em relação à quantidade de meio circulante absorvido pela circulação de mercadorias, devendo condicionar sua conduta às determinações objetivas que emergem das relações mercantis no interior da

4.1.4. Dinheiro

O processo de constituição do equivalente geral do valor traz, em si mesmo, o caráter funcional do dinheiro como medida de valores. Conforme essa medida, vimos que o dinheiro serve para expressar o valor das mercadorias em ouro ideal, imaginário. Nas etiquetas de preços,

o dinheiro real é uma mera potencialidade, por isso, a presença real, corpórea, do mesmo é

A realização do preço das mercadorias é também a movimentação do dinheiro. No interior da esfera da circulação, o dinheiro desloca-se continuamente condicionado à metamorfose das mercadorias. Nesta condição de intermediário do processo de troca, ele é meio de circulação e pode ser substituído por meros símbolos de ouro. O dinheiro apresenta-se então sob a forma de moeda.

Tanto na função de medida de valores quanto na função de meio de circulação, a representação autônoma do valor no dinheiro ou é imaginária, como no dinheiro na forma de medida de valores, ou é efêmera, como no caso do dinheiro na função de meio de circulação. O dinheiro aparece apenas nestas duas determinações formais ao intermediar o processo de troca real de substâncias do trabalho, realizar o conteúdo real da circulação simples de mercadorias. Como produto da circulação, ele representa a unidade dessas duas determinações. Por isso, quando as funções de medida de valores e meio de circulação aparecem unificadas no ouro ou em algum elemento que o represente tem-se a forma dinheiro do valor.

4.1.5. Entesouramento

Vimos até agora que a troca real de substâncias condiciona o caráter funcional do dinheiro. Se, por um lado, as relações de troca desenvolvidas já pressupõem os preços, isto é, o dinheiro no exercício da função de medida de valores, por outro lado, pressupõem também a realização destes preços através da venda, ou seja, a metamorfose da mercadoria como valor na forma particular para valor na forma geral, transformação que atribui ao dinheiro o caráter de meio de circulação. Mas, como vimos, o caráter funcional do dinheiro que adquire o dinheiro como medida de valores e como meio de circulação implica a desnecessidade da presença real do mesmo frente à mercadoria. Como medida de valores, o dinheiro é ouro imaginário; como meio de circulação, é simples ouro simbólico. Vimos ainda que o ciclo da mercadoria apresenta-se espaço-temporal no metabolismo social do trabalho. Aquele que vende não é obrigado a comprar imediatamente. Por isso, a interrupção do ciclo da mercadoria é própria da circulação simples de mercadorias e expressa, necessariamente, uma ruptura intencional do processo já na primeira metamorfose do ciclo, ou seja, uma venda não seguida imediatamente por

uma compra. Ao impedir a realização do ciclo completo da mercadoria, ou ainda, interromper o curso convencional do dinheiro, impedindo-o de realizar-se em meios de consumo, o produtor converte o meio circulante em não-meio-circulante, moeda em dinheiro. Na condição de não-meio-circulante, o dinheiro apresenta-se sob a forma de tesouro. Mas o tesouro adquire funções distintas com o desenvolvimento das relações de troca. Vejamos como o dinheiro como tesouro perde pouco a pouco o sentido de representação da riqueza excedente e assume gradativamente o caráter de dinheiro em suspensão.

Segundo Marx (1982, pg.111), nos povos da antigüidade, cuja produção estava orientada basicamente à subsistência e, conseqüentemente, a produção de mercadorias era apenas marginal, a formação de tesouros exprimia o excedente produtivo da comunidade. A acumulação de metais preciosos e a formação de tesouros representam aqui a necessidade de acesso imediato a valores-de-uso externos à comunidade. Em razão de determinadas necessidades somente poder ser satisfeitas através de produtos obtidos pela troca, a retenção do produto social que representa a alienação plena e, por isso, livre acesso aos valores-de-uso externos, surge como condição fundamental para reprodução da vida nessas comunidades. É uma forma de retenção da riqueza social que está condicionada, portanto, às condições primitivas de reprodução material daquelas comunidades primitivas.

Na circulação simples de mercadorias, a formação de tesouros transcende esta primitiva e ingênua forma de retenção da riqueza. Ela adquire, pois, um caráter funcional distinto da mera acumulação da riqueza como forma de obtenção imediata de produtos estrangeiros. Vejamos isto:

O desenvolvimento das trocas é, em si mesmo, a especialização mais e mais dos produtores diretos. Em outras palavras, quanto mais desenvolvida está a conexão dos produtores mercantis, maior a divisão do trabalho e, portanto, mais e mais dependentes se tornam os produtores mercantis. Em resumo, desenvolvimento da produção de mercadorias é, em si mesmo, a especialização da produção e a multiplicação das necessidades individuais. Por isso, a venda por parte dos produtores diretos deve diluir-se em infinitas compras no tempo e no espaço.

O consumo distribui-se uniformemente no tempo, a produção e a venda, não. Daí que o fluxo de produção e venda se distribui no tempo como variável discreta, o consumo, ao contrário, como variável contínua. Como o consumo jamais pode subordinar-se ao fluxo não contínuo da produção e da venda, deve, o possuidor de mercadoria, através de vendas sucessivas, retirar previamente o dinheiro da circulação e retê-lo como reserva. Nesta reserva de dinheiro, que é

mantida em função do contraste entre a produção privada especializada e a multiplicidade das necessidades humanas, reserva técnica, portanto, a ruptura da complementaridade do ciclo da mercadoria, a interrupção da metamorfose na primeira fase do ciclo, o entesouramento, portanto, surge como moeda em suspensão, meio circulante fora da esfera da circulação. Daí a continuidade do processo de troca exigir certo montante de dinheiro fora da circulação imediata, isto é, para que o fluxo de mercadorias não seja interrompido, parte do meio circulante deve estar na forma de dinheiro, não-meio-circulante. Por isso, as reservas de dinheiro não aparecerem concentradas, como no modo e produção capitalista, mas distribuídas entre os diversos produtores mercantis. Quanto mais desenvolvidas as condições de produção, maior a importância dessas reservas técnicas de dinheiro. Como as reservas técnicas de dinheiro são fundamentais ao fluxo contínuo das mercadorias, a quantidade de dinheiro sempre excede às necessidades monetárias imediatas da circulação de mercadorias.

A petrificação da riqueza social em tesouros executa uma importante função social dentro da circulação simples de mercadorias. Como já vimos, as condições reais da circulação de mercadorias subordinam agora a formação dos tesouros. Se é necessário um volume maior de meio circulante, os tesouros são transformados em moeda; se, ao contrário, diminui a necessidade de meio circulante, cresce a riqueza social na forma de tesouros. Neste sentido, os mesmos elementos que interferem na determinação do volume de meio circulante condicionam a formação social dos tesouros. Nas palavras de Marx: "As reservas de tesouro servem, ao mesmo tempo, de canais de adução e derivação do dinheiro circulante, o qual, por isso, nunca transborda os canais de seu curso" (MARX, 1982, pg.113)

Como manifestação externa da riqueza social, logo, passível de apropriação privada, o dinheiro surge então como uma força social privada. Ao vender e não comprar, o produtor apropria-se deste poder social, força cuja limitação é somente quantitativa, uma vez que, em qualidade, o dinheiro é a própria expressão geral do valor particular contido nas mercadorias. Como personificação do desejo perpétuo de petrificação do meio circulante em dinheiro, o proprietário aparece como entesourador. Assim, o personagem econômico de entesourador adere ao produtor mercantil tão logo se desenvolva a circulação de mercadorias. Assim, os proprietários autônomos, originalmente, enfrentavam-se como possuidores de mercadorias; depois, como vendedores e compradores; agora, fixados como vendedores, aparecem como entesouradores. Destas distintas relações entre os proprietários mercantis, emergem, respectivamente, como se

viu, as determinações formais do dinheiro de medida de valores, meio de circulação e meio de entesouramento. Evidencia-se aqui que as distintas determinações formais que adquire o dinheiro na circulação simples de mercadorias nada mais são do que expressões externas dos caracteres econômicos que aderem aos próprios possuidores de mercadorias na produção da vida.

Aqui, a mera mudança de forma, a transformação da mercadoria em dinheiro, subsume a troca de substâncias, que é, como vimos, o objetivo geral da circulação simples. O não-valor-de-uso é transformado em dinheiro não para ser novamente reconvertido em meio de consumo, mas para permanecer na forma de simples dinheiro, como tesouro. Segundo Germer (1995, pg. 62), esta busca perpétua do entesourador pela mera forma geral da riqueza é a primeira indicação da possibilidade de transição e superação da circulação simples de mercadorias por uma forma superior de organização social: "Aqui a configuração de uma fase de transição está clara, pois a mudança de forma, que na circulação simples é apenas uma mediação para o intercâmbio de valores de uso, torna-se, no entesouramento, o objetivo da troca" (1995, pg. 62).

Mas, se, por um lado, o entesouramento indica, em certo sentido, a superação das determinações formais que valor adquire na circulação simples de mercadorias como preço e moeda, como vimos, formas ideais e simbólicas do valor, respectivamente, por outro lado, aparece também como uma anomalia, visto que é a negação do consumo, o objetivo real da circulação simples de mercadorias. Por isso, "[...] quanto ao seu conteúdo, o enriquecimento apresenta-se como um empobrecimento voluntário. Somente a ausência de necessidades, a renúncia à necessidade, ao valor-de-uso do valor existente sob a forma de mercadoria, permitem acumular este valor sob a forma de dinheiro" (MARX, 1983, pg. 295).

Mas, se, do ponto de vista individual, o entesouramento, dentro das condições da circulação simples de mercadorias, é uma anomalia, uma vez que é a negação do consumo, do ponto de vista social, adquire uma importância singular, conforme já vimos.

"A única realidade econômica que o entesouramento possui na circulação é uma realidade subsidiária: consiste, para a função do dinheiro como meio de circulação (nas suas duas formas de meio de compra e de pagamento) em constituir reservas que permitam a contratação e a expansão da *Currency* [do numerário em circulação]" (MARX, 1983, pg. 284).

4.1.6. Meio de Pagamento

Até aqui, vimos como o dinheiro adquire três distintas determinações conforme o desenvolvimento das relações mercantis. Na forma de expressão autônoma da riqueza, o dinheiro, inicialmente, possui apenas autonomia imaginária como medida de valores, depois, como meio de circulação, adquire autonomia simbólica como meio de circulação e, finalmente, adquire autonomia real, corpórea, como meio de entesouramento, contudo, tal autonomia só existe como negação do consumo. Como tesouro, o dinheiro é acumulado porque representa a forma autônoma da riqueza geral da sociedade. Vimos também que estas distintas determinações do dinheiro expressam os diferentes caracteres econômicos assumidos pelos produtores mercantis em suas relações de troca. À generalização das relações de troca entre os produtores autônomos segue-se a primeira determinação formal do dinheiro como medida de valores. A impossibilidade da produção da vida pelo próprio trabalho transforma os produtores diretos mercantis também em vendedores e compradores, relação que se externaliza no dinheiro como meio de circulação. Se a complementaridade entre venda e compra é interrompida, rompendo o ciclo da mercadoria já na primeira metamorfose, o vendedor transforma-se em entesourador, e o dinheiro adquire caráter funcional de meio de entesouramento. Vimos ainda que os produtores mercantis "[...] entravam em contato apenas como representantes de equivalente reciprocamente presentes" (Marx, 1982, pg. 115). Isto é, até aqui, as relações de troca são caracterizadas pelo movimento simultâneo, duplo e opositivo entre a mercadoria e o dinheiro. Sendo assim, a função do dinheiro de meio de pagamento deve também expressar a emergência de novos caracteres econômicos nos produtores mercantis. Vejamos:

Na produção de mercadorias, encontram-se os mais diferentes ciclos de produção. Algumas mercadorias apresentam tempo de produção curto, outras, longo; outras, ainda, são vendidas em mercados locais, enquanto que os mercados distantes são também o destino de muitas mercadorias. Estas condições concretas de produção, aliadas ao fato de que as transações econômicas são freqüentemente repetidas entre os mesmos proprietários, conspiram para que a sincronia natural dos ciclos produtivos seja compensada pelo diferimento dos pagamentos. Assim, se algum produtor que possui mercadorias prontas para a venda relaciona-se com algum outro produtor que delas necessita, embora não possua ainda dinheiro, seja porque não realizou o valor da sua mercadoria acabada ou porque não está concluído o processo de produção, os caracteres econômicos de vendedor e comprador transformam-se em caracteres econômicos

distintos: os produtores diretos aparecem agora como credor e devedor, ou seja, o vendedor transmuta-se em credor, enquanto que o comprador em devedor.

Daí que as relações credor/devedor originam-se dentro destas condições reais da circulação simples. Inicialmente, tais relações apareceram lado a lado à tradicional relação vendedor/comprador e subordinadas ao processo de troca real. Mais tarde, essas relações tendem a se ossificar, fixando em pólos opostos tanto a figura do credor quanto do devedor. O vendedor torna-se credor ao entregar sua mercadoria pela simples promessa de pagamento futuro; o comprador é devedor quando se apropria da mesma como simples representante de dinheiro futuro. Desta forma, a mercadoria é vendida sem realizar o seu preço imediatamente, penetrando na circulação apenas condicionada por um pagamento futuro, fixado em contrato no ato da troca. Daí o dinheiro agora funcionar como i) Medida de valores fixando o preço, bem como fixando a

ii) Como meio ideal de compra. (Marx, 1983, pg. 115)

Se, por um lado, o valor-de-uso da mercadoria é realizado antes do seu preço, por outro, o dinheiro entra na circulação somente após a realização do valor-de-uso da mercadoria. Neste sentido, a mercadoria circula como valor-de-uso sem se realizar como valor-de-uso formal imediatamente; o dinheiro, ao contrário, realiza seu valor-de-uso formal sem circular efetivamente, isto é, funciona como meio ideal de compra. Quando o dinheiro, ao entrar na circulação, realiza finalmente o valor formal da mercadoria, esta já se realizou como valor-de-uso através do consumo; por isso, o dinheiro entra na circulação como representação autônoma do valor daquela mercadoria. O dinheiro circula, portanto, não mais como meio de circulação, pois a mercadoria já circulou, mas, sim, como meio de pagamento.

Observada pela perspectiva do devedor, a segunda metamorfose é realizada antes da primeira. Inverte-se, portanto, a sucessão convencional do ciclo da mercadoria, ainda que dentro das condições da circulação simples: O comprador, primeiro, realiza o valor-de-uso da mercadoria como mero representante de dinheiro futuro, possuidor do meio ideal de compra e, apenas num segundo momento, vende sua mercadoria para obter o dinheiro com o qual paga a dívida contraída. Em síntese, vende para pagar. Nas palavras de Marx: "A figura do valor da mercadoria, dinheiro, torna-se, portanto, agora um fim em si da venda, em virtude de uma necessidade social que se origina das condições do próprio processo de circulação" (MARX, 1983, pg.115).

Em síntese, a divisão do trabalho social no interior da sociedade mercantil, ainda que incipiente, pressiona relações de troca entre produtores em diferentes fases de produção — a produção real não necessariamente é articulada no tempo — estabelecendo relações credor/devedor, que são o fundamento da função meio de pagamento. A condição credor/devedor subverte o fluxo linear convencional, vender para comprar; agora, é imperioso vender para pagar. Nas palavras de Germer: "A primeira metamorfose (M-D) terá que ser realizada depois que a segunda (D-M) já se efetivou e com a finalidade de pagar a dívida contraída e não de comprar" (GERMER, 1995, p. 68). Com isto, o dinheiro adquire um novo significado, convertendo-se em objetivo e resultado final da circulação de mercadorias.

A soma dos preços das obrigações vencidas não corresponde ao volume total de dinheiro para realizá-la. Esta massa de dinheiro depende, em primeiro lugar, da velocidade de circulação dos meios de pagamentos. Tal como no meio de circulação, a velocidade aqui também é um substituto do volume de dinheiro que, por sua vez, depende de dois fatores: O encadeamento das relações entre credor e devedor e do lapso de tempo existente entre diversos prazos de pagamento. Quanto mais articulada for a cadeia de pagamentos e menor o lapso de tempo entre eles, menor o volume necessário de meio de pagamento. Outro fator ainda contribui para a redução da massa desse meio: Os métodos de compensação de dívidas. A concentração em um mesmo local dos pagamentos e recebimentos permite que os créditos e débitos sejam confrontados e cancelados, restando apenas um saldo a ser liquidado. Nas palavras de Marx: "quanto mais maciça for a concentração de pagamentos, tanto menor será relativamente o saldo e, portanto, a massa dos meios de pagamentos em circulação" (MARX, 1983, pg. 116)

Quando estão desenvolvidos os mecanismos de compensação, a confrontação dos créditos e débitos confina o dinheiro à sua função de medida de valores ou dinheiro de conta. Ora, se os pagamentos se compensam, não há necessidade da presença real do dinheiro. O descolamento entre a magnitude dos preços realizados e o volume real de dinheiro é tanto maior quanto mais fluida a metamorfose real das mercadorias. Estancados os canais do metabolismo social do trabalho, potencializa-se a necessidade de dinheiro real e o mesmo deve penetrar na circulação como único representante real da riqueza. Se A deve para B, mas A é credor de C, então, B recebe de A somente se A receber de C. Assim, se C não vende, A não paga B. Fixemos isto: Desestruturada a concatenação das relações entre credores e devedores e, conseqüentemente, desarticulado o sistema de compensação, o dinheiro real é reclamado para o pagamento das

dívidas, ou seja, deseja-se dinheiro não como meio de compra, mas, sim, como meio de pagamento. Conforme Marx:

"É por isso que, onde o encadeamento dos pagamentos e o sistema artificial de sua compensação já se encontram desenvolvidos, o dinheiro sofre uma transformação brusca de sua forma fluida e gasosa e, como medida de valor, converte-se em dinheiro vivo ou meio de pagamento nos momentos em que o curso dos pagamentos se interrompe de forma violenta e sofre perturbações no mecanismo de sua compensação" (MARX, 1982, .105)

Simultaneamente à ampliação das trocas com dinheiro como meio de pagamento, organizam-se câmaras de compensação que, ao concentrarem num mesmo local as ordens de pagamentos e recebimentos, proporcionaram, por um processo de compensação, a diminuição relativa do montante de meio de circulação, que agora é solicitado apenas para saldar os resíduos não compensados. Se, como meio de circulação, o paralelismo das compras era um limite à redução do meio circulante, agora, concentrados os recebimentos e pagamentos em locais específicos, tal restrição deixa de existir. Toda relação mercantil, independente do local e do tempo, pode ser agora neutralizada nas câmaras de compensação.

Esses processos alteraram radicalmente a quantidade do meio de circulação necessário à circulação de mercadorias, proporcionando uma sensível diminuição relativa da quantidade de dinheiro e, conseqüentemente, potencializando ainda mais as contradições inerentes à forma mercadoria. Dessa forma, a quantidade total de dinheiro em circulação fica agora assim determinada, segundo Marx:

"Dada a velocidade de circulação do meio circulante e dos meios de pagamentos, ela é igual à soma dos preços das mercadorias a serem realizados, mais a soma dos pagamentos vencidos, menos os pagamentos que se compensam e, finalmente, menos o número de giros que a mesma moeda descreve, funcionando alternadamente como meio de circulação e como meio de pagamento" (MARX, 1982, pg.116).

As crises comerciais agora deixam de ser uma potencialidade abstraída apenas em nível teórico, como vimos no dinheiro na forma de meio de circulação, e aparecem como possibilidade real tão logo seja interrompido o processo geral de metamorfose das mercadorias. Se todos precisam vender para pagar suas dívidas, mas, por alguma razão estão estancados os canais de venda, o meio geral de pagamentos passa a ser reclamado como única riqueza real.

significância desses fundos de meios de pagamentos frente ao simples entesouramento.

Vimos que na relação credor/devedor, o preço fixa também o valor da dívida contraída. Vimos ainda que os valores-de-uso agora podem entrar na circulação com base apenas numa promessa futura de pagamento. Chega-se, assim, a um importante resultado: as promessas futuras de pagamento, o títulos de dívidas, quando endossadas, adquirem poder social e circulam até o seu vencimento. Dessa forma, os títulos de dívidas, ao circularem como dinheiro, ocupam agora o espaço das grandes transações. O dinheiro metálico, por sua vez, fica cada vez mais confinado às pequenas transações do dia a dia. Conforme Germer: "Nesta medida, o dinheiro, na função de meio de pagamento, expande-se em detrimento das de meio de circulação e de entesouramento. Nesta mesma medida, as transações expandem-se em valor com insignificante intervenção de dinheiro real" (GERMER, 1995, p. 71).

O dinheiro, na função de meio de pagamento, expande o espaço monetário para além das relações mercantis. Originalmente, as relações reguladas por contratos restringiam-se à esfera da circulação de mercadorias. As dívidas correspondiam às relações de crédito inerentes ao processo de circulação. Mais à frente, desenvolvido mais intensamente, o dinheiro como meio de pagamento, as relações de crédito transcendem esta esfera estritamente mercantil e dívidas de diversas naturezas, como os tributos e as rendas, passam a ser também convertidas em dinheiro e, assim, todas as relações sociais adquirem conteúdo mercantil.

4.1.7. Dinheiro mundial

Vimos que as moedas sofrem um processo natural de desgaste ao percorrerem seu curso, reduzindo o seu teor de ouro e transformando-as em simples signos de valor de si mesmas. Vimos

também que as conveniências técnicas condicionam a transformação da medida de valores em padrão de preços. Convencionado o número e o nome do padrão de peso do ouro e suas respectivas partes alíquotas, o dinheiro aparece então como moeda. Estas particularidades que emergem da própria natureza da forma dinheiro impõem certa restrição local à validade do dinheiro. Como padrão de preços, moedas e signos de valor, a generalidade do dinheiro não

Para assumir validade universal, no mercado mundial, o dinheiro deve despir-se dessas particularidades locais e assumir a forma de barras de ouro ou prata. Nesta forma, ele representa universalmente o valor das mercadorias, encontrando, então, sua plena correspondência conceitual. Conforme Marx:

"É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano abstrato. Seu modo existir ajusta-se ao seu conceito." (MARX, 1983a, pg.119)

Já vimos como a emergência do dinheiro é pressuposto para novas determinações funcionais. Com o dinheiro mundial não é diferente. Ele funciona no mercado mundial, conforme Marx (MARX,1983a, pg119), como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização absoluta da riqueza em geral.

Em função destas relações comerciais internacionais, a formação dos tesouros fica agora condicionada também pela necessidade de fundos de reserva para circulação no mercado mundial; está determinada, portanto, tanto pelas necessidades internas da circulação quanto pelas necessidades externas.

4.2. Funções afirmativas e negativas do dinheiro na circulação simples: Medida de valores, meio de circulação, meio de entesouramento.

Vimos que, nas relações mercantis, o metabolismo social do trabalho apresenta-se como um processo cujo movimento produz no dinheiro a forma adequada e mais desenvolvida de manifestação da contradição interna da mercadoria. Conforme Marx: "Considerando a forma própria da circulação, aquilo que nela se desenvolve, o que nasce, o que é produzido é o próprio dinheiro e nada mais" (MARX, 1983b, pg.292). Neste sentido, "Na mesma medida em que se dá

a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro" (Marx, 1983a, pg. 81), ou seja, circulação de mercadorias e dinheiro constituem-se através de um processo de estímulos recíprocos que, se, por um lado, o surgimento do dinheiro é resultado da consolidação da esfera da circulação, por outro lado, a consolidação da esfera da circulação é também produto do surgimento do dinheiro.

A separação da representação geral do valor no dinheiro e o recíproco confinamento das demais mercadorias como valores na forma particular, simples valores-de-uso, resultado, como vimos, da generalização das relações de troca, é em si mesma o processo de conciliação formal destes elementos separados. Por isso, a circulação simples nada mais é do que o processo de mediação entre os diferentes valores-de-uso. A rigor, a circulação simples apenas media o processo que culmina com o consumo; é, pois, mera aparência de um processo que lhe é externo: a satisfação das necessidades, o consumo. Assim, se observado apenas do ponto de vista do objetivo final, não há qualquer diferença específica entre o consumo mediado pelo dinheiro e o consumo como resultado da troca direta de mercadorias.

"No movimento M-D-M, é o elemento material que se apresenta como conteúdo real do movimento. O movimento, por seu lado, aparece como simples mediação fugaz, destinada a satisfazer necessidades individuais " (MARX. 1983b, pg.291)

Mas, do ponto de vista da conexão interna entre a produção e o consumo, há uma importante mudança qualitativa com a consolidação de uma esfera da circulação de mercadorias. Vejamos: Na troca direta, as coisas tornam-se mercadorias apenas por meio da troca. Quando da consolidação da esfera da circulação, as coisas já nascem como mercadorias; são, desde a origem, destinadas à troca. Assim, toda a mercadoria precisa circular, mudar de corpo, metamorfosear-se, para poder, assim, satisfazer as necessidades do seu produtor. Por isso, adere necessariamente ao possuidor de mercadorias também o caráter econômico de vendedor, bem como a figura econômica contraposta de comprador e, com isso, consolida-se plenamente a esfera da circulação de mercadorias. O possuidor de mercadorias agora é vendedor porque precisa comprar. Vende para comprar.

Na circulação de mercadorias, o conteúdo real das relações produção mercantis, a troca real de substâncias encontram sua forma de movimento nas distintas determinações formais assumidas pela mercadoria, ou seja, a troca real das substâncias e o objetivo real último da circulação simples somente pode ocorrer por um processo formal de conciliação dos extremos:

dinheiro, valor-de-uso apenas formal, mas representação universal da riqueza, e as mercadorias, valores-de-uso reais e valores apenas na forma particular. Segundo Marx:

"A sua dupla natureza (da mercadoria) separa-se na circulação e apenas por este processo formal realiza cada um dos potenciais que implicitamente contém. A unidade das duas determinações surge como um movimento desordenado, passando por certas fases, mas, ao mesmo tempo, sempre ambivalente." (MARX, 1983b, pg.292).

A rigor, o valor das mercadorias não circula, mas sofre metamorfoses, muda de forma. Daí que a representação geral do valor, o dinheiro, adquira duas determinações formais afirmativas: preço e numerário (moeda). Neste sentido, a esfera da circulação de mercadorias está plenamente desenvolvida quando aparecem unificadas, no dinheiro, as funções de medida de valores e meio de circulação. "O movimento da mercadoria a faz passar por diversas fases: ela é preço, torna-se numerário, transforma-se finalmente em valor-de-uso." (MARX, 1983b, pg.292). "O preço e a moeda", nos diz Marx, "resultam ambos igualmente do comércio; na realidade, são expressões criadas pelo tráfico, as expressões comerciais da mercadoria valor-de-troca e meio de troca" (MARX, 1983b, pg. 293). Daí a afirmação de Marx: "[...] as diversas determinações da mercadoria não são, na realidade, senão relações alternadas dos sujeitos da troca, e as suas relações durante o processo de troca" (MARX, 1983b, pg.290).

O dinheiro não suprime as contradições inerentes à mercadoria, mas permite seu movimento, "gera a forma dentro da qual elas podem mover-se" (Marx, 1983b, pg. 93). Através do dinheiro, criam-se as condições de um movimento inédito e negativo em relação ao conteúdo real da circulação. Se, antes, como medida de valores e meio de circulação, o conceito do dinheiro correspondia ao seu conteúdo real na circulação simples, que é o metabolismo do social do trabalho, o consumo, agora, como meio de entesouramento e meio de pagamento, adquire o dinheiro, forma destituída desta substanciação. Em razão de estas funções do dinheiro estarem deslocadas dos objetivos de consumo, próprios da circulação simples de mercadorias, o dinheiro adquire assim caráter autônomo como representação universal da riqueza em si. No dinheiro tornado autônomo explicita-se a emergência de novos caracteres sociais econômicos negativos frente às relações sociais especificamente mercantis e, com isso, o gérmen da contradição mercantil imanente à mercadoria adquire maturidade. Vejamos:

No entesouramento, o dinheiro está, pela primeira vez, na forma de riqueza autônoma, simples mercadoria que expressa todo o universo das coisas compradas e vendidas, entretanto,

mantém-se nesta forma somente em oposição à circulação, como negação do conteúdo real da circulação, isto é, o consumo. Através da negação da segunda metamorfose da mercadoria, a compra, o vendedor torna-se entesourador, e o dinheiro deixa de ser um 'móvel', moeda, e se petrifica, imobilizando-se então em tesouros. Neutralizado, o dinheiro como tesouro nega o conteúdo real da riqueza mercantil, a troca real dos produtos do trabalho. Esteriliza-se, portanto. Daí a forma aberrante que assume o entesouramento para o indivíduo. A perpétua ânsia pela retenção do dinheiro, a busca incessante pela mera forma geral da riqueza, que caracteriza o entesourador, explicita o caráter negativo do dinheiro tornado autônomo frente à circulação de mercadorias. Ao adquirir uma forma deslocada do conteúdo real que lhe substancia, o dinheiro, a objetivação da abstração das particularidades das mercadorias, o produto por excelência da circulação de mercadorias, nega-se como dinheiro. Entretanto, no entesouramento, ainda que numa forma aberrante, manifesta-se a negação do caráter fugaz e efêmero que o valor-de-troca possui no interior da circulação simples de mercadorias. Por isso, diz-se que está autônomo. Petrificando-se em tesouro, o dinheiro é riqueza em si, representação geral do valor das mercadorias; logo, valor-de-troca independente. Como negação da circulação, na forma de tesouros, o dinheiro é um valor-de-uso inútil, uma vez que está destituído da substância real da riqueza: os valores de uso. O tesouro é riqueza aparente que só se torna real ao penetrar na circulação e transformar-se em valores de uso, bens que satisfaçam necessidades e desejos. Daí a afirmação de Marx que a autonomia do dinheiro é, na circulação simples, mera aparência (MARX, 1983b, pg.287). "Representante material da riqueza geral, o dinheiro", afirma Marx, "apenas se torna real ao ser novamente lançado na circulação, ao desaparecer trocado por modos particulares da riqueza. Na circulação, ele nunca é real se não for cedido" (MARX, 1983b, pg.285). Por isso, "A dissolução do dinheiro acumulado em fruições passageiras, esta é a sua realização" (MARX, 1983b, pg.285). E conclui : "Ora, vimos que o dinheiro, na realidade, é apenas um meio de circulação, cuja função é suspensa enquanto espera ser posto em circulação como meio de compra ou pagamento." (MARX, 1983b, pg.295)

4.2.2. O Processo de Valorização como Negação das Relações Mercantis: A circulação capitalista como processo constitutivo do capital.

Como já vimos, na forma de determinações formais do processo de circulação, o valor-de-troca manifesta-se apenas como medida de valores e meio de circulação; como dinheiro, por outro lado, o valor-de-troca surge como negação da própria circulação de mercadorias. A autonomia à qual se eleva o valor-de-troca como dinheiro adquire, assim, caráter negativo. Neste sentido, para não se fixar na forma morta de tesouro, o valor-de-troca tem necessidade de penetrar na circulação de mercadorias, mas não na forma de simples meio de circulação, ao

"[...] a sua existência de meio de circulação e, por conseguinte, a sua conversão em mercadoria, deve ser uma mera alteração de forma que lhe permita reaparecer na sua forma adequada como valor-de-troca adequado e, simultaneamente, valor de troca multiplicado, acrescido, valor-de-troca valorizado." (Marx, 1983b, pg. 298).

Tal processo de valorização ocorre assim na circulação de mercadorias, através de incessantes atos de compra e venda. Todavia, comprar e vender já não mais se identificam com a satisfação das necessidades humanas, mas, sim, como meio pelo qual alguns homens se apropriam de parte do trabalho dos outros, pela troca, sem qualquer contrapartida equivalente. Por isso, as metamorfoses das formas dos valores refletem agora um movimento em si mesmo, autoreflexivo e em constante renovação .

"A circulação já não é um processo meramente formal em que a mercadoria percorre a sériedas determinações, mas é o próprio valor-de-troca, avaliado em dinheiro, que, condição prévia da circulação, deve necessariamente aparecer como criação na e, nascida desta, como sendo sua condição."(Marx, 1983b, pg. 296)

Como forma universal do valor, o dinheiro somente se diferencia quantitativamente. Por isso, o movimento que tem por suposto o valor na forma autônoma, o dinheiro, somente adquire sentido lógico quando os seus extremos são quantitativamente distintos. Assim, o valor de troca tornado autônomo pela circulação e que à mesma retorna para se valorizar, aparece como capital: "No capital , o dinheiro perdeu a rigidez e, de objeto tangível, tornou-se processo."(Marx, 1983b, pg. 303). O dinheiro aqui serve para gerar mais dinheiro. Ou ainda, o valor-de-troca deve resultar em mais valor-de-troca: "As grandezas de valor têm que crescer, quer dizer, o valor existente não deve apenas conservar-se: deve também gerar um incremento, um valor Δ , uma mais-valia, de tal sorte que o valor dado — apresente-se como fluens, e o incremento como fluxio."(Marx, 1974, pg. 39)

O incremento valor aparece na circulação de mercadorias como fruto dos atos de compra e venda. Aliás, a compra e a venda aqui encobrem a relação social na qual uns se apropriam de parcela do trabalho alheio sem contrapartida, ou seja, que a relação capitalista possui um natureza social distinta da relação mercantil. Assim, por exemplo, se como portador de dinheiro, compro, faço-o não porque com a mercadoria comprada satisfaço minhas necessidades, mas, sim, porque na venda desta mercadoria aproprio-me do trabalho alheio sem contrapartida. Tanto o dinheiro quanto a mercadoria expressam, agora, apenas formas diferentes da relação na qual uns obtêm trabalho dos outros sem qualquer equivalência, isto é, dinheiro e mercadoria são formas de

Como capital, o dinheiro apenas é efetivamente transformado em mercadoria, caso exista a expectativa de transformação desta mercadoria novamente em dinheiro acrescido. O movimento é, pois, busca por valorização. Assim, capital, tal como aparece na circulação, não é dinheiro nem mercadoria, mas, sim, um movimento que assume a forma dinheiro e a forma mercadoria. Em cada uma destas determinações, o capital existe apenas como forma unilateral: como dinheiro está numa forma geral abstrata; como mercadoria, numa forma geral particular.

A consciência viva que promove tal movimento perpétuo de alternância entre essas duas formas é o capitalista. O capitalista, assim, surge apenas como personificação deste movimento social. Entretanto: "Enquanto o capitalista se apresenta apenas sob as formas elementares - mercadoria ou dinheiro - o capitalista aparece sob as formas típicas de possuidor de mercadorias ou de possuidor de dinheiro que já conhecemos. Por tal motivo, estes últimos não são capitalistas em si e para si, da mesma maneira que a mercadoria e o dinheiro não são capital em si e para si." (Marx, 1974, pg. 39)

Se, antes, na circulação simples de mercadorias, o valor está autônomo do dinheiro apenas como negação do movimento real da circulação, ou seja, como negação da satisfação das necessidades, desaparecendo, portanto, no movimento final de consumo; agora, na circulação capitalista, valor adquire autonomia tanto na forma dinheiro quanto na forma mercadoria. E ainda: Ao contrário da circulação simples, na qual o dinheiro está autônomo como negação do valor-de-uso, agora, adquire autonomia como afirmação do valor-de-uso. O valor-de-troca mantém-se como valor-de-uso. Dessa maneira, no processo de valorização, o valor-de-troca não se afirma em oposição ao valor-de-uso, mas, sim, como sua afirmação.

valorização-do-valor ocorre somente através da ruptura do ciclo da mercadoria ainda na primeira metamorfose (M-D). O aumento da magnitude do valor-de-troca expressa a renúncia a todos os valores-de-uso. Na circulação do valor-de-troca, como capital, ao contrário, a primeira metamorfose, compra, está condicionada pela segunda metamorfose, venda. A rigor, a valorização-do-valor só ocorre através desta dupla mudança de

forma, processo que transcorre na circulação através de incessantes atos de compra e venda. Assim, a valorização-do-valor, na circulação capitalista, opera sempre através do enfrentamento positivo da circulação simples. O valor-de-troca, portanto, penetra na circulação apenas com uma

O capital aparece aqui apenas como soma de valor na qual se extinguiu toda relação com o valor-de-uso. Por isso, a natureza do capital manifesta-se com tal simplicidade: valor-de-troca que objetiva expandir-se através da circulação.

"A circulação já não é um processo meramente formal em que a mercadoria percorre a séria das determinações, mas é o próprio valor-de-troca, avaliado em dinheiro que, condição prévias da circulação, deve necessariamente aparecer como criação na e, nascida desta, como sendo sua condição."(Marx, 1983b, pg. 296)

Do ponto de vista da circulação, o capital apresenta-se ora como dinheiro, ora como mercadoria. Cada uma dessas fases é, em si mesma, seu contrário, como dinheiro, é mercadoria; como mercadoria, é também dinheiro. Ou seja, como capital, o valor-de-troca é tanto dinheiro como mercadoria. O capitalista que personifica o movimento de valorização nada mais é do que ora o representante do dinheiro, comprador, ora o representante da mercadoria, vendedor. Não há *aparentemente* seja mercantil, logo, troca de equivalentes. Como representação viva dessas duas diferentes determinações do capital, o capitalista é possuidor de trabalho materializado em diferentes formas: "Dinheiro é agora trabalho materializado, quer possua a forma dinheiro, quer possua a forma mercadoria." (Marx, 1983, pg. 320). Melhor dizendo, no processo de valorização, o valor-de-troca, que é a forma do valor das mercadorias, a manifestação externa do trabalho humano abstrato é dinheiro e também mercadoria. Assim, se existe agora apenas uma distinção formal entre o valor-de-troca como dinheiro e o valor-de-troca como mercadoria, parece, pois, impossível, do ponto de vista lógico, compreender a origem da mais-valia da mera metamorfose das formas, uma vez que alterações quantitativas jamais se — Dinheiro e mercadoria contêm o mesmo conteúdo apenas sob invólucros distintos.

O produto da circulação é agora capital. O resultado da circulação é, assim, o seu próprio pressuposto. Por isso, como capital-dinheiro, o valor-de-troca autônomo surge como modo de expressão da identidade do valor consigo mesmo, explicitando um conteúdo distinto daquela forma autônoma que resulta da circulação simples, que era, vimos, a forma universal do

valor das mercadorias, embora mantenha a aparência de simples dinheiro. Em síntese, no ciclo D-M-D', o dinheiro e a mercadorias possuem uma natureza distinta do dinheiro e da mercadoria como produto da circulação M-D-M. Assim, como capital, tanto dinheiro quanto mercadoria expressam movimento de valorização: são, por isso, formas objetivas do valor em expansão. Daí o dinheiro apresentar-se como forma mais adequada do processo de valorização e identificar-se consigo mesmo.

"Como sujeito usurpador de tal processo, em que ele ora assume, ora se desfaz da forma dinheiro e da forma mercadoria, mas se conserva e se dilata nessa mudança, o valor precisa, antes de tudo, de uma forma autônoma, por meio da qual a sua identidade é constatada." (Marx, 1983a, pg. 130)

Em síntese, do ponto de vista formal, o movimento descrito pela capital é um processo duplo de metamorfose: de dinheiro para mercadoria (compra) e de mercadoria para novamente dinheiro (venda). Marx caracteriza este movimento através da fórmula abreviada D-M-D'.

Têm-se, assim, as duas formas primitivas do capital: O capital usurário (D-D') e o capital comercial (D-M-D'), formas que são genericamente chamadas de capital em geral. Com o aparecimento do capital em geral, dois circuitos distintos passariam a coexistir, o circuito mercantil simples (M-D-M) e o circuito do capital (D-M-D' ou D-D'). O primeiro, caracterizado pela motivação da troca real das substâncias do trabalho, a diferença qualitativa entre os extremos; o último, ao contrário, condicionado pelo processo de circulação da riqueza social em si mesma, motivado exclusivamente pelo desejo de acréscimo quantitativo do valor. Sabe-se que, em Marx, a base social do fenômeno define as categorias econômicas. O circuito da mercadoria e o circuito do capital expressam, portanto, bases sociais distintas, relações sociais diferentes. No primeiro, como vimos, relações entre produtores privados, autônomos e independentes; no segundo, relações entre os nossos conhecidos possuidores de mercadorias e os capitalistas. A rigor, agora, duas relações sociais coexistem. Conforme Aued: "Para além das aparências de mercadoria e dinheiro, há duas relações sociais que entrelaçam e se confundem, mas que são universalidade distinta, singulares." (AUED, 1998, pg.5)

Como vimos, as distintas relações travadas entre os possuidores de mercadorias definiam as diferentes funções adquiridas pelo dinheiro na circulação de mercadorias. Agora, soma-se àquelas funções próprias da circulação simples a função do dinheiro como capital. Assim, se o proprietário vende mercadorias para comprar, o dinheiro lhe aparece como meio de

circulação; se vende para acumular dinheiro, surge-lhe, então, como meio de entesouramento; se vende para pagar, é meio de pagamento e, finalmente, como proprietário de dinheiro, se compra para vender ou cede temporariamente o uso do mesmo, é capital em geral, capital comercial e capital usurário, respectivamente.

Tal mudança na natureza do dinheiro e da mercadoria decorre aqui da finalidade distinta, à qual se identifica o processo de valorização, cuja manifestação externa patenteia-se na inversão dos processos contrapostos da compra e venda. A rigor, segundo Marx (1982, pg. 131), evidencia-se agora a negação das leis relativas à natureza da mercadoria, do dinheiro, do valor e mesmo da própria circulação. Tal resultado lógico é tão mais surpreendente na medida em que "Essa inversão só existe para um dos três parceiros que comerciam uns com os outros" (Marx, 1983a, pg. 131). Segundo Marx (1983a, pg. 126), tais diferenças formais revelam logo a diferença de conteúdo contida em cada uma delas. Daí a indagação de Marx: "E como poderia tal mudança puramente formal mudar por encanto a natureza desses processos?" (Marx, 1983a, pg. 132). Vejamos:

4.2.3. Semelhanças e Diferenças formais entre o ciclo da mercadoria (M-D-M) e o ciclo do capital (D-M-D')

Como vimos, a circulação desenvolvida de mercadorias tem como resultado final o dinheiro que, por sua vez, é o pressuposto do capital. O capital apresenta-se, primeiro, como mera forma modificada do ciclo da mercadoria. Assim, se observamos apenas pelo prisma da circulação de mercadorias, algumas semelhanças formais entre o ciclo da mercadoria e o ciclo do capital podem ser evidenciadas. São quatro as semelhanças formais entre os ciclos da mercadoria e do capital identificadas por Marx: i) São compostos por fases ii) Envolvem os mesmos elementos materiais (mercadoria e dinheiro); iii) Envolvem também os mesmo personagens econômicos (comprador e vendedor); iv) São unidades de fases contrapostas (compra e venda).

Apesar disso, cada uma dessas semelhanças formais expressa diferenças quanto à conexão íntima no interior de cada um desses distintos ciclos. Vejamos agora tais diferenças: i) As fases antitéticas apresentam-se em ordem sucessiva inversa. Em M-D-M, o ciclo é iniciado por uma venda e é finalizado por uma compra; em D-M-D', ao contrário, inicia com a compra e encerra-

se com a venda; ii) Em D-M-D', o dinheiro é adiantado; em M-D-M, é gasto. Neste, o gasto tem finalidade de consumo e, por isso, nada tem a ver com o refluxo do dinheiro; naquele, o gasto está condicionado apenas ao refluxo de dinheiro, sem qualquer vínculo com a satisfação das necessidades; iii) Em D-M-D', os extremos não apresentam diferenças qualitativas. São, pois, iguais; em M-D-M, são necessariamente de qualidades distintas, valores-de-uso diferentes; iv) Em D-M-D', os extremos são distintos quanto à magnitude; em M-D-M, ao contrário, apresentam mesma magnitude. São equivalentes; v) No ciclo D-M-D, mercadoria e dinheiro apresentam apenas como formas distintas do valor, "[...] o dinheiro como modo geral, a mercadoria, o seu modo particular, por assim dizer, apenas camuflado de existência. (Marx, 1983a, pg. 130). Em M-D-M, ao contrário, "as formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples apenas mediam o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento." (Marx, 1983a, pg. 130)

Assim, se o dinheiro e a mercadoria contêm o mesmo conteúdo apenas sob invólucros distintos, como poderia o valor expandir-se através da simples alternância dessas formas do trabalho materializado? Colocando o problema nos termos do próprio Marx: "O Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não se originar da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela." (Marx, 1983a, pg. 138)

4.2.4. Transformação do dinheiro em capital

O paradoxo do problema acima não possui solução lógica em razão das condições sociais e históricas dadas até aqui. A resolução pressupõe a existência, na circulação, de um elemento que não seja simples distinção formal do valor-de-troca. O valor-de-troca deve encontrar a venda no mercado, na esfera da circulação, portanto, uma mercadoria *sui generis* que não seja apenas invólucro particular do valor-de-troca, ou ainda, uma mercadoria especial que se opõe ao trabalho materializado, objetivado. Pelo fato de todas as mercadorias serem agora dinheiro, expressão material do trabalho social objetivado na mercadorias, surge tal elemento opositivo:

"[...]Não são as mercadorias, porque capital é dinheiro que passa indiferentemente de uma forma à outra sem que se perca como objeto de consumo individual. Em vez de excluir o consumo das mercadorias que o

rodeiam, todas as mercadorias aparecem como outras tantas encarnações do dinheiro" (Marx, 1983b, pg. 319)

Assim, "a única coisa que se opõe ao trabalho materializado é o trabalho não objetivo; ao trabalho objetivo, opõe-se o trabalho subjetivo" (Marx, 1983b, pg. 320). Mas, a existência da atividade produtiva à venda no mercado exige um série de modificações sociais e históricas. Do ponto de vista metodológico, tem-se aqui um evento análogo ao processo de mutação genética da biologia. A ruptura é história, jamais a lógica.

O movimento transitório foi descrito e analisado por Marx no capítulo XXIV de "O Capital" (1975), denominado "A Chamada acumulação primitiva":

"Mas este estágio histórico do desenvolvimento da produção econômica — de que o trabalhador livre é o produto — é a condição prévia do nascimento e mais ainda da existência do capital como tal. A existência do capital é o resultado de um longo processo histórico que deu à sociedade a sua estrutura econômica." (Marx, 1983b, pg. 323)

Assim, "a única coisa que se opõe ao trabalho materializado é o trabalho não objetivo; ao trabalho objetivo, opõe-se o trabalho subjetivo." (Marx, 1983b, pg. 320). O conceito de capital corresponde à sua existência real quando o processo de valorização é, em si mesmo, atividade produtiva.

"Para o dinheiro na sua forma de capital, não existe outro valor-de-uso. É precisamente aqui que reside a sua relação como valor-de-troca com o valor de uso. O único valor de uso que pode constituir o oposto e o complemento do dinheiro na qualidade de capital é o trabalho, e este existe na forma de capacidade de trabalho, existindo ele próprio como sujeito. Na qualidade de capital, o dinheiro só se relaciona com o não capital, com a negação do capital, e é somente por referência a esta que é capital. O não capital real é o trabalho." (Marx, 1983b, pg. 321)

Para que exista na forma de capital real, o valor-de-troca projeta-se num valor-de-uso que seja propriamente objetivação de trabalho vivo. Aqui, o valor-de-troca mantém-se e se expande através do seu contrário, o valor-de-uso. Como mercadoria, valor-de-uso, a capacidade de trabalho está na circulação, mas é através do seu consumo, destruição, que ocorre fora da circulação, que o valor-de-troca se valoriza, cresce.

"É necessário que continue a existir no seu contrário, no seu movimento de valor-de-uso e no processo deste, o consumo, e que, ao mesmo tempo, cresça como valor-de-troca ; por conseguinte, é necessário que transforme o consumo do

valor-de-uso — a negação ativa e afirmação positiva deste — em reprodução e produção do próprio valor-de-troca." (Marx, 1983b, pg.306)

Como qualquer mercadoria, o consumo da capacidade de trabalho não determina seu valor, que é determinado pelo tempo de trabalho social objetivado em sua reprodução, ou seja, o valor da capacidade de trabalho ou força de trabalho, está dado na esfera da circulação como uma grandeza fixa, determinada a priori pelo tempo social necessário para reproduzi-la, que corresponde ao tempo social necessário à produção dos meios de subsistência da capacidade viva de trabalho.

"El obrero, pues, cambia el trabajo como valor de cambio simple, predeterminado determinado por um proceso pasado — cambia el trabajo mismo como trabajo objetivado; [...] el capital cambia el trabajo como trabajo vivo, como fuerza productiva general de la riqueza, la actividad acrecentadora de la riqueza." (Marx apud Rosdolky, 1989, pg. 237)

A capacidade viva de trabalho apresenta-se como mercadoria especial — uma grandeza fixa, determinada a priori, capaz de produzir uma magnitude variável de valor. A objetividade dos elementos constituintes, capital na esfera da circulação de mercadorias, submetida à subjetividade da capacidade viva de trabalho; opera-se aqui uma constante transformação da forma viva à forma morta, da subjetividade à objetividade.

"Por ello, todo esse consumo debe calificar-se como productivo, es decir de un consumo que no es 'mero consumo de lo substancial, sin' que consume 'solamente la forma del objeto para ponerlo en um nova forma objetiva.'" (Rosdolky, 1989, pg. 240)

Determina-se, assim, o segredo da produção capitalista. A valorização-do-valor origina-se da diferença entre o valor objetivado na capacidade viva de trabalho e a potencialidade criativa da mesma no processo real de produção, relação que se manifesta na forma de mais-valia.

Foi necessário um longo processo histórico até o aparecimento da capacidade de trabalho como mercadoria. O processo histórico que estrutura essa nova relação social de produção, cuja especificidade é a apropriação pela classe capitalista do valor excedente, pela troca, o qual, na produção, tem como fundamento o trabalhador 'livre', simples vendedor da força de trabalho. A criação dessa massa de trabalhadores 'livres', o chamado processo de acumulação primitiva, deu valorização-do-valor na produção, cujo resultado é o próprio capital, a mais-valia e também a afirmação e ampliação das relações especificamente capitalistas

CAPÍTULO V
**A RELAÇÃO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA COMO PRODUTORA DE MAIS-
VALIA, CAPITAL E DA AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO DAS RELAÇÕES
ESPECIFICAMENTE CAPITALISTAS**

5. Introdução

5.1.1 O Processo de trabalho

5.1.2 O processo de formação do valor

5.1.3 A valorização do capital como processo de exploração

5.1.4. Capital constante e capital variável: A subsunção do dinheiro e da mercadoria à natureza do processo valorização.

5.2. O capital como negação das relações mercantis

5.2.1 A produção capitalista como produção ampliada das relações especificamente capitalistas

5.2.2 A produção capitalista como produção da negação das relações especificamente capitalistas

subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização no modo de produção capitalista e evidenciam-se os aspectos gerais do processo de trabalho, bem como, nos itens 5.1.2 e 5.1.3, respectivamente, as características específicas do processo de trabalho como processo de formação do valor e processo de

No item 5.1.4, discute-se as novas características que se apresentam aos elementos objetivos e subjetivos do processo de trabalho na condição de processo simultâneo de valorização. Demonstra-se também a natureza específica do capital variável e também a forma imediata da riqueza burguesa, bem como a própria sociedade burguesa como produto de seus próprios pressupostos e, além disso, debate-se a natureza distinta do valor da mercadoria individual capitalista. No item 5.2, observa-se o processo de produção como processo simultâneo de reprodução, destacando, num primeiro momento, os aspectos gerais da reprodução e, logo após, evidenciando a natureza específica da reprodução capitalista. Analisa-se, então, um esquema simplificado de reprodução capitalista, supondo seis condições iniciais, e demonstra-se a "formalidade essencial" que implica a compra e venda da força de trabalho. Nos itens 5.2.1 e 5.2.2, a reprodução ampliada do capital é

vista como movimento dialético de afirmação e, simultaneamente, negação das relações de produção especificamente capitalistas.

5.1.1 O Processo de trabalho

Na forma simples de capital em geral, o dinheiro transforma-se em dinheiro acrescido através do logro do capitalista em relação aos produtores diretos, ou seja, comprar abaixo do valor e vender acima do mesmo é a determinação lógica do movimento do capital comercial nas relações mercantis. Entretanto, segundo Marx (1974, pg. 41), a finalidade de extrair dos produtores diretos um valor sem contrapartida equivalente e, com isso, valorizar-o-valor adiantado, modifica a natureza do dinheiro — nas relações mercantis expressa a forma universal dessas relações — e da mercadoria, que são agora expressões da universalidade capitalista, além disso,— e aqui este é ponto mais importante — esta busca por valorização indica o caminho a seguir pela investigação teórica para desvendar detalhadamente o segredo íntimo do modo de produção capitalista. Vejamos, então, como o processo de trabalho é incorporado como fase da transformação de uma grandeza fixa de valor numa grandeza de valor variável.

Todas as mercadorias são valores-de-uso, embora a recíproca não seja verdadeira: valores-de-uso não necessariamente são mercadorias. Valores-de-uso são mercadorias quando produzidos para a troca; portanto, são veículos do valor, como já vimos. Neste sentido, a mercadoria é necessariamente a unidade de uma duplicidade: valor-de-uso e valor.

Observada como valor-de-uso, a mercadoria é simples produto do processo de trabalho. Do ponto de vista geral, o processo de trabalho nada mais é do que o metabolismo entre o homem e a natureza. Seus elementos simples são três: i) o ato de vontade transformador inerente ao homem; ii) os objetos de trabalho (matérias sobre as quais atua o trabalho vivo) e iii) os meios de trabalho (elementos através dos quais o trabalho é realizado). Assim, quando os meios de trabalho são utilizados e manipulados na transformação e adaptação dos objetos de trabalho para atingir determinado efeito útil previamente planejado, tem-se, então, um processo de trabalho. Por isso, processo de trabalho é simultaneamente consumo produtivo: "O processo de trabalho nada mais é do que o próprio trabalho considerado no momento da sua atividade criadora." (Marx, 1974, pg. 64). Conforme atuam no processo produtivo, os elementos do processo de trabalho são classificados como: i) objetivos e ii) subjetivos. Assim, quando operam no processo

de trabalho como elementos passivos, receptores da ação, simples matéria inerte, são chamados de meios objetivos; enquanto que são meios subjetivos do processo de trabalho quando operam como forças vivas, ativas e conscientes, isto é, ações transformadoras exercidas planejadamente pelo sujeito. Dessa forma, como processo ativo, ação viva e consciente o trabalho é, portanto, o elemento subjetivo do processo de trabalho; os meios e objetos de trabalho são, por sua vez, elementos objetivos desse processo de trabalho.

Se o homem produz a vida com o seu trabalho próprio ou produzindo mercadorias (relação mercantil) ou ainda capital-mercadoria (relação de produção capitalista), em nada é alterada a natureza geral do processo de trabalho; ele permanece, pois, como metabolismo entre o homem e os elementos da natureza: consumo produtivo dos elementos objetivos pelo elemento subjetivo do processo de trabalho. Como processo de trabalho, "As condições objetivas do trabalho apresentam-se na sua unidade normal com o trabalho, quais matéria e órgãos da sua atividade criadora." (Marx, 1974, pg. 74). Por isso, "O operário consome, ele mesmo, os meios de produção como simples meios de subsistência do trabalho." (Marx, 1974, pg. 74). Até aqui, vimos as determinações gerais do processo de trabalho. Observemos agora a sua natureza específica, primeiro, como processo de produção de valor e, segundo, como processo de

5.1.2 O processo de formação do valor

Vimos como, na produção de mercadorias, o trabalho possui natureza dúplice: é simultaneamente trabalho concreto, útil, e trabalho abstrato e geral, respectivamente, trabalho produtor de valor-de-uso e trabalho produtor de valor. Produzir mercadorias é, portanto, produzir valor na forma particular de valor-de-uso. Por isso, o processo produção mercantil é também processo de formação do valor "Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de trabalho é processo de produção de mercadorias [...]". (Marx, 1982, pg. 162)

A rigor, as relações de compra e venda pressupõem a existência das coisas como valores. Ora, vimos que a magnitude do valor é determinada pelo tempo de trabalho humano necessário para produzir e reproduzir as mercadorias. Neste sentido, observado o processo produtivo do ponto de vista da formação do valor, os seus elementos constitutivos surgem como

trabalho passado, morto, e trabalho vivo, presente. Esclarecendo: os elementos objetivos do processo de trabalho surgem, então, como trabalho passado, enquanto que os elementos subjetivos, como trabalho presente, vivo. Ao transformar a natureza, a ação viva do trabalho cria valor e, simultaneamente, recria o valor (transfere) do trabalho passado na mercadoria produzida. O trabalho, portanto, cria valor, mas não é valor; é um processo indissociável dos meios e objetos de trabalho, por isso, jamais é objeto de compra e venda.

5.1.3 A valorização do capital como processo de exploração

Segundo Marx (1982, pg.161), o processo de valorização nada mais é do que o processo de formação do valor que se prolonga para além de um determinado limite. No entanto, a ruptura histórica que transforma o processo de trabalho de simples processo de formação do valor em processo de valorização fundamenta-se precisamente na separação entre o elemento subjetivo e o elemento objetivo do processo de trabalho. Vejamos.

Expropriado dos meios de produção e, com isso, incapaz de produzir a vida com seu próprio trabalho, o produtor direto já não mais leva ao mercado o produto do próprio trabalho, mas a capacidade de trabalhar, sua força de trabalho. As condições de trabalho (meios de produção e meios de subsistência) tornam-se assim autônomas frente ao trabalhador. Esse processo histórico cria, portanto, o produtor direto 'livre' burguês: vendedor livre da capacidade de trabalhar. Como objeto de compra e venda, a força de trabalho é mercadoria e, como tal, dúplice: portadora de valor-de-uso e valor-de-troca. Por isso, o processo produtivo pressupõe a esfera da circulação, ou seja, a circulação surge como um momento imanente do processo produtivo. Dessa forma, as mercadorias pressupõem o processo de trabalho e, além disso, estão cindidas em dois elementos antitéticos conceitualmente do ponto de vista do valor-de-uso: i) meios de produção objetivos (matérias-primas e instrumentos de trabalho) e ii) meios subjetivos de produção (força de trabalho). Assim, observa-se uma nova determinação formal do valor-de-uso no processo imediato de produção capitalista, ou seja, a fonte a valor agora é objeto de compra e venda. Como qualquer mercadoria, o consumo da força de trabalho é um ato que se desenrola apenas após a sua venda no mercado. Mas, onde é consumida a força de trabalho? No processo imediato de produção capitalista. É o processo de trabalho o destino da mercadoria força de trabalho; ela é utilizada ali conforme as determinações daquele que a comprou. Assim,

transformar as mercadorias, as quais são propriamente os elementos objetivos do processo de trabalho em novas mercadorias. Assim, o valor-de-uso da força de trabalho é agora transformação dos valores-de-uso que operam como meios objetivos: "Do seu ponto de vista [do capitalista], o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção" (Marx, 1982, pg. 154). E por que se faz o trabalhador direto atuar sobre os meios de produção? Porque neste processo ele cria e recria, na forma de mercadorias, uma magnitude de valor superior ao valor objetivado na força de trabalho. Por isso, o tempo de trabalho social médio despendido pelo trabalhador no processo produtivo deve ser superior ao tempo de trabalho social objetivado nos meios de subsistência, aos quais o trabalhador converte o dinheiro recebido pela venda da sua capacidade de trabalho. Assim, quando o processo de trabalho converte-se simultaneamente como processo de valorização, os meios de trabalho servem para sugar trabalho vivo:

"[...] os meios de produção empregam o operário de tal sorte que o trabalho só aparece como um meio graças ao qual determinada quantidade de valor, ou seja, determinada massa de trabalho objetivado, suga trabalho vivo para conservar-se e se incrementar. O processo de trabalho aparece, assim, como processo de autovalorização (por intermédio do trabalho vivo) do trabalho objetivado" (Marx, 1974, pg. 75)

5.1.4. Capital constante e capital variável: A subsunção do dinheiro e da mercadoria à natureza do processo valorização.

Se na formação do valor os fatores objetivos e subjetivos do processo de trabalho se apresentam, respectivamente, como trabalho passado e trabalho presente, agora, observado o processo de trabalho como processo de valorização, aqueles fatores se manifestam como capital constante e capital variável. Segundo Marx (1982, pg. 171), a parte do capital adiantado em

meios de produção (matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho), que não altera o valor no decorrer do processo de produção, é capital constante. Por outro lado, a outra parte do
reproduz seu próprio valor e ainda fornece um
excedente que, com isso, transforma-se de grandeza constante em grandeza variável, é capital variável. Vejamos como é operada esta transformação:

O capital constante apresenta-se no processo de trabalho da mesma forma que na circulação de mercadorias; já o capital variável, não. Na circulação, o dinheiro adiantado pelo capitalista em salários transforma-se em meios de subsistência, enquanto que no processo produtivo real, é trabalho vivo. Na circulação de mercadorias, o capital variável é, portanto, uma fração do capital adiantado que se materializa em meios de subsistência dos produtores diretos: "[...]o valor do capital variável não ingressa como tal (nesse processo); é, sim, substituído pela atividade criadora de valor, a atividade — existente como processo de valorização — do fator vivo" (Marx, 1974, pg.53). O valor-de-uso comprado pelo capital variável adquire, então, duas formas distintas: i) na esfera da circulação, é meio de subsistência; trabalho vivo. Assim, trocam-se grandezas constantes, meios de subsistência, por grandeza variável, fluida, o trabalho presente, substância que não apenas reproduz o próprio valor, como também gera valor excedente. Em resumo, porque o capital é riqueza autônoma frente ao trabalhador direto tanto na forma de meios de produção como também de meios de subsistência, parte do valor adiantado pelo capitalista em valores-de-uso necessários para operar o processo de trabalho reveste-se na circulação da forma de meios de subsistência, grandeza fixa que compra a capacidade viva de trabalho. Chega-se, assim, a um importante resultado: o dinheiro agora surge como forma modificada dos meios de subsistência. Forma material pela qual o capitalista troca trabalho objetivado, morto, por trabalho presente, vivo; ou ainda, valor objetivado pela fonte viva do valor: "A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob a forma de dinheiro, letras que a habilitam a receber parte do produto que produziu e do qual ela se apoderou." (Marx, 1975, pg. 661).

E por que saem do processo produtivo mercadorias que não são propriedade daquele que a produz, mas, sim, do capitalista? Porque, "De um processo produtivo não pode sair nunca nada que nele não tenha entrado sob a forma de condições de produção." (Marx, 1974, pg, 43). Dessa forma, se, por exemplo, o produtor direto produz apenas para a sua própria subsistência, entram no processo de trabalho apenas produtos de um trabalho antes objetivado por ele mesmo, logo,

saem do mesmo, somente produtos para seu uso individual; por outro lado, se no modo de produção capitalista, são capitais-mercadorias (prehe de mais-valia) que pressupõem o processo produtivo, deste processo sai tão somente capital-mercadoria, ou seja, do processo produtivo capitalista sai mais-valia na forma de mercadorias. Assim, o capital-mercadoria surge como a primeira forma material da alienação dos produtores diretos das condições objetivas do processo de trabalho. Daí o porquê de o produto do processo real de trabalho ser propriedade capitalista, e o fundo de subsistência aparecer como dinheiro: "Mas, o trabalhador devolve continuamente essas letras à classe capitalista para receber a parte do produto dele mesmo, que lhe é atribuída. A forma mercadoria do produto e a forma dinheiro da mercadoria dissimulam a operação"(Marx, 1975a, pg. 661). Assim, por um lado, o pressuposto do processo produtivo capitalista é dissociação entre os meios objetivos e subjetivos do processo de trabalho. Por outro lado, o resultado do processo também é a dissociação dos seus elementos constitutivos, ou seja, o resultado do processo imediato de produção capitalista nada mais é do que o seu pressuposto.

Em resumo, quando a riqueza objetiva se autonomiza frente ao trabalhador, os meios de produção empregam-no e os meios de subsistência o compra. — na aparência são os trabalhadores que compram os meios de substência — por isso, o processo de trabalho estende-se para além da reprodução do valor adiantado, transformando-se simultaneamente em produção de mais-valia, cuja forma material aparece primeiro na forma de mercadorias.

Como a mercadoria é a primeira forma que se manifesta, o movimento imanente de autovalorização do capital ", [...]a peculiaridade específica do modo de produção capitalista revela-se de forma exemplar na produção em grande escala promovida pelo desenvolvimento da produção capitalista, na unilateralidade e na massividade do produto[...]" (Marx, 1974, pg, 145), caráter que impõe um total distanciamento das necessidades diretas em relação à produção dos valores-de-uso. Daí que o resultado do processo de produção capitalista seja a expulsão de mercadorias em lote, cujo valor é igual ao capital total adiantado + (mais) mais-valia. O valor da mercadoria singular é assim expressão média do lote de mercadorias. Uma vez que o produto total do capital é o lote de mercadorias, a sua venda singular é apenas cota-parte do valor total adiantado, por isso, o retorno do capital adiantado e conseqüente venda da totalidade das mercadorias produzidas: "[...]quando a mercadoria é vendida pelo seu preço, não realiza o valor do capital adiantado para sua produção e ainda menos o da mais-valia gerada por esse capital[...]" (Marx, 1974, Pg. 160). Infere-se aqui que as mercadorias singulares

podem ser vendidas tanto abaixo, quanto acima do seu valor (valor médio), desde que o valor final desta combinação de valores singulares diversos seja igual ao valor total adiantado + mais-valia. Do ponto de vista da autovalorização do capital, a grandeza discreta que constitui a maioria dos processos produtivos capitalistas é considerada grandeza contínua. Daí porque a continuidade do processo depender mais e mais da escala das vendas "e, portanto, é necessária uma contínua expansão do mercado: tal constitui uma necessidade do modo de produção capitalista" (Marx, 1974, pg. 163)

5.2 O capital como negação das relações mercantis

Os resultados obtidos da análise do processo de produção do capital revelam: i) o capital variável como forma-dinheiro dos meios de subsistência e ii) a mercadoria como forma imediata da mais-valia. Entretanto, o capital variável ainda aparece como valor retirado do fundo de salários da classe capitalista, bem como a produção de mercadorias parece subordinar-se à satisfação das necessidades humanas. Embora reveladores, estes resultados não desvelam a natureza do modo de produção capitalista que, segundo Marx (1975, pg. 661), manifesta-se apenas no fluxo contínuo de sua renovação. Portanto, vejamos agora não apenas o processo de produção da mais-valia, mas também o seu processo que a reproduz.

É um dado ontológico da produção social da existência que a produção da riqueza material seja simultaneamente reprodução das condições de produção. Em nenhuma circunstância, o consumo de uma sociedade é interrompido enquanto se produz, assim como a produção jamais se interrompe enquanto os produtos são consumidos. Produção é consumo; consumo é produção. Por isso, uma fração do produto bruto de determinada formação social deve necessariamente adquirir a forma material dos produtos desgastados no processo de produção. E jamais há produção em escala crescente se tais condições de reprodução não existirem materialmente. Daí que as condições de produção são simultaneamente condições de reprodução. Neste sentido, se a produção capitalista é produção de mais-valia, apresentará também idêntica natureza a sua própria reprodução.

Vejamos agora um esquema simples de reprodução. Supõem-se seis condições: i) capital global (soma dos capitais singulares); ii) taxa de mais-valia igual a 100%; iii) consumo capitalista igual a zero (a totalidade da mais-valia é reinvestida); iv) a totalidade do valor capital constante é

transferida para o produto final; v) o lote de mercadorias é vendido na totalidade (realização total da mais-valia produzida) e vi) composição orgânica constante em 1. O capital inicial é de 1000 u.m.

CICLO I	CC	CV	MV	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
K =1000	500	500	500	1500	500

No ciclo acima, um capital de 1000 u.m. é adiantado em 500 u.m. de capital constante e 500 u.m. de capital variável, divisão que corresponde a uma composição orgânica (C.O.C) de 1. No processo imediato de produção, produz-se, então, mercadorias que materializam um valor total de 1500 um. Deste total, 1000 u.m. correspondem às mercadorias desgastadas na produção, enquanto que 500 u.m. são mercadorias que materializam o valor novo produzido (forma material da mais-valia). Portanto, a produção global deve: i) materializar-se em mercadorias cuja forma material reponha os elementos desgastados no valor de 1000 u.m. e ii) em mercadorias que materializam a mais-valia no valor de 500 u.m.

E o que foi efetivamente desgastado no processo de produção de mais-valia? Ora, meios de produção e meios de subsistência. Assim, a reposição material destes elementos na totalidade condiciona a continuidade e reprodução do processo produtivo em igual escala. No que diz respeito à reposição dos materiais desgastados, não há, pois, liberdade produtiva: na produção devem estar contidos os elementos da reprodução, tanto em qualidade quanto em quantidade. Mas, resta ainda a parte correspondente à mais-valia, cuja primeira forma necessária é a de mercadoria. Poderia aqui o processo produtivo capitalista revelar-se como produção destinada a satisfazer as necessidades humanas? Sim, se a acumulação de capital não apresentasse momento imanente do processo de produção de mais-valia. Vejamos o ciclo 2, que dá continuidade ao ciclo I.

CICLO II	CC	CV	MV	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
K =500	250	250	250	750	250

O capital adiantado no ciclo 2 corresponde ao valor líquido do ciclo 1 (500 u.m.) e, tal como o primeiro ciclo, divide-se em metade para o capital constante (250 u.m.) e metade para o capital variável (250 u.m.). A acumulação de capital é evidenciada pelo aumento do capital global operante (capital operante no ciclo 1 + capital operante no ciclo 2), Ou melhor, o ciclo 2 opera sem que, com isso, o capital do ciclo 1 interrompa a produção e reprodução de mais-valia.

Evidenciam-se agora dois desdobramentos iniciais: i) o capital variável do ciclo 2 origina-se da mais-valia produzida pela classe trabalhadora no ciclo 1; portanto, observado no fluxo contínuo, o capitalista obtém trabalho vivo com o capital variável obtido do trabalho pago do ciclo 1. Em outras palavras, a força de trabalho que opera o capital constante adicional é adquirida mediante capital variável, cuja origem é a mais-valia produzida no ciclo anterior; ii) a forma material da mais-valia está determinada pela necessidade de reprodução ampliada do capital. No nosso exemplo, o produto líquido (mais-valor) deve necessariamente se materializar em capital constante (máquinas, matérias auxiliares, matéria-prima etc) no valor de 250 u.m. e capital variável (meios de subsistência para reproduzir a força de trabalho).

No primeiro ponto, a força de trabalho não é apenas o elemento passivo frente aos meios de subsistência (capital variável): "[...]o que um compra, o outro é obrigado a vender" (Marx, 1974, pg. 137), mas a própria renovação constante da relação de compra / venda "confere-lhe a aparência falaz de uma transação, de um contrato entre possuidores de mercadorias dotados de iguais direitos que se opõem de maneira igualmente livre." (Marx, 1974, pg. 137). Dessa forma, a aparência de transação mercantil não é apenas falseada pela necessidade de o trabalhador vender-se porque não possui meios objetivos de produzir a própria vida, mas, sobretudo, porque é a mais-valia da classe trabalhadora materializada em meios de subsistência (capital variável) que

"O capital variável, portanto, é uma forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou fundo do trabalho, do qual precisa o trabalhador para manter-se e reproduzir-se e que ele mesmo tem de produzir em todos os sistemas de produção social. Esse fundo flui constantemente para ele sob a forma de meios de pagamento de seu trabalho, pois seu próprio produto afasta-se sempre dele sob a forma de capital"(Marx, 1975a, pg.661).

No segundo ponto, desfaz-se a aparência de que o produto líquido da produção capitalista objetiva satisfazer necessidades humanas. Ora, o crescimento da magnitude do capital global operante depende das condições materiais produzidas por ele mesmo, ou seja, a

transformação em novos capitais da mais-valia produzida depende da forma material que a mesma adquire no ciclo precedente. Observando o nosso exemplo do ciclo I e ciclo II, o que no ciclo II é adiantado como capital constante e capital variável foi materializado previamente no ciclo I. Supondo, por exemplo, que o valor líquido de 500 u.m. do ciclo I tivesse, em sua totalidade, adquirido forma de meios de subsistência, a escala ampliada da acumulação seria afetada, uma vez que não existiriam materialmente os elementos do capital constante; por outro lado, a reprodução ampliada estaria igualmente comprometida se o produto líquido do ciclo I se materializasse totalmente em meios de produção: "Em suma, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela é valor já contém os elementos materiais de um novo capital." (Marx, 1975a, pg.677).

O ciclo III não modifica em nada a natureza do processo de reprodução. É iniciado com capital-dinheiro no valor de 250 u.m., que corresponde à mais-valia produzida e materializada em capital constante e capital variável no ciclo anterior. Não há qualquer insinuação aqui quanto à possibilidade de a oferta criar a própria demanda. Aliás, tem-se o contrário. Como a produção implica lançar na circulação valor maior do que aquele retirado dela na forma de meios de produção e meios de subsistência, a oferta é necessariamente maior que a demanda. Este importante desdobramento, entretanto, diz respeito ao movimento de concorrência entre os capitais singulares no processo de valorização analisado em detalhes por Marx no capítulo XXIII, do livro I (A lei geral da acumulação capitalista). Por ora, importa destacar que a produção capitalista produz os seus próprios pressupostos para a reprodução capitalista.

CICLO III	CC	CV	MV	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
K=250	125	125	125	375	125

Além de evidenciar a natureza do capital-dinheiro como capital variável, o processo de reprodução opera mudança qualitativa no capital inteiro. Daí que o capital constante também se revela mais-valia capitalista. Como capital, o trabalho passado da classe trabalhadora relaciona-se com o seu próprio trabalho. É através da mais-valia capitalizada que os trabalhadores antigos permanecem, e ainda novos trabalhadores são incorporados ao processo de valorização: "[...] a única condição para o capitalista apropriar-se do trabalho vivo não pago em escala crescente" (Marx, 1975a, pg. 678). No modo de produção capitalista, o antagonismo de classe

revela a relação do trabalho passado da classe trabalhadora, que é capitalizado, com seu próprio trabalho presente; ou ainda, da classe trabalhadora consigo mesma.

Nos parágrafos acima, mostrou-se quê: i) no ciclo I, a força de trabalho é paga com capital-dinheiro originado do fundo de salários do capitalista. Supõe-se aqui a poupança prévia do capitalista; ii) a força de trabalho opera como trabalho vivo no processo imediato de produção capitalista e produz valor para além do valor objetivado no seu salário; produz, pois, mais-valia; iii) no ciclo II, o processo se repete: a força de trabalho é novamente vendida pelo valor equivalente e opera produzindo mais-valia. Contudo, modifica-se o conteúdo da relação: O capital variável origina-se da mais-valia do ciclo I. O capital variável já não é mais valor retirado do fundo de salário do capitalista, mas, sim, produto da relação de exploração capitalista. Daí que a renovada compra e venda da força de trabalho, transação que ocorre dentro das leis de equivalência mercantil, revelar-se como simples forma aparente de uma relação cujo conteúdo é mais-trabalho vivo do trabalho objetivado no valor da força de trabalho:

"A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente sem contrapartida de um equivalente." (Marx, 1975a, pg. 679)

O processo imediato da produção capitalista é antecedido pela compra e venda sempre renovada da força de trabalho (e também dos elementos do capital constante). A circulação de mercadorias é, por assim dizer, a esfera introdutória da produção de mercadorias. Os sujeitos aparecem aqui apenas como possuidores de mercadorias e somente se diferenciam pelo conteúdo particular das suas mercadorias. A rigor, apresentam-se, na circulação, não apenas vendedores e compradores, mas, sim, assalariados e capitalistas. Contudo, as transações ocorrem dentro das leis de equivalência mercantil. Embora a reprodução modifique a natureza das relações de troca, na esfera da circulação de mercadorias, a compra e venda da força de trabalho são uma "formalidade essencial" do processo de produção."(Marx, 1974, pg. 137). Contudo, no processo de reprodução do capital, se desvanece até mesmo a aparência da troca de equivalentes, uma vez que:"[...] o operário tenha que readquirir constantemente uma parte do seu próprio produto em troca do seu trabalho vivo."(Marx, 1974, pg. 136). Assim, a forma monetária em que se reveste a

iii)

reprodução ampliada do capital. Para além da evidencia do conteúdo não mercantil da produção capitalista, a reprodução do capital explicita também o processo de acumulação de capital. Por isso, produzir mais-valia é também produzir capital: "O fato de o processo de produção gerar capital é, portanto, apenas outra maneira de dizer que gerou mais-valia"(Marx, 1974, pg. 134). Assim, da produção da mais-valia resulta o capital e, do capital, mais mais-valia. O capital produz capital. Daí o processo de acumulação de capital. E como opera o capital adicional acumulado? Ora, desde que mantida constante a C.O.C., incorporando novos trabalhadores. Segundo Marx (1974, pg. 134), o incremento do capital implica a criação de assalariados, "[...]única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional" (Marx, 1974, pg. 134). Por essa razão, o produto das relações de produção especificamente capitalistas são as próprias relações capitalistas de produção: de uma lado, mais capitalistas; de outro, mais assalariados, ou ainda, ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se na forma imediata de

mercadoria a própria sociedade burguesa. O pressuposto do processo de produção capitalista, a concentração num mesmo espaço dos meios de produção e força de trabalho sob comando de um capitalista individual, é então também o resultado do processo de produção: mais e maiores capitalistas e também mais trabalhadores, assim como, se a origem do capital é a concentração dos meios de produção e força de trabalho na fábrica, o desenvolvimento do capital é a ampliação

O capital individual, portanto, cresce, mas não apenas isso: também nasce em diversos pontos isolados. O crescimento do capital global expressa, por isso, o processo de acumulação tanto nos capitais já formados quanto naqueles nascentes: " [...]a acumulação aparece, de um lado, através da concentração e, de outro, através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais." (Marx., 1975a, pg. 727). Vê-se aqui, portanto, como a sociedade burguesa nasce e se desenvolve reproduzindo seus próprios pressupostos.

Segundo Marx (1974, pg. 138), a compreensão de como se produz na sociedade burguesa coube aos economistas políticos clássicos, entretanto, apenas a Crítica da Economia Política descobriu que a produção na sociedade é a produção das próprias relações capitalistas de produção e, simultaneamente, também a produção das condições materiais da dissolução dessas relações produtivas. E por que? Porque uma teoria crítica e revolucionária do modo de produção capitalista somente é possível quando todos os elementos desta sociedade já estão desenvolvidos de Marx. Vejamos agora a produção negativa das relações de produção burguesa.

5.2.2 A produção capitalista como produção da negação das relações especificamente capitalistas

Segundo Aued (2002, pg. 27), o capitalista lança na circulação de mercadorias um valor maior do que retirou dela, característica que é inerente ao modo do produção capitalista; por isso, a oferta de mercadorias é sempre superior à demanda, condição que impõe uma luta constante entre os próprios capitalistas. E por quais meios os capitalistas concorrem? Aumentando a massa de meios de produção posta em movimento por unidade de trabalho; isto é, potencializando a produtividade do trabalho social, com isso, reduzindo valor unitário das suas mercadorias. E como se potencializa a produtividade do trabalho social? Ora, na manufatura, vimos, dividindo-se

o trabalho, enquanto que, na grande indústria, através da aplicação de máquinas. Nesta, amplia-se a exploração de mais-valia intensificando a massa de meios de produção posto em movimento por unidade de trabalho; em outras palavras, o aumento da produtividade do trabalho social é meio pelo qual se extrai mais trabalho excedente de menos trabalhadores: "[...]chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade social do trabalho torna-se a mais poderosa alavanca da acumulação." (Marx, 1975a, pg.723).

A concorrência entre os capitais individuais resulta sempre no desaparecimento de frações individuais do capital social. Mas, se algum capitalista perde, o outro ganha. A rigor, o desaparecimento de frações individuais do capital social implica o fortalecimento de outras. A concorrência atua assim como força de "supressão da autonomia individual" (Marx, 1975a, pg.727) dos capitais. Este processo opera sobre os capitais já formados e atuantes, por isso, independe da acumulação do capital social: "[...] pressupõe apenas a alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto de riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação."(Marx, 1975a, pg. 727) Dessa forma, os capitais concentrados sofrem um processo de "centralização" (Marx, 1975a, pg. 727).

Segundo Marx (1975a, pg. 727), a centralização dos capitais potencializa os efeitos da acumulação e permite aos capitalistas ampliar a escala de suas operações, ou seja, através deste processo mais e mais capitais são amalgamados em imensas estruturas e, com isso, o capital penetra naqueles empreendimentos cuja grande magnitude de capital inicial até então o impedia, bem como leva à frente novas operações em escala global.

Dessa forma, a acumulação opera através da centralização e, com isso, são suprimidos pouco a pouco os capitais individuais do processo de produção. Os capitais juntos atuam agora em imensa escala, bem como os novos capitais já não partem dos capitalistas individuais, mas, sim, da sua associação como capitalistas coletivos. Pouco importa se os capitais são constituídos a partir da quebra da incorporação dos capitais individuais ou se da associação entre capitalistas. Em ambos os casos, explicita-se a impossibilidade de os homens burgueses produzirem a existência como capitalistas individuais.

A atuação da concorrência impõe a constante mudança técnica às frações do capital social. Assim, mais meios de produção são operados por unidade de trabalho. Daí a acumulação de capital realizar-se com a constante mudança qualitativa na composição orgânica, o que implica a

A acumulação de capital ocorre, portanto, reduzindo relativamente a parte variável em relação à constante, determinação que dificulta mais e mais a conexão do trabalhador direto ao capital. Neste sentido, a reprodução das relações capitalistas de produção opera favorecendo cada vez mais apenas um dos lados da relação capitalista: o capital. Por isso, a o processo de concentração e centralização que a segue se fazem assim com a negação em escala cada vez mais ampliada do trabalho vivo, a fonte da produção de mais-valia que, como vimos, é o

Por outro lado, o capital também fica mais e mais impossibilitado de se constituir como capital singular.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 2, sugere-se que tão logo grupos humanos autônomos estejam constituídos, sejam eles clãs ou tribos, famílias patriarcais antigas e medievais ou ainda homens iguais, livres e independentes, as relações de troca surgem entre eles espontaneamente como uma forma de conexão. Observa-se também que a extensão das relações de troca, como grau de conexão entre unidades autônoma, independentes e livres, constitui uma força produtiva que é, em si mesma, determinada relação de produção ou relação de propriedade: a relação de produção mercantil. Além disso, demonstra-se que o comércio, ao conectar mais extensamente os homens e, com isso, dividir mais e mais o trabalho, exerce uma função dissolvente sobre as relações de produção historicamente constituídas. Por isso, o comércio medieval nas cidades, embora circunscrito aos mercados locais, já que produção e comércio ainda não haviam se separado em atividades autônomas, exerce um papel dissolvente sobre estrutura feudal, e, como conexão sistemática, potencializa as forças produtivas do trabalho enquanto relações de produção mercantis, isto é, cria as condições para a generalização da produção da vida com base no trabalho próprio. Observa-se também que nas relações de troca o metabolismo social do trabalho aparece como valor e que o mesmo apenas surge como uma força social objetivamente ponderada pelo tempo de trabalho humano quando a relação de troca está generalizada entre pessoas e grupos privados, condições que estão presentes nas cidades ao final da idade média, bem como demonstra-se que a ampliação da conexão mercantil, surgida da separação da produção e da circulação do produto social nas cidades medievais, potencializa mais e mais as forças produtivas e, com isso, cria o pressuposto do modo de produção, cuja conexão entre os produtores diretos se faz não pela troca, mas, sim, no próprio processo produtivo pela cooperação manufatureira.

Demonstra-se que a cooperação manufatureira pressupõe uma ruptura histórica na qual são separados os elementos objetivo e subjetivos do processo de trabalho. Por isso, a força produtiva capitalista é propriamente a relação social de produção especificamente capitalista, cuja forma, nos seus começos, é ainda a cooperação simples, mas que pouco a pouco adquire manufatureiras, moldando e fixando seus elementos simples, os artesão e sua ferramentas, à divisão do trabalho dentro da fábrica, conforme as necessidades de valorização do capital. Ainda sobre este ponto, afirma-se que a especialização das ferramentas

ii) gênese da forma dinheiro do valor. No primeiro ponto demonstra-se que, como conexão entre proprietários privados dos meios de produção e do produto do próprio trabalho, livres, iguais, autônomos e independente, as relações de troca são propriamente a materialização desta universalidade do homem mercantil. A relação de troca concretiza a relação entre os homens mercantis; é, portanto, uma forma histórica de conexão entre os produtores diretos que corresponde a um determinado grau da divisão do trabalho social. No segundo ponto evidencia-se como o processo social que externaliza a dicotomia interna da mercadoria, separando o valor na forma relativa do valor na forma equivalente e, portanto, autonomizando a riqueza como valor-de-troca, adquire no dinheiro sua forma de manifestação mais desenvolvida. Daí que a ampliação e generalização das trocas é simultaneamente a exclusão de uma mercadoria específica como representante universal do valor das mercadorias. Além disso, demonstra-se que quando esta representação universal do valor se apresenta no corpo dos metais preciosos adquire, então, a forma de dinheiro. Neste sentido, a universalização das relações das mercadorias entre si encontra expressão numa forma do valor-de-troca não apenas autônoma mas também independente: a forma dinheiro do valor-de-troca. Observa-se finalmente que o trabalho que é

despendido como meio de obter, pela troca, a propriedade privada alheia é trabalho humano abstrato. Por isso, a generalização das relações de troca pressupõe a abstração dos trabalhos particulares num trabalho homogêneo e indistinto (abstrato), processo que nada mais é do que a universalidade dos *homens mercantis*, cuja produção da existência se manifesta como tempo de trabalho humano abstrato como valor equivalente. Reduzidas, como valores, a tempo de trabalho humano abstrato, as mercadorias podem ter então seus valores objetivamente comparados numa mesma mercadoria externa e, por isso, deslocada do universo das demais mercadorias.

No quarto capítulo, observa-se as funções do dinheiro, destacando, primeiro, duas formas funcionais do dinheiro na circulação: i) medida de valores e ii) meio de circulação. A primeira forma funcional é resultado imediato do próprio processo de desenvolvimento da forma dinheiro do valor e manifesta-se logo que as mercadorias medem seus valores num equivalente universal do valor. Como medida de valores, o dinheiro expressa a relação entre o valor das mercadorias e sua própria forma externa. Por isso, nesta função, o dinheiro entra apenas como representação imaginária enquanto preço das mercadorias. Evidencia-se ainda que o valor da mercadoria apenas se apresenta na superfície econômica como preço, quando os trabalhos do indivíduos já estão plenamente orientados à transformação em dinheiro. Quanto a função de medida de valores, evidencia-se que quando a unidade imediata da mercadoria se externaliza, o consumo está separado em dois atos distintos mas reciprocamente complementares: venda seguida de compra; assim, enquanto possuidor do valor na forma particular, o produtor mercantil é vendedor, como representante do valor na forma geral é comprador. Daí então que dois caracteres econômicos aderem ao produtor mercantil: vendedor e comprador, cuja materialização se manifesta no movimento do dinheiro ao realizar os preços das mercadorias, que, por isso, adquire o caráter de meio de circulação. Dessa forma, conclui-se que tanto na função de medida de valores quanto na função de meio de circulação, a representação autônoma do valor no dinheiro ou é imaginária, como no dinheiro enquanto medida de valores, ou é efêmera, como no caso do dinheiro na função de meio de circulação. O dinheiro aparece apenas nestas duas determinações formais ao intermediar o processo de troca real de substâncias do trabalho, realizar o conteúdo real da circulação simples de mercadorias. Como produto da circulação, o dinheiro representa a unidade dessas duas determinações. Por isso, quando as funções de medida de valores e meio de circulação aparecem unificadas no ouro ou em algum elemento que o represente tem-se a forma

dinheiro do valor. Destaca-se ainda que estas duas formas funcionais do dinheiro são determinações formais afirmativas das relações mercantis e que existem apenas no interior da

Evidencia-se também que o dinheiro perde tais características funcionais quando o ciclo completo da mercadoria é interrompido; quando a venda não é seguida de compra e, por isso, o dinheiro petrifica-se como tesouro, simples encarnação da riqueza social, entretanto, somente o faz porque esterilizou-se fora da circulação de mercadorias, assumindo, com isso, a função negativa. O vendedor torna-se, portanto, entesourador.

Observa-se ainda o capital em geral é descendente "geneticamente" modificado das relações mercantis, cujo movimento autodeterminado não corresponde à lógica dessa forma de produção e que existência antediluviana do mesmo pressupõe apenas a existência da autonomia externa do valor-de-troca na forma universal de dinheiro, condição presente mesmo quando apenas uma pequena parte do produto se transforma em mercadoria. Como capital, o dinheiro penetra na circulação sem desvanecer-se. Aliás, é o contrário: é lançado na circulação apenas para subtrair dos produtores diretos, através da compra e venda, valor sem contrapartida equivalente; por isso, é valor que se valoriza. Em relação a este último ponto, evidencia-se que, como capital, o dinheiro e a mercadoria expressam uma natureza distinta do dinheiro e da mercadoria como produto das relações mercantis, dissimulando a apropriação por alguns homens livres, autônomos e independentes da riqueza produzida por homens também, livres, autônomos e independentes, pela troca, sem contrapartida equivalente. Por fim, afirma-se que a valorização-do-valor na manufatura é ocorrência do aparecimento do elemento subjetivo do processo de trabalho como mercadoria no mercado e que este processo representa a primeira forma histórica na qual o processo de produção se identifica com o processo de valorização. E no que consiste a valorização-do-valor na manufatura? Numa determinação ininterrupta de extração de mais trabalho do trabalho já objetivado no valor da força de trabalho dos produtores diretos. Por isso, os elementos do processo de trabalho são internalizados no processo produtivo e, pouco a pouco, adquirem características formais de uso próprias do processo capitalista de produção.

Por fim, no quinto e último capítulo, observa-se que: i) a personificação da riqueza objetiva na classe capitalista implica na venda da força de trabalho pela classe trabalhadora; ii) a relação capitalista de produção imprime novo conteúdo às formas dinheiro e mercadoria. Assim, se nas relações mercantis estas formas expressavam, respectivamente, forma universal do valor e a forma particular do valor, agora, materializam as relações capitalistas como capital-dinheiro e capital-mercadoria, que são formas superficiais e *aparentemente* mercantis que dissimulam a apropriação por alguns homens da riqueza produzida pelos outros, pela troca, sem contrapartida equivalente; isto é, a relação de exploração fica então velada através dos atos de compra e venda na esfera da circulação, que, conforme já vimos, é momento imanente do processo global de

iii) a fração do capital-dinheiro é adiantado como capital variável na compra da força de trabalho, mas que a forma real como se apresenta processo produtivo é trabalho vivo. Ou seja, o capital variável na esfera da circulação é determinado valor que se transforma em meios de subsistência; entretanto, no processo produtivo, é força viva de trabalho,

iv) o capital-mercadoria também adquire conteúdo distinto da mercadoria mercantil na medida em que se apresenta como primeira forma material de existência da mais-valia; além disso, viu-se que a mercadoria capitalista tem seu valor singular apenas como expressão média da produção de mercadorias em lote, por isso, o valor singular não guarda correspondência imediata com o valor médio, uma vez que para a continuidade do processo importa apenas a recuperação do valor total adiantado + mais-valia, condição jamais alcançada vendendo-se apenas algumas mercadorias singulares de um lote de mercadorias, mesmo quando são vendida pelo valor médio. Destaca-se ainda dois pontos: i) o capital variável como forma-dinheiro dos meios de subsistência e ii) a mercadoria como forma imediata da mais-valia.

Evidencia-se também que a produção capitalista é simultaneamente reprodução capitalista e desenvolve-se um esquema simplificado de reprodução através do qual se conclui: i) o capital variável presente origina-se da mais-valia produzida pela classe trabalhadora no ciclo passado; assim, o capital constante adicional é operado mediante capital variável adicional, cuja origem é a mais-valia produzida no ciclo anterior; ii) a reprodução ampliada do capital condiciona a forma material da mais-valia. Demonstra-se também que processo de reprodução modifica a natureza do capital como um todo, revelando o capital constante como mais-valia capitalizada. Daí o

trabalho presente da classe trabalhadora se relacionar com seu próprio trabalho passado na forma de capital.

Observa-se que o produto imediato da produção capitalista é: i) capital-mercadoria; é, pois, mais-valia na forma de mercadoria; ii) reprodução do capital e iii) reprodução ampliada do capital; iv) produção das relações especificamente capitalistas de produção e v) negação das relações de produção especificamente capitalistas. Em relação aos itens iv e v, evidencia-se, respectivamente que: ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se na forma imediata de mercadoria a própria sociedade burguesa; isto é, mais capitalistas e também mais assalariados, bem como o trabalho passado como capital materializa o movimento negativo da própria sociedade burguesa, uma vez que é a negação tanto do assalariamento quanto do capitalista individual; isto é, o capital destrói a possibilidade de produção da existência individual e afirma apenas as formas coletivas de produção da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, Idaletto Malvezzi. **Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre o capital.** Texto para Discussão. Florianópolis: UFSC, Centro Sócio Econômico, Econômicas, n.18.

_____ **Capital e emancipação humana: o ser social.** Texto para Discussão. Florianópolis: UFSC, Centro Sócio Econômico, Econômicas, n. 09, Jul. 1998. 13p.

_____ Marxismo e Geografia in ALBA, Rosa S. OTSUSCHI, Cristina. ZIBORDI, Antônio Francisco G. (Org). **O ensino da geografia no novo milênio,** Chapecó: Argos, 2002.

BELLUZZO, L. G. de Mello. (1987). **Valor e Capitalismo. Um Ensaio Sobre a Economia política.** 2 Ed. São Paulo : Bional.

BOTTOMORE, T. (1988). **Dicionário do pensamento marxista.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 81-82.

DE BRUNHOFF, S. (1978). **A moeda em Marx.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original: “La monnaie chez Marx”. Paris: Éditions Sociales, 1976).

DUSSEL PETERS, Enrique. **Teoria del dinero y credito en la obra de Marx (1843 -1867).** Cidade do México, 1993. 66p. Tese – Division de Estudios de Posgrado, Universidad Nacional Autónoma del México.

ENGELS, F. **Origem da família, da propriedade privada e do estado.** Obras Escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, vol. 3.

GERMER, Claus Magno. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito.** Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp.

_____ **Dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo.** Texto para Discussão. Curitiba: UFPR, Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, n. 20, 1997. 32p.

_____ **O conceito de “padrão ouro” e os equívocos da economia** . Texto para Discussão. Curitiba: UFPR, Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, n. 3, 1998. 28p.

_____ **Componentes estruturais da teoria do dinheiro no**

- capitalismo**. Revista Brasileira de Economia Política. n. 1.
- GRISA, Sandro Eduardo. **Dinheiro e mercadoria: uma abordagem marxista (para além do fetiche da mercadoria)**. UFSC, CSE, Departamento de Economia, Monografia, 2000.
- HILFERDING, R. (1985). **O capital Financeiro**. São Paulo: Abril Cultural. (Os economistas).
- KLAGSBRUNN, V.H. (1992). **Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito**. Ensaio FEE. Porto Alegre, (13)2:592-615.
- MANDEL, Ernest. (1969). **Tratado de economia marxista**. 1. ed. México: Editora Era.
- MARX, Karl. (1974). **Capítulo inédito VI de o capital**. 1.ed. São Paulo: Editora Moraes.
- _____ (1975a). **O capital. Livro I**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1975b). **O capital. Livro II**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1975c). **O capital. Livro III**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1983a). **O capital. Livro I**. 1. ed. São Paulo: Abril S.A. Cultural. (Os economistas).
- _____ (1982). **Para a Crítica da Economia Política**. 1. ed. São Paulo: Abril S.A. Cultural. (Os economistas).
- _____ e ENGELS, F.(1999). **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**.11. ed. São Paulo Hucitec.
- _____ e ENGELS, F.(1996). **Manifesto da partido Comunista**. Rio de janeiro : Edição PCB
- _____ (1977 c). **Lineas fundamentales de la crítica de la economia política (Grundrisse)**. Tomo I. Espanha: Editora Crítica S.A. (Grupo Editorial Grijalbo).
- _____ (1983 b). **Contribuição à crítica da economia política**. 2. Ed. Editora Martins Fontes.
- ROSDOLSKY, Roman. (1989). **Génesis y estructura de el capital de Marx (estudios sobre los grundrisse)**. 6. ed. México: Editora Siglo Veintiuno Editores.
- SMITH, Adam. (1985). **A riqueza das nações**. Vol. I. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural.

(Os economistas).

WHEEM, F. (2001). **Karl Marx**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record.

